

RELATÓRIO & CONTAS

DEZEMBRO 2019

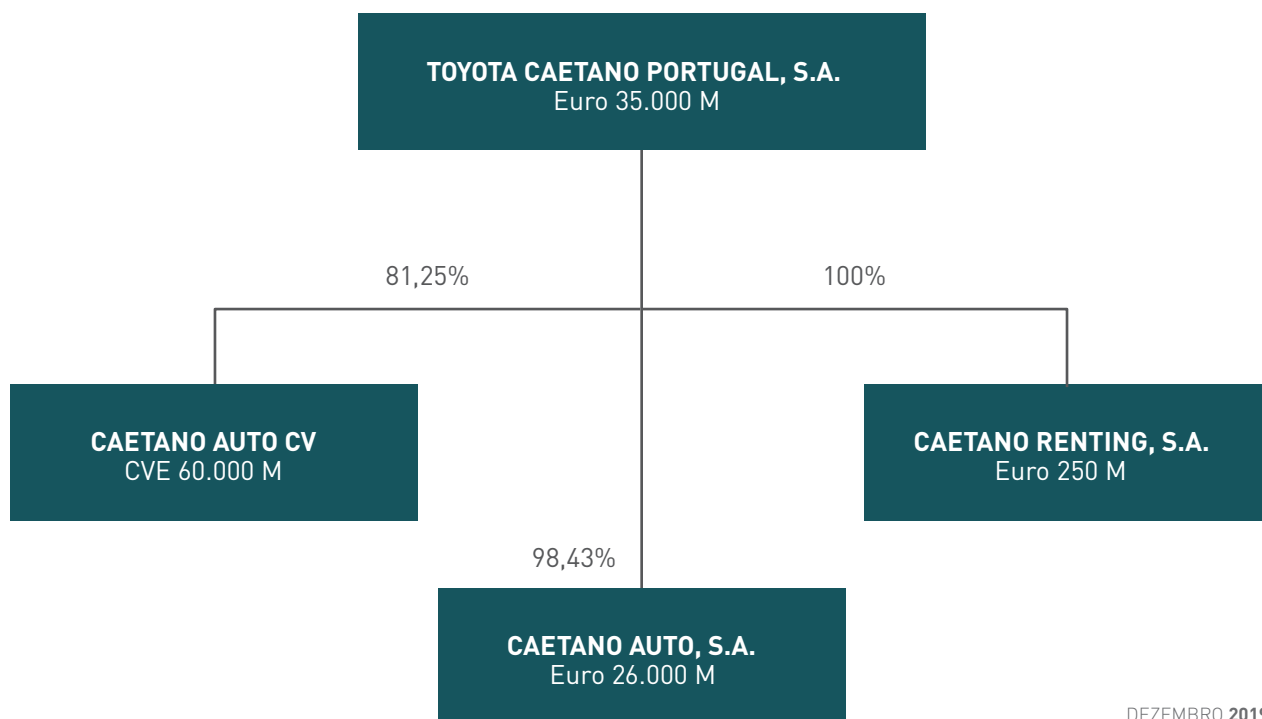


ÍNDICE

01. GERAL	<u>P.5</u>
02. RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO	<u>P.9</u>
03. CONTAS INDIVIDUAIS	<u>P.31</u>
04. CONTAS CONSOLIDADAS	<u>P.85</u>
05. PARECERES	<u>P.151</u>
06. GOVERNO DA SOCIEDADE	<u>P.163</u>

A close-up, low-angle shot of the front of a red car. The focus is on the headlight assembly, which features a prominent chrome grille and a bright, glowing red light source. The car's body panels are smooth and reflective, showing highlights from the ambient light. The overall color palette is dominated by the vibrant red of the car, with metallic accents and a dark background.

01. GERAL



DEZEMBRO 2019

INFORMAÇÃO GERAL

SEDE

Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
Telef. + 351.22.7867000 – Fax +351.22.7867215

UNIDADE FABRIL DE OVAR

Rua de Olho Marinho (EN109) Nr. 1427- 3885 –113 Arada - Ovar
Telef. +351 256 790 042 - Fax. +351 256 790 099

DIVISÃO EQUIPAMENTO INDUSTRIAL SUL

Carregado
Rua da Malaposta, nº 4 - 2580-596 Carregado
Telef.+351.263 857 244 - Fax +351.263 857 204

Data de Constituição: 4 de julho de 1946
N.I.P.C. 500 239 037 / V.A.T. PT 500 239 037
Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia N° 500239037
Capital Social: EUR 35 000 000
Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa

CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta

Vice-Presidente

António José da Cruz Espinheira Rio

Secretário

Alírio Ferreira dos Santos

Secretário

João António Ferreira de Araújo Sequeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente & CEO

José Reis da Silva Ramos

Vogal

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Vogal

Salvador Acácio Martins Caetano

Vogal

Miguel Pedro Caetano Ramos

Vogal

Matthew Peter Harrison

Vogal

Katsutoshi Nishimoto

Vogal

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Suplente

Masaru Shimada

CONSELHO FISCAL

Presidente

José Domingos da Silva Fernandes

Vogal

Alberto Luis Lema Mandim

Vogal

Daniel Broekhuizen

Suplente

Maria Lúvia Fernandes Alves

Suplente

Akito Takami

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por José Miguel Dantas Maio Marques ou por António Joaquim Brochado Correia

Suplente

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso

02.

RELATÓRIO
ÚNICO DE
GESTÃO



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Depois de um ano de crescimento acentuado, 2019 iria ser certamente repleto de desafios. De facto, manter o progresso significativo em todas as frentes requer compromisso, inovação e uma adaptação contínua aos ciclos do mercado. É com satisfação que testemunho que, ano após ano, abraçamos esses desafios, procurando ativamente novas oportunidades e a constante afirmação das marcas Toyota e Lexus em Portugal.

O mercado é cada vez mais exigente e a nossa capacidade de estar um passo à frente é continuamente posta à prova. De há uns anos a esta parte, temos o Cliente mais informado de sempre. Temos o Cliente que chega até nós com profundo conhecimento dos modelos, das características, dos preços, das vantagens e desvantagens de cada carro ou serviço. Temos o Cliente mais desafiante de sempre, para quem a compra de um automóvel, comercial ou mesmo de um empilhador, já não é o passo mais óbvio, o que nos obriga a repensar modelos de negócios e a testar novas soluções de mobilidade que vão ao encontro das suas necessidades atuais.

É por ele que trabalhamos diariamente para construirmos relações sólidas e de confiança, que acrescentem valor a todas as etapas da relação comercial. É para ele que continuamos a criar novas soluções de mobilidade, digitais e aproximadas dos novos padrões de consumo.

2019 foi um ano de continuidade política e de relativa estabilidade socioeconómica, mantendo os níveis de confiança dos Portugueses relativamente semelhantes aos de 2018. No entanto, num Mundo volátil e em constante mutação, é preciso estarmos atentos. A manutenção da estabilidade macroeconómica é essencial para preservar a confiança de Portugal e dos Portugueses. A inexistência de um pacto de regime fiscal que evite instabilidade no setor, assim como a falta de alinhamento das políticas fiscais e ambientais são pontos que nos preocupam. É premente que se continuem a encetar discussões construtivas no sentido de ajudar o setor automóvel a crescer, através do não agravamento da carga fiscal e da manutenção de incentivos à compra de veículos mais limpos e amigos do ambiente, estendendo-se ainda a outras soluções energeticamente eficientes, como os híbridos, que encetaram o caminho da mobilidade sustentável.

E falar de ambiente é falar da Toyota. Historicamente, a marca tem sido pioneira e sempre levou a sério os protocolos ambientais internacionais, que visam reduzir a emissão de gases com efeito de estufa, num contexto de desenvolvimento sustentável. Tem conseguido estar na linha da frente há muitos anos, graças a essas preocupações e graças à interpretação dos sinais do mercado, antecipando-se a eles. A aposta numa gama de viaturas eletrificadas veio revelar-se vencedora e consciente das alterações da sociedade. Desde 2014 que a marca é líder na venda de veículos eletrificados. A Toyota vendeu no ano de 2019, em Portugal, 6593 viaturas híbridas, de um total de 9645 viaturas ligeiras de passageiros. Este aumento de 12,4% face a 2018 vem reafirmar a liderança e a vanguarda da Toyota.

A Toyota é também pioneira na tecnologia de hidrogénio. Ao longo dos últimos 20 anos, tem feito sucessivos testes, em condições exigentes. O Toyota Mirai foi o primeiro automóvel sedan a pilha de combustível de produção em série no mundo e deverá chegar ao mercado português em 2021.

No campo da mobilidade coletiva, 2019 ficou também marcado pelo lançamento do H2. City Gold, o novo autocarro elétrico com sistema de pilha de combustível Toyota, que resultou de uma parceria entre a CaetanoBus – empresa do Grupo Salvador Caetano – e a Toyota Motor Europe. Este veículo utiliza a mesma pilha de combustível do Toyota Mirai, constituindo mais um passo rumo à sociedade do hidrogénio, desta vez no transporte público urbano.

São evidentes os esforços da Toyota para uma sociedade descarbonizada. É o caso do Desafio Ambiental 2050, que define várias metas para cobrir os impactos ambientais mais significativos da marca. Também a Toyota Caetano Portugal comprou eletricidade verde certificada pelo seu fornecedor, contribuindo assim para o objetivo global da marca na Europa. Um outro exemplo de sucesso é o programa Um Toyota, Uma Árvore, que contabiliza, desde 2005, mais de 155 000 árvores em Portugal.

Continuando a importar as melhores práticas da Toyota, 2019 foi o ano em que demos continuidade à implementação do BRiT – Best Retailer in Town. Toda a rede de concessionários foi envolvida neste processo que é, mais do que um programa de melhoria dos nossos serviços, uma filosofia e um modo de estar Toyota, com foco na motivação dos Colaboradores, que são os nossos principais embaixadores, e no Cliente, no centro de tudo. É para ele que trabalhamos diariamente, na expectativa de continuamente o deslumbrar. Trata-se ainda da extensão do Toyota Way e a reafirmação da sustentabilidade dos negócios como pilares fundamentais. As nossas lideranças desempenham aqui um papel fundamental, porque só uma liderança forte, consolidada e virada para as Pessoas nos permitirá ir mais além.

Quanto ao mercado automóvel, este foi mais exigente do que 2018. O relatório da ACAP – Associação do Comércio Automóvel de Portugal – avançou uma quebra de 3,9% das vendas de ligeiros de passageiros no mercado nacional, assim como um decréscimo nas matrículas de carros novos. A Toyota e a Lexus não foram exceção.

Relativamente à atividade comercial da Toyota foram comercializados 11 166 veículos. Quanto à Lexus, foram vendidos 509 veículos.

No que à atividade industrial diz respeito, produziram-se, em 2019, 2393 unidades do Toyota Land Cruiser Serie 70. Este modelo, 100% destinado à exportação, para o mercado Sul Africano, tem sido uma aposta ganha, com um crescimento sustentado, ano após ano. Além disso, também este ano foi firmada uma parceria entre a Toyota Caetano Portugal Ovar e a CaetanoBus, empresa do Grupo Salvador Caetano, para a produção de chassis para autocarros elétricos e a hidrogénio.

No que diz respeito à Divisão de Equipamentos Industriais, a DEI Norte e Sul introduziram no mercado 1083 unidades, entre empilhadores, contrabalançados e equipamento de armazém.

Perante tantos desafios não podemos esquecer o reconhecimento externo do trabalho que temos vindo a desenvolver. A Toyota foi considerada marca 5 estrelas para 2020 em Portugal, o que só nos pode dar um alento extra na senda da melhoria diária do nosso trabalho de representação da marca.

E como em qualquer momento de balanço, há que deixar o devido agradecimento aos nossos Colaboradores, Clientes e parceiros, que trabalham a nossa marca com o carinho e a paixão de quem faz dela o rosto da proximidade e da confiança.

José Ramos
(Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal)

RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto no artigo 447º do Código Sociedades Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

Nota Importante: Não poderíamos divulgar este relatório de gestão sem esclarecer que o mesmo foi elaborado num momento anterior aos mais recentes acontecimentos relacionados com a declaração pela OMS do estado de pandemia, motivado pelo Covid-19. Assim sendo, a maioria das projeções apresentadas neste relatório vê-se ultrapassada, pois foram definidas num momento em que um normal ciclo económico para 2020 era previsto. O impacto real desta situação problemática ainda não pode ser claramente vislumbrado/quantificado, mas trará com certeza fortes consequências económicas negativas para o mundo inteiro e, é claro, para todas as nossas atividades. No entanto as nossas expectativas em superar esta crise inevitável resultam da confiança dada por mais de 70 anos de uma história bem-sucedida, sempre baseada em decisões sensatas as quais juntamente com o habitual esforço e a forte dedicação de todos os nossos Colaboradores nos trouxeram até aqui. Um balanço “forte”, juntamente com uma sólida credibilidade granjeada junto de todos os nossos parceiros de negócios, proporcionam a certeza de uma recuperação natural num futuro conturbado.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Unidade Fabril de Ovar

A Fábrica de Ovar no ano de 2019 produziu na sua atividade principal de montagem de veículos um total de 2.393 viaturas do modelo Land Cruiser 70. Apesar da quebra verificada no 2º semestre, o valor final superou a expectativa do Orçamento, com um acréscimo de 12% e confirmou a tendência de crescimento desde o início do projeto (2015).

Em 2019 foi efetuada a compactação do processo logístico do LC70, através da reorganização do armazenamento do material e da redefinição do fluxo para a produção. Esta operação permitiu libertar uma área aproximada de 4.000 m² para alocar a novos projetos.

O 2º semestre ficou marcado pela participação na montagem do primeiro protótipo de Autocarro a Fuel Cell em conjunto com a CaetanoBus e com a Toyota Motor Europe, cuja apresentação foi efetuada na maior feira mundial de autocarros, Busworld Bruxelas 2019.

Na atividade PPO/PDI foram transformadas/preparadas 5.577 unidades, um incremento de 48% face a igual período do ano anterior. De referir que 2019, foi o 1º ano completo de gestão do parque de viaturas novas e usadas pela Fábrica de Ovar, sendo esta a principal razão do aumento.

PRODUÇÃO	2019	2018	2017	2016	2015
Unidades Físicas Toyota	2.393	2.114	1.913	1.823	1.629
Unidades Físicas Transformadas/preparadas	5.577	3.776	3.469	3.773	4.353
Total Colaboradores	197	194	177	186	206

Destacamos ainda os seguintes acontecimentos ocorridos durante o ano de 2019:

- Participação no “Exo-Suit Trial”, projeto liderado pela TME (Toyota Motor Europe) com o objetivo de melhorar ergonomicamente os postos de trabalho;
- Participação na 30th Convenção Mundial de QCC no Japão, com a equipa vencedora da Convenção Local QCC;
- Realização com sucesso de auditorias de concessão 1ª Fase e 2ª Fase, para certificação do nosso Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a norma ISO45001:2018;
- Fábrica anfitriã do Face to Face de Ergonomia, liderado pela TME;
- Comemoração do Dia do Colaborador, com a realização de atividades dinâmicas para fortalecer o espírito de equipa.

Perspetivas

Para o ano de 2020 prevê-se, mais uma vez, um aumento do volume de produção da Atividade LC70 (2 563 unidades), bem como a operacionalização no terreno de alguns projetos em desenvolvimento.

ATIVIDADE COMERCIAL

Enquadramento do Mercado de Ligeiros

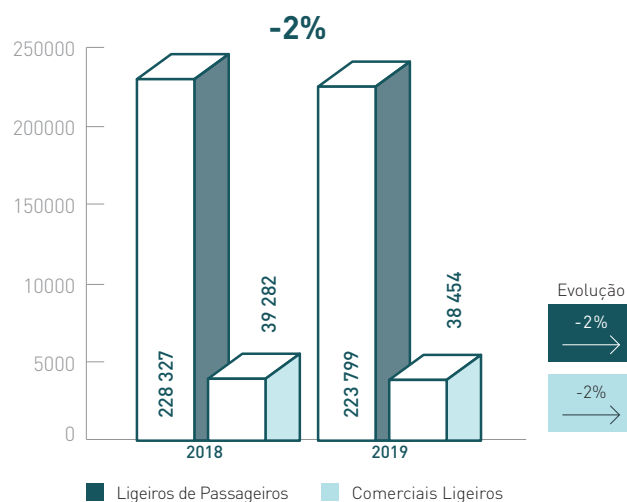
O ano de 2019 quebrou a tendência ascendente verificada nos últimos anos, com o total do mercado a decrescer -2%.

As viaturas de passageiros e as viaturas comerciais ligeiras registaram uma quebra face ao período homólogo, com uma variação de -2,0 % e -2,1%, respetivamente.

De destacar, como fatores justificativos do desempenho do mercado:

1. A economia portuguesa prossegue uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração;
2. Após o pico da crise em 2012, o mercado automóvel vinha registando crescimentos sucessivos nos últimos 6 anos atingindo agora um “nível de estagnação”;
3. O crescimento do mercado de rent-a-car que se tem verificado nos últimos anos, tem gerado stock de viaturas semi-novas que voltam a entrar no mercado, canibalizando a venda de viaturas novas.

EVOLUÇÃO DO MERCADO



Viaturas Toyota

Em 2019, a Toyota apresentou um total de vendas de 11.166 unidades, traduzindo-se numa quebra de 6% quando comparado com o ano anterior.

Estas vendas resultam numa quota de mercado total de 4,3% no ano de 2019 (-0,2 p.p. face a 2018):

Nos **Ligeiros de Passageiros**, a Toyota apresenta uma quebra de 4%, com uma quota de 4,3% (-0,1 p.p. vs 2018).

Estes resultados devem-se ao impacto negativo do escoamento do modelo de volume Auris nos primeiros meses do ano, substituído pelo Novo Corolla, bem como a descontinuação da motorização Diesel (a Toyota foi a primeira Marca a abandonar as viaturas Diesel nos veículos de passageiros) a qual tem apresentado uma quebra substancial na procura mas ainda com significado no setor empresarial.

Pela positiva, continua a destacar-se o forte desempenho das viaturas híbridas que registaram um crescimento de +12,3% face a 2018, tendo representado cerca de 60% das vendas de veículos passageiros, sendo a Toyota a marca com maior volume de Vendas de viaturas eletrificadas.

Nas **Viaturas Comerciais Ligeiras**, a Toyota apresenta uma quebra de 19%, com uma quota de mercado de 4,0% (-0,8 p.p. vs 2018).

Este decréscimo é maioritariamente justificado pela descontinuação dos modelos Diesel derivados de turismo – Yaris Bizz e Auris Bizz, assim como menor volume de compras públicas.

De salientar a forte pressão concorrencial sentida nos Segmentos B (utilitários) & C (pequenos familiares) – campanhas promocionais agressivas ao longo de todo o ano.

Para 2020, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas – Yaris, Corolla, RAV4 e C-HR – sustentado, no caso do Yaris, pelo lançamento do Novo Modelo previsto para o 2º semestre, e, no RAV4 a destacar o lançamento da nova motorização Híbrida Plug-in, que trará argumentos diferenciadores especialmente no mercado empresarial;
- Continuar a aposta na imagem e valor da marca através da inovadora tecnologia Híbrida;
- Continuar a potenciação da gama de comerciais, com o importante lançamento do novo modelo Proace City inserida no maior segmento de mercado das viaturas comerciais – segmento dos Pequenos Furgões.

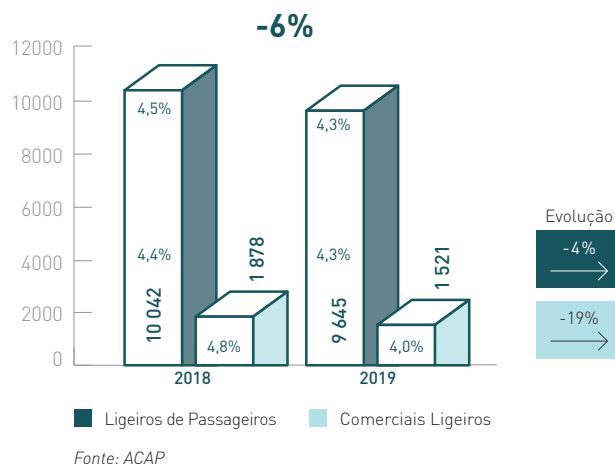
Enquadramento do Mercado Premium

O Mercado Premium registou uma evolução positiva face ao ano anterior, apresentando um crescimento de 1% e totalizando 48.029 unidades comercializadas.

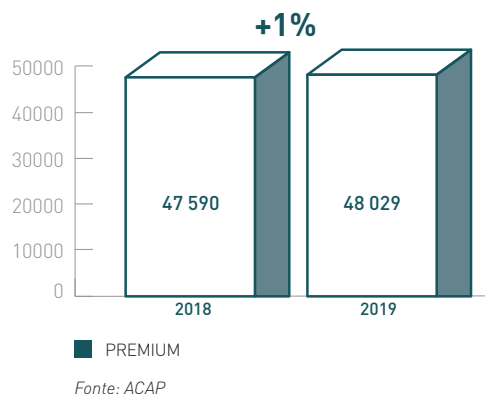
Este crescimento é justificado pela contabilização das matrículas da marca Tesla, anteriormente não conhecidas, uma vez que a empresa passou a ter o estatuto de Representante Oficial de Marca pelo IMT e por esta razão as suas vendas passaram a ser divulgadas pela ACAP.

O Mercado Premium representa cerca de 21% da totalidade do mercado de passageiros.

EVOLUÇÃO TOYOTA: 2018 vs 2019



EVOLUÇÃO MERCADO PREMIUM



VIATURAS LEXUS

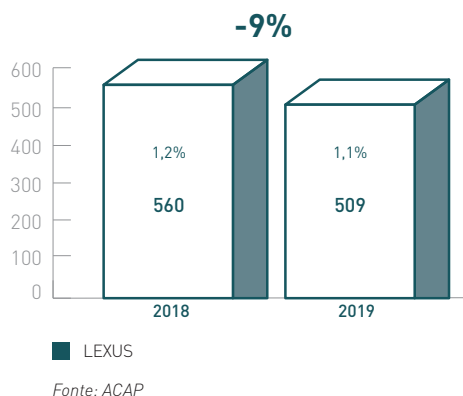
Num ambiente concorrencial complexo, com uma intensa agressividade comercial dos concorrentes nos segmentos C-Premium e D-Premium, a marca Lexus, integralmente composta por viaturas híbridas, interrompeu a trajetória de crescimento verificada continuamente nos últimos 6 anos, apresentando um decréscimo de 9%.

Em 2019, a Lexus registou 509 matrículas, traduzindo-se numa quota de 1,1% no mercado premium (-0,1 p.p.).

Para 2020, os objetivos globais definidos passam por:

- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas com design avançado, tirando partido do contexto generalizado de redução da presença das motorizações a Diesel;
- Capitalizar a expansão da Rede de Concessionários, iniciada em 2019 e que passará a contar com novos pontos de venda e assistência;
- Lançar com sucesso o primeiro modelo totalmente elétrico – UX300e – que pelo contexto atual da fiscalidade permitirá à Marca dispor de argumentos sem precedentes para abordar o mercado empresarial;
- Garantir a consistência da performance de venda de viaturas usadas, de modo a aumentar a presença da marca, assim como sustentar a cadeia de valor associada a esta atividade.

EVOLUÇÃO LEXUS: 2018 vs 2019



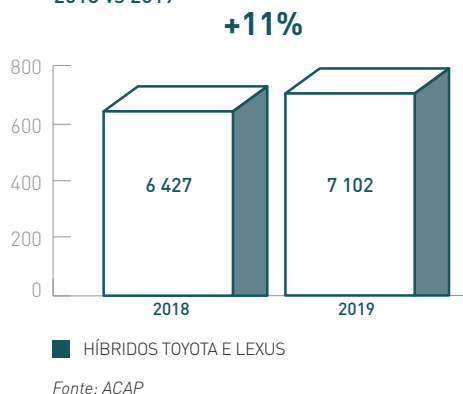
Evolução das Vendas de Viaturas Híbridas Elétricas Toyota e Lexus

Em 2019, foi de destacar uma vez mais o desempenho dos Híbridos Toyota e Lexus que registaram um crescimento de 11% face a 2018. As viaturas eletrificadas representaram já 70% (+9,3p.p. vs 2018) das vendas de ligeiros de passageiros Toyota e Lexus.

Este desempenho ficou a dever-se a uma ampla e renovada oferta de viaturas híbridas, num total de 16 modelos – 7 Toyota e 9 Lexus – e ao enfoque na divulgação e promoção dos benefícios da tecnologia híbrida.

Perspetiva-se para 2020 a continuação do crescimento das vendas de viaturas híbridas elétricas a um ritmo substancialmente superior ao crescimento do mercado.

EVOLUÇÃO TOYOTA E LEXUS HÍBRIDOS: 2018 vs 2019



Perspetivas

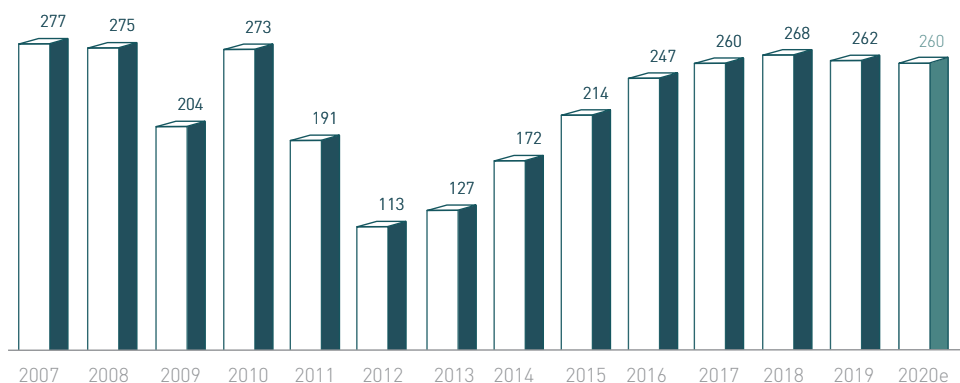
De acordo com as projeções publicadas no último Boletim Económico de dezembro de 2019, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade nos próximos anos, embora em desaceleração.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2019- 2021 TAXA DE VARIAÇÃO, EM PORCENTAGEM

	BE DEZEMBRO 2019		
	2019	2020	2021
PIB	2,0	1,7	1,6
Consumo Privado	2,3	2,1	1,9
Consumo Público	0,5	0,8	0,8
FBCF	7,3	5,4	4,8
Procura interna	3,1	2,6	2,2
Exportações	2,8	2,6	2,8
Importações	5,4	4,6	4,2
IHPC	0,3	0,9	1,2

Face a este enquadramento, a previsão de Mercado para 2020 é relativamente estável, situando-se em torno das 260.000 unidades:

EVOLUÇÃO DO MERCADO AUTOMÓVEL EM MILHARES



Face às condições descritas, o objetivo para 2020 é um crescimento de 3% comparativamente ao ano de 2019, representando 12.065 unidades, Toyota e Lexus.

APÓS-VENDA

Durante o ano de 2019, a faturação global da Divisão Após-venda totalizou mais de 38,6 milhões de euros. Este valor inclui os serviços “Extensão de Garantia” e “Assistência Total”, cuja faturação neste ano correspondeu a 1,7 milhões de euros. Foram ainda faturados 3,8 milhões de euros em peças para garantias.

A atividade comercial de peças (genuínas & incorporação nacional), que exclui os acessórios, as garantias e os serviços, totalizou a 29,6 milhões de euros. Este valor traduz-se num crescimento de 4,3% face a 2018, “ainda” num contexto de decréscimo do parque circulante.

A faturação de acessórios (que inclui o merchandising) totalizou 3,4 milhões de euros. Este valor situa-se 3,6% abaixo da faturação obtida no ano de 2018. Contudo, a incorporação de acessórios e merchandising por viatura nova vendida apresenta um crescimento de 3,1% (295€ em 2019 contra 286€ em 2018).

Em 2019, a TCAP manteve o foco no serviço de excelência orientado para cliente (360º), de forma a garantir o desenvolvimento da atividade do Após-venda.

Destacamos algumas das iniciativas empreendidas, que contribuíram para os resultados do ano:

- **Introdução de 7 anos de garantia para toda a Gama Toyota e Lexus.**
- Implementação da estratégia da Gestão da Cadeia de Valor 2021, baseada em 10 projetos que cobrem componentes mais relevantes do negócio, e nas oportunidades da Cadeia de Valor como, Usados, Seguros, Acessórios, Frotas, Financiamentos, Serviço e Peças.

Esta estratégia foi desenhada para atuar gerando retorno no negócio, e com um impacto direto na margem consolidada. Impõe uma visão 360° das várias áreas de negócio, e prevê uma relação a longo termo com os Clientes.

- Contínuo desenvolvimento do Serviço 5+ (programa para retenção de Toyota's mais antigos), com introdução do serviço específico para viaturas Híbridas.
- Lançamento dos contratos de manutenção para os novos modelos RAV4, Corolla e Camry.
- Renovação do Programa Toyota Hybrid Service, com um novo plano de comunicação e ações de marketing reforçando a escolha inovadora, a confiança nos profissionais e os baixos custos de manutenção.
- Revitalização do Programa "Trade Pro" (venda de peças via balcão), com o alargamento a novas concessões piloto, assim como a adoção de um novo fardamento para os praticistas. O objetivo é aumentar as vendas itinerantes de peças genuínas junto das oficinas independentes.

MÁQUINAS INDUSTRIAIS

Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	2018	2019	VARIAÇÃO	2018	2019			
			%	QT	QUOTA	QT	QUOTA	%
Empilhadores Contrabalançados	1.841	1.988	8%	302	16,4%	459	23,1%	52,0%
Equipamento de armazém	2.818	2.924	4%	437	15,5%	624	21,3%	42,8%
TOTAL MMC	4.659	4.912	5%	739	15,9%	1.083	22,0%	46,5%

Fonte: Wits

MERCADO

O mercado de **Máquinas de Movimentação de Carga** registou, em 2019, um crescimento na ordem 5%.

No que respeita à Toyota foram colocadas, em 2019, 1.083 encomendas, que num mercado total de 4.912 unidades, corresponde a uma quota de mercado de 22%.

Desempenho das Vendas Toyota por segmento

Relativamente ao segmento de **Empilhadores Contrabalançados** registou-se um crescimento face ao ano anterior de 52%, elevando a nossa quota de mercado para os 23,1%.

No segmento de **Equipamentos Armazém**, também se verificou a mesma tendência, registando um crescimento de 42,8% face ao ano anterior, situando a nossa quota de mercado nos 21,3%.

Saliente-se que o crescimento nos 2 segmentos se deveu a um melhor desempenho das nossas equipas de vendas, uma vez que a variação total foi de 46,5%, substancialmente superior ao crescimento de mercado de 5%.

Perspetivas

Tendo em consideração a atual conjuntura, bem como, as previsões de desaceleração do crescimento económico, para 2020, prevemos que o mercado possa contrair (na ordem dos 10%).

Relativamente ao desempenho da Toyota, perspectiva-se mais um ano desafiante, uma vez que a agressividade das marcas concorrentes se tem intensificado bastante.

O nosso objetivo passa pela diferenciação da concorrência mantendo um bom nível de serviço de assistência, flexibilização face às necessidades e pela criação e apresentação de ofertas e soluções inovadoras para que possamos conquistar novos clientes e consolidar a nossa performance e resultados.

CAETANO AUTO, S.A.

O volume de negócios do exercício findo na Caetano Auto ultrapassou os 238 milhões de euros, superando os 234 milhões do ano anterior, registando por isso um crescimento próximo dos 2%.

Entretanto, a Caetano Auto mantém o foco na melhoria contínua, permitido alcançar retornos mensuráveis interessantes, como os acima referidos relativamente ao volume do negócio, mas também na contenção dos gastos, alavancando assim a rentabilidade da Empresa.

Quanto às depreciações e amortizações, estas continuam a influenciar negativamente e de forma significativa os resultados obtidos, ao representarem agora mais de 6 milhões de euros. Este valor resulta, quer do património imobiliário detido, quer e também, do crescimento substancial desta rubrica pelo incremento em 2019 da nova atividade de aluguer de automóveis que, contudo, deve ser apreciado conjuntamente com a variação positiva das prestações de serviços.

Desse património imobiliário há que relatar a alienação em 2019 dos imóveis de Vila Real de Santo António, no Algarve e de Celão, em Viseu, ambos já há muito classificados em Propriedades de Investimento a aguardar oportunidade de alienação.

Por tudo o atrás exposto, o exercício de 2019 foi mais um período em que foi possível incrementar a robustez da empresa, mantendo-se esta num nível de resultados positivos bastante agradáveis e contribuindo em consequência para os resultados consolidados apurados no Grupo Toyota Caetano Portugal.

CAETANO AUTO CV, S.A.

INDICADORES DE CLIMA ECONÓMICO*

Clima Económico em Geral: Em geral, o ritmo de crescimento económico em Cabo Verde continuou a acelerar no 4º trimestre 2019, registando o valor mais alto dos últimos sete (7) trimestres consecutivos. A conjuntura económica é portanto favorável.

Comércio em Estabelecimentos: O indicador de confiança manteve a tendência descendente dos últimos trimestres, evoluindo desfavoravelmente face ao trimestre homólogo, sendo a conjuntura económica no setor desfavorável. No decorrer do 4º trimestre de 2019, a rutura de stocks e a insuficiência da procura foram os principais constrangimentos do setor.

Turismo: no 4º trimestre 2019, o indicador de confiança em Cabo Verde inverteu a tendência descendente do último trimestre, situando-se acima da média da série, sendo a conjuntura no setor favorável. Os empresários apontaram a insuficiência da procura como sendo o principal obstáculo do setor no 4º trimestre de 2019.

Construção: O indicador manteve a tendência ascendente dos últimos trimestres, registando o valor mais alto dos últimos quarenta e cinco (45) trimestres consecutivos, evoluindo favoravelmente face ao trimestre homólogo. Os empresários apontaram a insuficiência da procura e as dificuldades na obtenção de crédito bancário como sendo os principais constrangimentos do setor no 4º trimestre 2019.

Transportes e Serviços Auxiliares aos Transportes: Este indicador evoluiu positivamente face ao trimestre homólogo, situando-se acima da média da série. A conjuntura no setor é pois favorável. De acordo com os empresários a concorrência e as dificuldades financeiras foram os principais constrangimentos do setor no decorrer do 4º trimestre 2019.

*Fonte [Inquéritos de conjuntura INE CV 4º Trim. 2019]

ATIVIDADE COMERCIAL

Viaturas

MARCA	2019	2018	VARIAÇÃO 2019 / 2018	
			QTD.	%
Toyota	435	417	18	4,31%

Em comparação com igual período do ano transato, a Caetano Auto CV, S.A. comercializou mais 18 unidades, equivalentes a um crescimento de 4,31% em viaturas novas.

Positivamente destaca-se a redução da dependência de venda de dois modelos específicos, a Hiace e a Hilux. Estes dois modelos em 2018 foram responsáveis por uma venda correspondente a 73,86% das vendas do ano. Entretanto em 2019 o volume de venda destes mesmos modelos correspondeu tão somente a 59,44% das vendas do ano.

Isto retrata uma melhor repartição do volume de vendas por modelo, gerando, com isto, uma menor dependência e suscetibilidade a eventos externos, que a ocorrerem poderiam pôr em risco todo o negócio.

Após-venda

VENDAS	2019	2018	VARIAÇÃO 2019 / 2018	
			VALOR	%
Peças/Acessórios	175.407.718	166.359.554	9.048.164	5,44%
Oficina (Mão-de-Obra)	44.519.492	43.623.083	896.409	2,05%
Total	219.927.210	209.982.637	9.944.573	4,74%

(Valores em CVE)

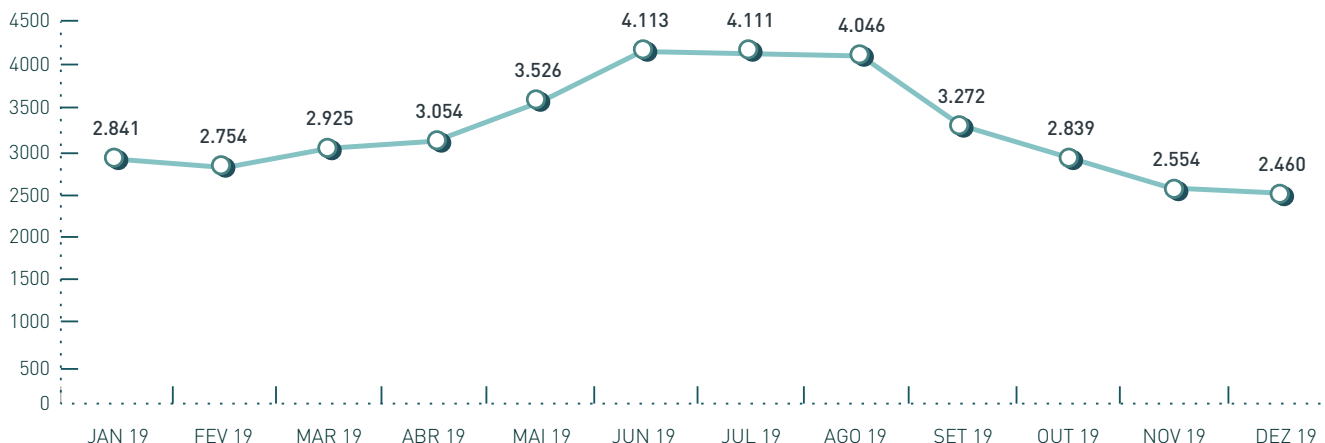
No que ao Após-venda respeita, é possível constatar um ligeiro aumento nos montantes comercializados face ao período homólogo do ano anterior, ainda que a colisão durante o primeiro quadrimestre do ano tenha sofrido uma quebra significativa. No entanto, com o decorrer do ano conseguimos reverter essa quebra e assim recuperar também os resultados.

Perspetivas

Por ser o Estado o maior fomentador da economia e os anos de 2020 e 2021 serem anos de eleições, haverá muito provavelmente uma redução de aquisições por parte do Estado Cabo-Verdiano (efeito direto) e também alguma redução no consumo por parte dos funcionários não concursados (efeito indireto). Pese embora este ser um cenário não benéfico esperamos para o exercício de 2020 um crescimento de 5% na comercialização de viaturas novas. Quanto ao Após-venda também se espera um crescimento dos 15% em relação ao presente ano. Esse crescimento do negócio Após-venda assentará numa estratégia de busca e cativação de clientes com viaturas fora de garantia que tendencialmente deixam de fazer serviços nos concessionários da marca.

CAETANO RENTING, S.A.

Concluímos o exercício de 2019 com 2.460 unidades em frota, o que representa um decréscimo de cerca de 16,78%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Este decréscimo teve a ver com a diminuição das viaturas provenientes da parceria com a Caetano Auto.

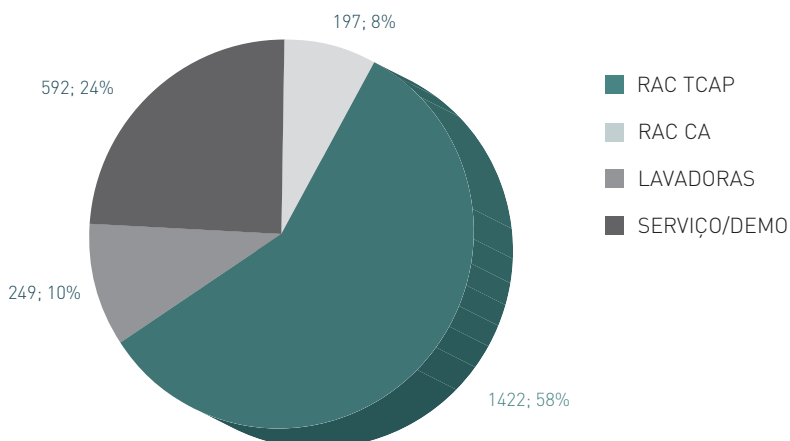


Contudo, o fornecimento de viaturas para o negócio de rent-a-car continua em crescendo, já que as aquisições para este segmento, aumentaram cerca de 22,63%, em relação ao ano passado, continuando assim, a ser o segmento com mais peso na nossa atividade.

Como já vem sendo habitual, continuamos com o aluguer de máquinas Industriais, que equivalem a 24% da frota operacional total.

Como consequência da diminuição da frota verificou-se também a redução do Volume de Negócios, que caiu cerca de 18,91%, em comparação com 2018, tendo atingido os 8,33 milhões de euros.

Apesar desta quebra no volume de negócios, a Empresa conseguiu, graças a uma adequada gestão, manter os seus níveis de rentabilidade contribuindo assim positivamente para o resultado consolidado apurado no Grupo Toyota Caetano.



Perspetivas

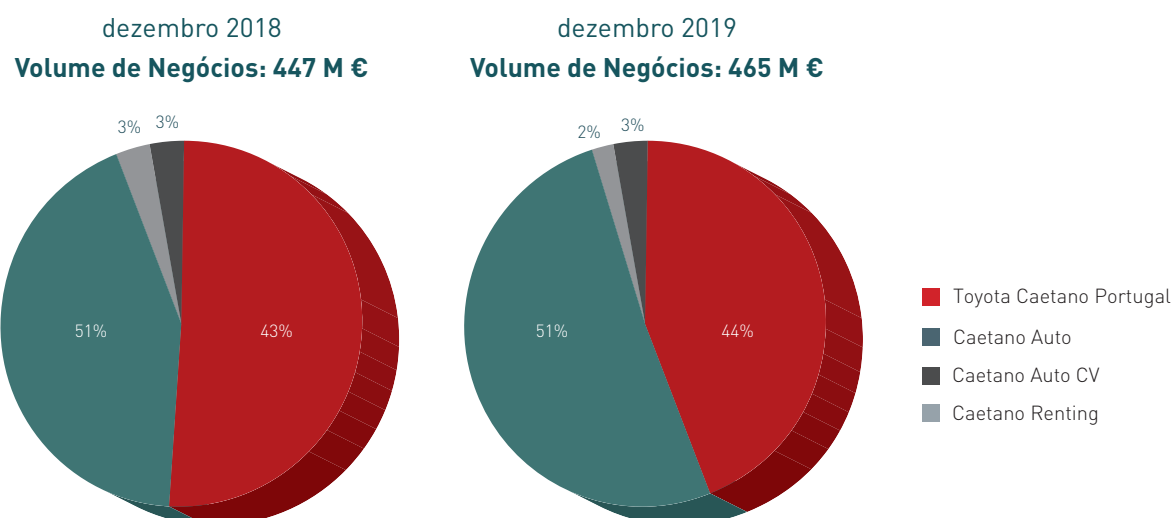
Tendo-se verificado as perspetivas apontadas no relatório de gestão de 2018 com a consequente quebra de atividade em 2019, fruto da alteração das estratégias de mobilidade nomeadamente por parte da Caetano Auto, S.A., podemos agora expressar que 2020 apresentará volumes de atividade muito similares a 2019, com a rentabilidade final a manter-se também nos níveis deste exercício.

ATIVIDADE FINANCEIRA

Análise consolidada

Durante o ano de 2019, no que respeita ao desempenho do setor automóvel, apesar da ligeira quebra registada, face ao ano de 2018, é de assinalar o crescimento significativo da venda de veículos movidos a energias alternativas.

Neste contexto, o Grupo apresenta um volume de negócios de 465 milhões de euros, superior em cerca de 18 milhões de euros (+4,1%) face ao obtido no período homólogo. O aumento verificado refletiu o contínuo crescimento das vendas no segmento dos veículos com tecnologia Híbrida, que fazem com que a marca Toyota seja líder a nível nacional.



O Grupo permanece com o seu objetivo, de manter um posicionamento de referência das marcas Toyota e Lexus, no mercado automóvel. Para tal, no início do ano colocou em prática um conjunto de estratégias tendentes à obtenção de um nível de resultados operacionais, considerados adequados ao normal desenvolvimento da atividade, e que proporcionou, no final de 2019, um E.B.I.T.D.A. de cerca de 43 milhões de euros, superior ao registado no período homólogo de 2018, em cerca 900 mil euros.

Fruto do desenvolvimento da parceria com a Toyota Financial Services foi possível implementar uma nova forma de operacionalizar a atividade entre o Distribuidor e a rede de concessionários de forma a ser reduzido o tempo médio de cobrança, com consequências significativas na redução do endividamento bancário. Este processo, até pela sua implementação gradual ao longo de 2019, ainda não produziu efeitos visíveis ao nível dos resultados financeiros, os quais surgiram negativos em cerca de 2 milhões de euros, inferiores em cerca de 400 mil euros em relação aos registados em 2018.

O grau de autonomia financeira do Grupo de 46%, reflete a continuada política de uma gestão adequada da estrutura de capitais.

Com o propósito de sintetizar a evolução da atividade e desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal, segue abaixo um quadro de indicadores comparativos na unidade monetária milhares de euros:

	DEZ/18	DEZ '19	VARIAÇÃO
Volume de negócios	446.875	465.119	4,1%
Lucro Bruto	81.214	93.726	15,4%
% (f) vendas	18,2%	20,2%	
Fornecimentos e serviços externos	42.314	44.571	5,3%
% (f) vendas	9,5%	9,6%	
Gastos com o pessoal	41.164	41.371	0,5%
% (f) vendas	9,2%	8,9%	
E.B.I.T.D.A.	42.561	43.461	2,1%
% (f) vendas	9,5%	9,3%	
Resultado operacional	19.137	18.293	-4,4%
% (f) vendas	4,3%	3,9%	
Resultados financeiros	-1.503	-1.947	-29,5%
% (f) vendas	-0,3%	-0,4%	
Resultado líquido consolidado	12.873	11.647	-9,5%
% (f) vendas	2,9%	2,5%	
Financiamento Bancário líquido	73.929	31.540	-57,3%
Grau de autonomia financeira	43,1%	46,0%	

Ainda que as estatísticas sobre o mercado automóvel em Portugal, divulgadas para o primeiro mês de 2020, apontem para um decréscimo do número de unidades vendidas, o Grupo Toyota Caetano Portugal, tem como expectativa contrariar esse ciclo durante o ano em curso. Para isso, conta com o alargamento da oferta de produtos do segmento das viaturas eletrificadas, da entrada no segmento dos pequenos furgões, bem como com o contributo importante da nova geração do “core model”, Yaris, de forma a ser possível, a manutenção da sua estratégia de sustentabilidade no mercado.

GESTÃO DE RISCOS

Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias, etc.).

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo com relações comerciais geograficamente diversificadas, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade.

AÇÕES PRÓPRIAS

A sociedade não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro de 2019, a sociedade não detinha ações próprias.

RELATÓRIO NÃO FINANCEIRO

Qualidade, Ambiente e Kaizen

Alinhada com o diagnóstico realizado às necessidades das suas partes interessadas, a Toyota Caetano Portugal, tem vindo a priorizar ao longo dos anos a implementação de uma política de ética e de transparência, materializando a sua estratégia de sustentabilidade, numa gestão social e ambientalmente responsável.

Durante o ano de 2019, a implementação da estratégia definida, encontra-se evidenciada nas principais ações planeadas e nos resultados obtidos:

- No âmbito do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, destacou-se a realização de auditorias internas e externa (entidade certificadora – SGS), mantendo-se as certificações de acordo com as normas ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015. A Divisão de Equipamento Industrial - Norte realizou a migração para a nova norma ISO 45001, alinhando a Segurança e Saúde no Trabalho com o Sistema de Gestão Integrado.
- A Toyota Caetano Portugal tem vindo a reforçar a sua estratégia de melhoria contínua (Kaizen). Anualmente, os resultados da melhoria contínua, são alvo de reconhecimento por parte da Administração aos Colaboradores.
- Trabalhar com veículos eletrificados Toyota e Lexus, dá-nos a oportunidade de fazer a diferença no nosso planeta. É uma oportunidade para promover a mudança para a neutralidade carbónica, alinhada com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). É por isso, que a Toyota Caetano Portugal, continua empenhada na implementação do seu programa “Desafio Ambiental Toyota 2050”, em coordenação com a Toyota Motor Europe.
- Pelo sexto ano consecutivo, a Toyota Caetano Portugal participou no relatório anual sobre Desenvolvimento Sustentável “Carbon Disclosure Project (CDP) – Climate Change”, promovendo a transparência corporativa e a contabilização da pegada de carbono da organização. O resultado alcançado em 2019, foi B (Management), acima da média europeia C (Awareness).
- Para este resultado CDP, muito contribuiu a estratégia de massificação de viaturas eletrificadas no mercado nacional, onde atingimos um excelente ratio de 70% de vendas de viaturas híbridas e plug-in sobre o total de vendas de ligeiros de passageiros.
- Uma das melhorias implementadas rumo à neutralidade carbónica, foi a alteração do consumo de energia elétrica convencional para consumo de energia verde (proveniente de fontes renováveis), certificada pela EDP.

- As ações de eficiência energética implementadas nos seus edifícios e processos também foram alvo de significativas melhorias. Existiram ações de melhoria energética com a transformação gradual dos edifícios para iluminação com LED, reduzindo substancialmente o consumo.

A Biodiversidade está, intimamente, relacionada com as Alterações Climáticas, uma vez que, existem provas suficientes que demonstram que as Alterações Climáticas podem acelerar o processo de desaparecimento de determinadas espécies. Sustentando a sua política de responsabilidade social e ambiental, foi assinado um Protocolo com a Câmara Municipal de Gaia – Parque Biológico – para acompanhamento técnico ao Bosque Ser Caetano. Este espaço pretende responder aos desafios de uma sociedade mais verde e amiga do ambiente, e do qual os Colaboradores da Toyota Caetano Portugal poderão usufruir.

Foi também dada continuidade ao Programa “Um Toyota, Uma Árvore”, onde desde 2005 que a Toyota contribui para tornar Portugal mais verde, oferecendo à Natureza uma árvore por cada viatura vendida. Este Programa, tem-se desenvolvido e crescido de forma a permitir contribuir cada vez mais e de forma sustentável no tempo para a recuperação de zonas ardidas, baldias e terrenos áridos, recorrendo a uma escolha de plantas e arbustos florestais certificados e em harmonia com a biodiversidade da área a plantar.

Também subscrevemos a “Carta de Princípios do Business Council for Sustainable Development – Portugal”, alinhada com os princípios orientadores de uma boa gestão empresarial, de acordo com padrões éticos, sociais, ambientais e de qualidade aplicáveis em qualquer contexto da economia global. Reforçarmos assim, o nosso compromisso, para com a ambição estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Compromisso 2020

Continuarmos o crescimento sustentável na venda de viaturas eletrificadas, para as quais traçamos um objetivo de 74,1 % de penetração sobre o total de vendas de viaturas de passageiros.

Prosseguirmos com o pensamento diário de todos os Colaboradores, focado no princípio Kaizen (melhoria contínua), onde apontamos para um objetivo de 1,5 ideias por Colaborador.

Continuarmos a responder à solicitação dos investidores internacionais, quanto à transparência da economia do baixo carbono da Toyota Caetano Portugal, através do Carbon Disclosure Project (CDP) e mantermos o “nível B - Management”.

Reforçarmos a implementação de programas de biodiversidade integrados no Bosque Ser Caetano e na campanha Um Toyota, Uma Árvore, com participação de vários dos nossos stakeholders.

Respondendo ao desafio lançado pela Toyota Material Handling Europe, a Divisão de Equipamento Industrial, participará na avaliação de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, a cargo da plataforma EcoVadis. Esta plataforma classifica o nível de Responsabilidade Social e Sustentabilidade das diferentes Empresas com objetivo de interligar os fornecedores e os clientes internacionais.

Obter a Certificação Energética na Divisão de Equipamentos Industriais – Norte, pela norma ISO 50001: 2018, iniciada em 2019 (1ª fase) e com conclusão prevista em junho de 2020.

RELATO DAS QUESTÕES SOCIAIS RELATIVAS AOS TRABALHADORES

Atividade DPC

A Direção Corporativa Pessoas, Marca e Comunicação foi criada em 2015 com o propósito claro de tornar a Toyota Caetano Portugal num sítio melhor para viver, crescer e trabalhar. Uma missão contínua, que guia a nossa ambição diária de construir um Sistema Integrado de Gestão de Pessoas cada vez melhor e mais eficiente, em alinhamento com os valores e cultura organizacionais e com os objetivos do negócio.

2019 foi o ano de ativação da estratégia de atração e retenção de talento, que culminou no lançamento do Portal A.R.T.E., cuja missão é Atrair e Reter Talento Exponencial. Numa altura em que o emprego deve ser sobretudo uma fonte de realização pessoal e profissional, a definição de estratégias que potenciem a atratividade do mesmo é fundamental para que as empresas possam prosseguir os seus negócios e criar boas experiências ao Cliente,

através das capacidades do capital humano que conseguirem atrair. Devemos continuar a promover e reforçar a nossa proposta de valor enquanto empregadores, por forma a atrair as melhores Pessoas para as marcas Toyota e Lexus.

Neste sentido, também a estratégia de acolhimento de estagiários – assente no Programa Talento Jovem – foi uma preocupação em 2019. Através da revisão da identidade visual, da ativação de uma estratégia de comunicação nas redes sociais, do aumento da presença em instituições de ensino e feiras de emprego, o programa de trainees conquistou maior visibilidade e aumentou o número de candidatos. Ainda a salientar a realização do Open Day, que permitiu a alguns jovens a vinda às nossas instalações onde poderão realizar os seus estágios, numa lógica de aproximação dos estudantes à realidade empresarial.

Mas falar do ano transato é, inevitavelmente, falar da reinvenção da Formação Salvador Caetano. Uma mudança de atitude, de braço dado com os tempos modernos e a inovação levou-nos ao lançamento da Academia Ser Caetano no digital. Esta plataforma de e-learning pretende trazer para o espaço digital todas as vantagens e oportunidades de um centro de formação do mundo real, de uma forma atrativa, intuitiva e de fácil acesso. Com conteúdos mais adaptados às realidades de cada empresa e marca e com a comodidade do digital, serve ainda o propósito de alinhamento corporativo, através da disseminação mais eficaz de mensagens chave da organização e do reforço dos nossos valores.

Quanto aos indicadores de 2019, a formação de ativos contou com 80 936 horas, num total de 565 cursos repartidos pelas áreas de retalho, serviços e indústria. A formação de jovens teve um total de 894 198 horas, em 43 cursos e 770 formandos, espalhados pelos 7 polos em todo o país.

A nossa Cultura tem sido o suporte à estratégia da DPC, desde a sua criação, atuando de forma transversal. 2019 foi um ano de definição de competências estratégicas para cada grupo funcional, em alinhamento com os nossos valores, estando programada a sua aplicação prática, ao longo de 2020, nos diferentes processos do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas. Mais um passo que tem como objetivo o desenvolvimento contínuo dos nossos Colaboradores, com destaque para as nossas lideranças, e o seu ajustamento às necessidades presentes e futuras.

E nunca esquecendo as influências da família Toyota, foi implementado pela primeira vez em Portugal o programa BRiT - Best Retailer in Town, que envolveu todos os concessionários da rede nacional Toyota. Este programa visa a melhoria dos nossos serviços e da experiência do Colaborador e do Cliente, com uma amplitude de 360 graus. De destacar particularmente o EES – Employee Engagement Survey – que tem como objetivo medir e apoiar um dos pilares do BRiT, o envolvimento dos Colaboradores. Este questionário avalia a satisfação e o comprometimento do Colaborador na organização e ainda o seu nível de recomendação. Este processo pressupõe o empenho de todos e, por isso, partilham-se os resultados e criam-se planos de melhoria.

Em 2019 realizámos ainda o Barómetro Ser Caetano, um estudo de clima organizacional que nos permitiu perceber a perceção dos nossos Colaboradores face à organização.

No caminho da transformação digital, a desmaterialização dos processos é já uma realidade em praticamente todas as áreas de Gestão de Pessoas, o que tem possibilitado um mais fácil acesso dos Colaboradores à informação e maior agilidade na disponibilização de processos.

O Sistema de Gestão de Desempenho e Desenvolvimento (GDD) abrangeu, em 2019, todo o universo Toyota Caetano Portugal, permitindo o alinhamento das condições e benefícios, para orientar o percurso do Colaborador e proporcionar uma visão ampla dos caminhos que este pode tomar.

O ano terminou com a redefinição da estratégia de Responsabilidade Social Corporativa, em alinhamento com todas as atividades que são já praticadas pelas marcas e fomentando o impacto positivo que temos nas comunidades onde nos inserimos.

De referir ainda a contínua implementação de boas práticas Kaizen, com o objetivo de inspirar uma cultura de melhoria contínua, que resulta das sugestões de todos os que compõem a Organização.

Ao longo destes 5 anos, muitos têm sido os desafios e as oportunidades. Acreditamos que só a continuidade desta estratégia concertada pode dar frutos na atração e retenção do melhor potencial, integrando e desenvolvendo as nossas Pessoas.

Igualdade entre homens e mulheres

É preocupação constante para a Toyota Caetano Portugal a promoção da igualdade de género, valorizando as competências técnicas e a atitude, independentemente do sexo, assim como as respetivas compensações. Num setor historicamente masculino, importa apostar na riqueza da diversidade de género e estamos empenhados na contratação de mulheres para áreas e funções onde a sua representatividade seja ainda reduzida.

Não discriminação

Atitudes e comportamentos que promovam a discriminação são veementemente repudiados pela Toyota Caetano Portugal. Por isso, estamos no mercado com uma atitude íntegra, honesta, com respeito por todos, promovendo um ambiente de trabalho cordial e digno. Simultaneamente, a organização é promotora ativa da igualdade de oportunidades e da integridade moral de todos os intervenientes no negócio.

Respeito pelos Direitos Humanos

Com profunda inspiração pelo Toyota Way, em harmonia com a atitude Ser Caetano, a Toyota Caetano Portugal alicerça a sua prática na defesa dos Direitos Humanos e no respeito pelas Pessoas. Não são, por isso, admitidos comportamentos discriminatórios, com base na raça, etnia, nacionalidade, origem social, idade, sexo, ideologia, opinião política, religião ou qualquer tipo de condição física ou social. A TCAP promove também o alargamento destas práticas nas relações com os stakeholders, nomeadamente junto dos Colaboradores, para que estas sejam levadas para as suas relações pessoais.

Diversidade

A Toyota Caetano Portugal promove a diversidade, desde a sua Gestão até aos Corpos Sociais. A renovação dos quadros diretivos é uma preocupação para a empresa, que entende a experiência e o conhecimento como sendo qualificações necessárias e indispensáveis para o exercício das funções. Só nestas condições se pode ter uma estratégia sustentável. Também as mulheres têm um papel preponderante neste equilíbrio, pelo que têm vindo progressivamente a ocupar cada vez mais lugares de liderança. No recrutamento e na formação é incentivada a discussão e aprendizagem intergeracional. Assente nestas práticas de diversidade de género e partilha entre gerações, a TCAP assume-se como uma empresa preparada para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais global e inclusivo.

DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2019, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de euros 11.593.984,22 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

e) Para a conta de reservas não distribuíveis por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.	Eur 2.245.030,85
f) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,20 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz	Eur 7.000.000,00
g) O remanescente para a conta de Resultados Transitados	Eur 2.348.953,37

OUTROS ASSUNTOS / AGRADECIMENTOS

Este relatório não ficaria concluído sem expressarmos o nosso reconhecimento às pessoas ou entidades que, de algum modo contribuíram para o desenvolvimento da atividade da Empresa ou para os resultados que foram alcançados, designadamente:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pela confiança revelada aos nossos produtos e pela distinção da sua preferência que continua a constituir o melhor estímulo;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração demonstrada em todos os momentos;
- A todos os Colaboradores que através da sua dedicação continuaram a demonstrar o seu empenhamento na prossecução dos objetivos da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 17 de março de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Matthew Peter Harrison

Katsutoshi Nishimoto

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

[Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea c) do artigo 9.º e do número 4 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM]

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2019, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Declara-se ainda que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não realizaram durante o exercício de 2019 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

Mais se declara de seguida, os valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- a acionista Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. (da qual o Senhor **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano** é Presidente do Conselho de Administração, a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Vice-Presidente do Conselho de Administração e o Senhor **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos** é Vogal do Conselho de Administração), adquiriu: em 16 de julho de 2019, 9.250 ações ao preço de 2,76 € cada uma; em 22 de julho de 2019, 623.626 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 23 de julho de 2019, 6.585 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 29 de julho de 2019, 30 ações ao preço de 2,70 € cada uma; em 30 de julho de 2019, 5.000 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 1 de agosto de 2019, 900 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 2 de agosto de 2019, 10.580 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 9 de agosto de 2019, 581 ações ao preço de 2,76 € cada uma; em 12 de agosto de 2019, 470 ações ao preço de 2,76 € cada uma; em 13 de agosto de 2019, 1.399 ações ao preço de 2,78 € cada uma; em 14 de agosto de 2019, 6.176 ações ao preço de 2,78 € cada uma; em 15 de agosto de 2019, 8.150 ações ao preço de 2,78 € cada uma; em 16 de agosto de 2019, 3.160 ações ao preço de 2,78 € cada uma; em 19 de agosto de 2019, 7.032 ações ao preço de 2,78 € cada uma; em 20 de agosto de 2019, 4.720 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 30 de agosto de 2019, 50 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 2 de setembro de 2019, 87 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 5 de setembro de 2019, 650 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 11 de setembro de 2019, 1 ações ao preço de 2,80 € cada uma; pelo que em 31 de dezembro de 2019 detinha 23.937.665 ações com o valor nominal de 1 euro cada.
- a acionista COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. não teve movimentos (da qual a senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Eng.º José Reis da Silva Ramos** é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração), pelo que em 31 de dezembro de 2019 detinha 393.252 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.

Para o efeito previsto na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade), declara-se que:

- **Eng.º José Reis da Silva Ramos**, Presidente do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;
- **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;
- **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;
- **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
 - 0,00223% do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

[Nos termos do Regulamento 5/2008 da CMVM]

À data de 31 de dezembro de 2019, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	AÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
Salvador Caetano - Auto - SGPS, S.A.	23.937.665	68,393
Toyota Motor Europe NV/S.A.	9.450.000	27,000

CONTAS INDIVIDUAIS 03.



INDICADORES FINANCEIROS

(Montantes expressos em euros)

	DEZ/19	DEZ/18
VOLUME DE NEGÓCIOS	361.725.495	363.662.703
CASH-FLOW BRUTO	21.780.049	22.936.004
RESULTADO LÍQUIDO	11.593.984	12.786.759
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDOS	1.868.571	2.060.032
GASTOS COM O PESSOAL	16.594.512	16.240.571
INVESTIMENTO LÍQUIDO	7.549.114	8.358.574
FUNDO DE MANEIO BRUTO	97.660.241	89.552.755
VAB	29.996.659	30.991.581
UNIDADES VENDIDAS	18.504	18.820
VOLUME DE EMPREGO	533	514

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	NOTAS	31/12/2019	31/12/2018
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos intangíveis	8	202.804	7.215
Ativos fixos tangíveis	5	27.400.458	28.993.197
Propriedades de investimento	6	12.754.648	12.507.561
Goodwill	7	611.997	611.997
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	9	47.827.499	44.596.492
Outros ativos financeiros	10	19.600	59.504
Ativos por impostos diferidos	15	1.447.256	1.320.835
Total de ativos não correntes		90.264.262	88.096.801
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	11	75.326.451	61.082.260
Clientes	12	72.522.678	110.786.784
Outras dívidas de terceiros	13	4.453.817	3.629.670
Imposto sobre o rendimento a recuperar	15	253.616	
Outros ativos correntes	14	499.118	2.835.539
Outros ativos financeiros	10	1.995.192	3.432.799
Caixa e equivalentes a caixa	4	9.465.441	15.003.395
Total de ativos correntes		164.516.312	196.770.447
Total do ativo		254.780.574	284.867.248
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Ajustamentos em ativos financeiros		8.437.143	5.810.898
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Outras reservas		67.319.346	67.319.346
Resultados transitados		5.279.796	1.788.817
Resultado líquido do exercício		11.593.984	12.786.759
Total do capital próprio	16	141.324.356	136.399.907
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	34.956.029	35.552.624
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	21	6.150.000	5.560.983
Passivos por impostos diferidos	15	110.279	154.852
Total de passivos não correntes		41.216.308	41.268.459
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	5.968.352	35.330.069
Fornecedores	18	33.586.141	35.020.440
Outras dívidas a terceiros	19	13.078.051	12.712.158
Imposto sobre o rendimento a pagar	15	0	1.945.972
Outros passivos correntes	20	19.607.366	21.751.226
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	21	0	439.017
Total de passivos correntes		72.239.910	107.198.882
Total do passivo		113.456.218	148.467.341
Total do passivo e capital próprio		254.780.574	284.867.248

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	23 e 24	361.725.495	363.662.703
Outros rendimentos operacionais	27	39.285.293	41.014.930
Variação da produção	11	1.132.295	-3.364.205
Total de rendimentos operacionais		402.143.083	401.313.428
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	11	-306.011.719	-302.261.681
Fornecimentos e serviços externos	25	-45.661.899	-45.929.839
Gastos com o pessoal	26	-16.594.512	-16.240.571
Amortizações e depreciações	5, 6 e 8	-8.699.177	-8.358.574
Imparidade de inventários	22	-561.873	
Imparidade de dívidas a receber	22	-36.526	5.778
Outros gastos operacionais	27	-10.123.588	-12.327.753
Total de gastos operacionais		-387.689.296	-385.112.640
Resultados operacionais		14.453.787	16.200.787
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	9	2.245.031	2.295.780
Juros e outros custos financeiros	28	-1.873.154	-2.243.373
Outros rendimentos financeiros	28	4.583	183.341
Resultados antes de impostos		14.830.247	16.436.536
Impostos sobre o rendimento do exercício	15	-3.236.263	-3.649.777
Resultado líquido do exercício		11.593.984	12.786.759

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do exercício	11.593.984	12.786.759
Componentes de rendimento integral do exercício, não recicláveis por resultados:		
Remensurações (perdas atuariais valor bruto) (Nota 21)		
Imposto diferido perdas atuariais (Nota 15)		
MEP Efeito em Capital próprio		
Resultado líquido do exercício	11.593.984	12.786.759

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo em 1 de janeiro de 2018		35.000.000	7.498.903	6.195.184	3.579.095	67.319.346	84.592.528	1.781.402	9.338.305	130.712.235
Alterações no período										
MEP							0			0
Aplicação do Resultado líquido do ano anterior					2.330.890		2.330.890	7.415	-2.338.305	0
Remensurações (perdas atuariais)							0			0
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio	9				-99.087		-99.087			-99.087
Resultado líquido do período		0	0	0	2.231.803	0	2.231.803	7.415	-2.338.305	-99.087
Rendimento integral									12.786.759	12.786.759
Operações com detentores de Capital no período									12.786.759	12.786.759
Dividendos distribuídos	16									0
Outras operações									-7.000.000	-7.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2018		35.000.000	7.498.903	6.195.184	5.810.898	67.319.346	86.824.331	1.788.817	12.786.759	136.399.907
Saldos em 1 de janeiro de 2019		35.000.000	7.498.903	6.195.184	5.810.898	67.319.346	86.824.331	1.788.817	12.786.759	136.399.907
Alterações no período:										
MEP							0			0
Aplicação do Resultado líquido do ano anterior					2.295.780		2.295.780	3.490.979	-5.786.759	0
Remensurações (perdas atuariais)							0			0
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio	9				330.465		330.465			330.465
Resultado líquido do período		0	0	0	2.626.245	0	2.626.245	3.490.979	-5.786.759	330.465
Rendimento integral									11.593.984	11.593.984
Operações com detentores de Capital no período									11.593.984	11.593.984
Dividendos distribuídos	16									0
Outras operações									-7.000.000	-7.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2019		35.000.000	7.498.903	6.195.184	8.437.143	67.319.346	89.450.576	5.279.796	11.593.984	141.324.356

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

[Montantes expressos em euros]

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTAS	2019		2018	
Recebimentos de Clientes		514.813.229		476.589.092	
Pagamentos a Fornecedores		-434.778.449		-419.707.084	
Pagamentos ao Pessoal		-11.363.151		-8.446.124	
Fluxo gerado pelas Operações			68.671.629		48.435.884
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento			-6.919.904		-4.837.374
Outros Recebimentos/Pagamentos			-21.074.793		-23.662.739
Fluxos de caixa das atividades operacionais			40.676.932		19.935.770
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros	9	1.629.831			
Ativos fixos tangíveis	5			99.702	
Propriedades de investimento	6			1.695.000	
Subsídios ao investimento					
Juros e rendimentos similares					
Dividendos	9		1.629.831		1.794.702
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros	9	-1.618.680			
Ativos fixos tangíveis	5	-1.345.701		-2.252.938	
Propriedades de investimento	6	-404.473			
Ativos fixos intangíveis	8	-219.205	-3.588.059		-2.252.938
Fluxos de caixa das atividades de investimento			-1.958.228		-458.236
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos Obtidos	17	93.000.000	93.000.000	306.483.075	306.483.075
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	17	-122.400.000		-310.983.075	
Amortização de passivos de locação	17	-6.219.749		-5.478.163	
Juros e gastos similares		-1.620.851		-1.726.321	
Dividendos	16	-7.016.060	-137.256.659	-6.995.076	-325.182.634
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			-44.256.659		-18.699.559
CAIXA E EQUIVALENTES					
Caixa e seus equivalentes no início do período	4		15.003.395		14.225.420
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4		9.465.441		15.003.395
Variação de caixa e seus equivalentes			-5.537.955		777.975

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência após-venda, a criação e operacionalização de projetos de formação e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a gestão de imóveis próprios, incluindo o arrendamento dos mesmos, e ainda o aluguer de veículos de curta ou longa duração, com ou sem condutor.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo ("Grupo Toyota Caetano") que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2019:

EMPRESAS	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa-mãe")	Vila Nova de Gaia
Caetano - Auto, S.A. ("Caetano Auto")	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. ("Caetano Renting")	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Caetano Auto CV, S.A. ("Caetano Auto CV")	Praia (Cabo Verde)

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 verificou-se alteração na composição do perímetro do Grupo com a liquidação da Saltano – Investimentos e Gestão, SGPS, S.A. ("Saltano") em maio de 2019.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelo Standing Interpretation Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, tomando por base o princípio do custo histórico com a exceção de alguns instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

A adoção das IFRS na elaboração das demonstrações financeiras ocorreu pela primeira vez em 2016, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses ("Sistema de Normalização Contabilística" ou "SNC") para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de janeiro de 2015, de acordo com o disposto na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro ("IFRS 1").

2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:
 - a) IFRS 16 (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. A partir da IFRS 16 procedeu-se à necessária análise e enquadramento com as situações reais aplicáveis à data e, (i) considerando a abordagem retrospectiva modificada com o Ativo igual ao Passivo e (ii) considerando no prazo, em regra, à data obrigatória e, (iii) as taxas de desconto idênticas às praticadas no mercado para outros financiamentos conclui-se que o impacto ao nível qualitativo e quantitativo, não é significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.
 - b) IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Não teve impacto a adoção desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
 - c) IAS 19 (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Não teve impacto a adoção desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
 - d) IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Não aplicável nas demonstrações financeiras da Entidade.
 - e) Melhorias às normas 2015 – 2017. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não teve impacto a adoção destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
 - f) IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

2. Alterações às normas e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:
- a) IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
 - b) Estrutura conceitual, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:
- a) IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
 - b) IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
 - c) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. Não aplicável nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.2.1 ADOÇÃO IFRS 16 - LOCAÇÕES

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 16, a Empresa optou pela aplicação do modelo “modified retrospective”, à data de 1 de janeiro de 2019, sendo que os valores comparativos das Demonstrações Financeiras não foram reexpressos.

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- (i) ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor podem ser excluídos independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- (ii) depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A Empresa adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, com ativo igual ao passivo, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios da Empresa no momento da transição.

As locações operacionais da Empresa dizem respeito a contratos de utilização de equipamentos industriais.

No que respeita aos compromissos anteriores com locações financeiras, na transição, os valores contabilísticos dos ativos e passivos por locação a 31 de dezembro de 2018 (16.473.981 e 18.982.693 euros, Notas 5 e 17, respetivamente) foram assumidos como direitos de uso e responsabilidades por locação de acordo com a IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019.

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As principais políticas usadas pela Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 6
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam o ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

A Empresa classifica suas operações de Locação como locação financeira ou operacional, com base na substância da transação em vez de sua forma legal. A partir de 1 de janeiro de 2019, a Empresa adotou a IFRS 16 com o registo dos equipamentos de transporte em regime de locação (ótica do locador) na rubrica "Ativos sob direito de uso" incluída nos "Ativos fixos tangíveis" da Demonstração da posição financeira. Esses ativos são contabilizados pelo custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas. O custo desses ativos compreende os custos iniciais e a mensuração inicial dos passivos relativos aos alugueres devidos por contratos de arrendamento, deduzidos dos valores pré-pagos e quaisquer incentivos recebidos. No final do contrato de locação a Empresa reclassifica os ativos fixos tangíveis locados para a rubrica de "Equipamentos de transporte".

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 6).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento) ou internamente.

d) Locações (ótica do arrendatário)

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2019

Identificação de locações

A Empresa avalia à data de início de cada contrato se o mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, a Empresa avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um ativo que passe a ser controlado. Para todos os contratos de locação é contabilizado um ativo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente à responsabilidade com as rendas a pagar exceto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O “direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela atualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Reconhecimento

A Empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é sujeito a testes de imparidade quando existem indícios de perda de valor sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada. Na maioria das situações, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas;
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificam: (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago a título de garantia de valor residual, ou (iii) caso a Empresa altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o valor do direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho ou uma perda na demonstração dos resultados.

Nas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor as rendas devidas são reconhecidas linearmente como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam ao longo do período de locação (Nota 25). Os compromissos à data da demonstração da posição financeira com o pagamento destas locações são apresentados na Nota 17.

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2018

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 25).

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são reconhecidas, no momento inicial das respetivas aquisições ao custo. Posteriormente as mesmas são valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

O custo dos produtos acabados e intermédios, assim como os produtos e trabalhos em curso corresponde ao seu custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas na produção, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como estas naturezas de inventários entre o início e o final do exercício é reconhecido como variação da produção na demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade acumuladas para desvalorização de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, o qual corresponde à cotação evidenciada em estatísticas de mercado.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Provisões e perdas por imparidade". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos que leva necessariamente a um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Ativos Financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2019

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber (se inclui apenas capital mais juro ou se inclui outras variáveis).

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
 - (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
- a) Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b) Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2019, a classificação dos ativos financeiros da Empresa por categoria encontra-se na Nota 29.

Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

i) Investimentos

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’, ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ e ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Toyota Caetano não detinha ativos financeiros para venda.

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex.: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) (Nível 2). Para os restantes casos são utilizadas técnicas de valorização não baseada em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os “investimentos financeiros disponíveis para venda” e os “investimentos registados ao justo valor através de resultados” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “investimentos financeiros disponíveis para venda” representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração da Empresa que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), a Empresa regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade.

A Empresa efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

ii) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

iii) Clientes e Dívidas de terceiros

Clientes e Outros devedores

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestado no âmbito da atividade da Empresa e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.3.i. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em “Perdas por imparidade”, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

j) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Financiamentos obtidos” (Nota 17), “Fornecedores” (Nota 18) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 19). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2019, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

ii) Fornecedores

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Current Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzidos do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 21). As remensurações são reconhecidas na rubrica de Outras Reservas. A contribuição para o Plano de Contribuição Definida é registada em gastos do exercício.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da posição financeira.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *Goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração da Empresa.

o) Rédito - contratos de clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

A Empresa considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

Os valores registados na rubrica "Outros ativos correntes" com o montante de 20.000 euros constituem contracts assets no âmbito da IFRS 15 (Nota 14).

Os valores "Outras dívidas a terceiros" e "Outros passivos correntes" com o montante de 276.584 euros e 7.270.846 euros respetivamente constituem contracts liabilities no âmbito da IFRS 15 (Notas 19 e 20).

p) Classificação de ativos e passivos na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

q) Resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias emitíveis na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

r) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis à Empresa.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados é incluída na Nota 24.

Na referida nota é ainda dada informação por subsegmento. Para o subsegmento de veículos automóveis é apresentado por comércio e indústria. Para o subsegmento de equipamento industrial é apresentado por máquinas, serviços e aluguer.

s) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registradas como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do exercício.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non-adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *goodwill* e respetivos testes de sensibilidade (Nota 7); e
- d) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 21).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8. Os pressupostos com maior impacto nas estimativas acima referidas são os da taxa de desconto utilizada para efeito do cálculo da responsabilidade por reformas e da imparidade do *Goodwill*, e das tábuas de mortalidade utilizadas para o efeito do cálculo da responsabilidade por pensões.

As principais estimativas e julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro do Grupo Salvador Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Grupo com relações comerciais geograficamente diversificadas, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

ii) Risco de taxa de juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

iii) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

iv) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa resulta essencialmente: i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos das entidades exteriores à Empresa. O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito. Regra geral os clientes da Empresa não têm rating de crédito atribuído.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro da Empresa, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) no rating atribuído pela empresa de seguro de crédito, com a qual a Empresa tem negociado um contrato de seguro de crédito; ii) a natureza societária dos devedores; iii) o tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iv) a experiência transações realizadas no passado; e v) os limites de crédito estabelecidos para cada cliente.

A Empresa considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma continua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Empresa compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial. Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível da Empresa a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais;

Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasa mais de 30 dias a contar da data de pagamento contratual.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 90 dias da data de vencimento das faturas. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, a Empresa continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do exercício.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação. A Empresa categoriza um financiamento ou conta a receber para ser desreconhecido quando o devedor falha para com pagamentos contratuais vencidos há mais de 90 dias.

Imparidade de ativos financeiros

a) Clientes e Outras dívidas de terceiros

A Empresa aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2019 são determinadas da seguinte forma; as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospetivas. A antiguidade dos saldos de clientes consta na Nota 12.

b) Financiamentos concedidos a entidades relacionadas

Considera-se que os saldos de “Financiamentos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos “Clientes”, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

A seguinte tabela apresenta um resumo em 31 de dezembro de 2019 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

RATING DEPÓSITOS LP	AGÊNCIA DE RATING	DEPÓSITOS À ORDEM
A2	Moody's	59.201
A3	Moody's	49.318
Aa3	Moody's	10.868
B1	Moody's	429.382
B2	Moody's	130.744
Baa1	Moody's	2.918.830
Baa3	Moody's	5.371.790
	Outros sem rating atribuído	407.706
Total		9.377.839

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de Rating Moody's.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram outras alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o detalhe de Caixa e Depósitos bancários era o seguinte:

	DEZ/19	DEZ/18
Numerário	87.602	86.840
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	9.377.839	14.916.555
Meios financeiros líquidos	9.465.441	15.003.395

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

DEZEMBRO 2019		TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS SOB DIREITO DE USO	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Valor Bruto:										
	Saldo inicial	5.421.882	32.862.416	53.142.845	49.905.484	6.240.812	2.992.338	-	107.460	150.673.238
	Efeito de alteração de política contabilística - IFRS16	-	-	-	(36.581.801)	-	-	36.581.801	-	-
	Adições	-	186.861	396.324	1.275.025	21.021	35.875	5.628.537	497.927	8.041.570
	Alienações	-	-	(96.521)	(3.427.056)	(832)	(312)	(1.063.388)	-	(4.588.109)
	Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	(101.120)	(101.120)
	Saldo final	5.421.882	33.049.277	53.442.648	11.171.651	6.261.001	3.027.901	41.146.951	504.267	154.025.580
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
	Saldo inicial	-	30.388.020	50.985.534	31.227.188	6.165.534	2.913.765	-	-	121.680.041
	Efeito de alteração de política contabilística - IFRS16	-	-	-	(20.107.820)	-	-	20.107.820	-	-
	Depreciações do exercício	-	419.873	700.798	715.075	37.736	20.633	6.464.559	-	8.358.675
	Transferências, alienações e abates	-	-	(96.521)	(2.330.881)	(832)	(312)	(985.048)	-	(3.413.593)
	Saldo final	-	30.807.893	51.589.811	9.503.562	6.202.438	2.934.087	25.587.331	-	126.625.123
	Valor líquido	5.421.882	2.241.384	1.852.837	1.668.090	58.563	93.815	15.559.619	504.267	27.400.458
DEZEMBRO 2018		TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS SOB DIREITO DE USO	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Valor Bruto:										
	Saldo inicial	3.946.027	32.576.731	52.682.383	49.067.308	6.208.216	2.969.294	-	32.456	147.482.415
	Adições	1.481.200	285.685	494.624	6.208.332	32.680	23.044	-	75.004	8.600.569
	Alienações	(5.344)	-	(34.163)	(5.370.156)	(84)	-	-	-	(5.409.746)
	Saldo final em 31 de dezembro de 2018	5.421.882	32.862.416	53.142.845	49.905.484	6.240.812	2.992.338	-	107.460	150.673.238
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
	Saldo inicial	-	29.983.693	50.290.028	27.995.974	6.111.277	2.889.240	-	-	117.270.211
	Depreciações do exercício	-	404.328	710.314	6.724.588	54.341	24.525	-	-	7.918.095
	Transferências, alienações e abates	-	-	(14.808)	(3.493.374)	(84)	-	-	-	(3.508.266)
	Saldo final	-	30.388.020	50.985.534	31.227.188	6.165.534	2.913.765	-	-	121.680.041
	Valor líquido	5.421.882	2.474.396	2.157.311	18.678.297	75.279	78.573	107.460	28.993.197	

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

	DEZ/19		
	VALOR BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis (Máquinas industriais)	41.146.951	(25.587.331)	15.559.619

	DEZ/18		
	VALOR BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis (Máquinas industriais)	36.581.801	(20.107.820)	16.473.981

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e ascenderam a 3.545.189 euros no período findo em 31 de dezembro de 2019 (3.330.919 euros em 2018) (Nota 27).

De acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário (Modelos do Método de mercado, Método do rendimento e Método do uso), o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 61,4 milhões de euros (54,4 milhões de euros em 2018).

A Administração entende que uma possível alteração (dentro do cenário da normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, não originará perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, pode ser detalhado como se segue:

LOCALIZAÇÃO	DEZ/19			DEZ/18		
	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO
Instalações fabris V.N. Gaia	2.584.894	8.692.000	Interna	2.802.242	8.692.000	Interna
Instalações fabris V.N. Gaia	225.720	788.000	Interna	237.553	788.000	Interna
Instalações fabris Carregado	4.951.364	23.120.000	Interna	4.989.846	19.218.000	Interna
Armazém industrial V.N. Gaia	784.140	9.165.200	Externa	804.483	6.077.000	Interna
Instalações comerciais Cascais	91.948	1.300.000	Interna	100.294	1.300.000	Externa
Instalações comerciais Cascais	281.715	1.000.000	Interna	237.818	1.000.000	Externa
Instalações comerciais Prior Velho	3.464.725	15.715.000	Interna	2.943.103	15.715.000	Interna
Instalações comerciais Vila Franca Xira	370.142	1.648.000	Interna	392.221	1.648.000	Interna
	12.754.648	61.428.200		12.507.561	54.438.000	

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como se segue:

DEZ/19

ATIVO BRUTO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO EM CURSO	TOTAL
Saldo inicial	8.884.303	30.126.572	-	39.010.875
Adições	-	58.753	420.502	479.255
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	101.120	101.120
Saldo final	8.884.303	30.185.325	521.622	39.591.250

DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Saldo inicial	-	26.503.315	-	26.503.315
Depreciações do exercício	-	333.287	-	333.287
Transferências, alienações e abates	-	-	-	-
Saldo final	-	26.836.602	-	26.836.602
Valor Líquido	8.884.303	3.348.724	521.622	12.754.648

DEZ/18

ATIVO BRUTO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	OUTRAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	TOTAL
Saldo inicial	9.713.389	31.798.505	-	41.511.894
Adições	-	-	-	-
Alienações	(829.086)	(1.671.934)	-	(2.501.020)
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	8.884.303	30.126.572	-	39.010.875

DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Saldo inicial	-	26.956.819	-	26.956.819
Depreciações do exercício	-	358.166	-	358.166
Transferências, alienações e abates	-	(811.670)	-	(811.670)
Saldo final	-	26.503.315	-	26.503.315
Valor Líquido	8.884.303	3.623.258	-	12.507.561

Os movimentos ocorridos no período findo em 31 de dezembro de 2019 devem-se a melhorias nas instalações do Prior Velho.

Os movimentos ocorridos no período findo em 31 de dezembro de 2018 devem-se à alienação dos imóveis localizados em Lisboa, Loures e Leiria com artigos matriciais, U-000791-A, U-007970-A, U-002013 e U-002015 respetivamente.

7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição da subsidiária Movicargo, cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe, Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2019, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

<i>Goodwill</i>	611.997
Período utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxa de crescimento (g) ⁽¹⁾	2,0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	6,25%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan

² Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o *goodwill* (612 milhares de euros), não excede o seu valor recuperável (42 milhões de euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expetativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

DEZ/19

ATIVO BRUTO	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Saldo inicial	1.477.217	1.174.902	-	2.652.119
Adições	-	-	202.804	202.804
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	1.477.217	1.174.902	202.804	2.854.924

DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Saldo inicial	1.477.217	1.167.687	-	2.644.904
Amortização do exercício	-	7.215	-	7.215
Transferências, alienações e abates	-	-	-	-
Saldo final	1.477.217	1.174.902	-	2.652.119
Valor Líquido	-	-	202.804	202.804

DEZ/18

ATIVO BRUTO	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
Saldo inicial	1.477.217	1.174.902	2.652.119
Adições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	1.477.217	1.174.902	2.625.119

DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS			
Saldo inicial	1.449.781	1.112.810	2.562.591
Amortização do exercício	27.437	54.877	82.313
Transferências, alienações e abates	-	-	-
Saldo final	1.477.217	1.167.687	2.644.904
Valor Líquido	-	7.215	7.215

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

O detalhe das participações financeiras a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	CAETANO RENTING	SALTANO	MEP AJUSTAMENTOS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro 2017	16.556.205	3.498.170	-	20.131.418	650.651	40.836.444
Aquisições durante o exercício						
Alienações durante o exercício						
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício	1.723.335	181.708		2.095.023	(140.932)	3.859.134
Dividendos recebidos						
Outros movimentos no capital					(99.087)	(99.087)
Outras (perdas atuariais)						
Saldo em 31 de dezembro 2018	18.279.540	3.679.878		22.226.440	410.632	44.596.492
Aquisições durante o exercício	7.340		1.592.071	4.269		1.603.680
Alienações durante o exercício	-					
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício	1.848.998,33	101.823,88	33.509,23	(11.416)	(653.667)	1.319.248
Dividendos recebidos	-					
Outros movimentos no capital					330.465	330.465
Outras (perdas atuariais)	-					
Outros	20.569.910		1.627.258	(22.219.294)	(260)	(22.385)
Saldo em 31 de dezembro 2019	40.705.788	3.781.702	3.252.839	-	87.170	47.827.499

Os ganhos e perdas atribuíveis às empresas subsidiárias evidenciados na demonstração de resultados (2.245.031 euros) incluem:

Resultados apropriados das empresas subsidiárias	1.319.248
Variação de margem intra-grupo (Nota 20)	925.783
	2.245.031

Apresenta-se de seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	CAETANO AUTO		CAETANO RENTING		CAETANO AUTO CV		SALTANO	
	DEZ/19	DEZ/18	DEZ/19	DEZ/18	DEZ/19	DEZ/18	DEZ/19	DEZ/18
Capital próprio	41.353.967	39.475.532	3.252.839		4.654.947	4.529.610		22.230.970
Resultado líquido	1.878.435	3.721.623	33.509		125.337	223.668		2.095.488
% Direta	98,43%	46,31%	100,00%		81,24%	81,24%	0,00%	99,98%
% Indireta	98,43%	98,40%	100,00%		81,24%	81,24%	0,00%	99,98%

O resumo da informação financeira das principais subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos significativos, encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

DEZ/19	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	CAETANO RENTING
Ativos			
Corrente	67.238.194	4.863.635	4.677.938
Não corrente	59.516.127	1.319.976	29.092.762
Passivos			
Corrente	77.801.154	1.429.786	30.517.861
Não corrente	7.599.200	98.878	
Capital próprio	41.353.967	4.654.947	3.252.839
Volume de negócios	238.232.286	14.208.584	42.935.941
Resultado operacional	2.796.927	212.638	362.206
Resultados financeiros	-516.464		-338.547
Resultado líquido	1.878.435	125.337	33.509

DEZ/18	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
Ativos			
Corrente	90.240.546	5.692.940	2.016.166
Não corrente	56.490.292	1.257.814	23.789.240
Passivos			
Corrente	99.202.695	2.322.266	3.574.436
Não corrente	8.052.611	98.878	
Capital próprio	39.475.532	4.529.610	22.230.970
Volume de negócios	234.877.024	14.733.922	
Resultado operacional	5.127.518	356.168	-26.429
Resultados financeiros	31.019	-6.629	
Resultado líquido	3.721.623	223.668	2.095.488

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros Ativos Financeiros” foi como se segue:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	DEZ/19	DEZ/18
Saldo em 1 de janeiro	3.492.302	3.492.302
Aquisições durante o exercício		
Outras regularizações	-1.477.511	
Saldo em 31 de dezembro	2.014.792	3.492.302

Os “Outros Ativos Financeiros” podem ser discriminados da seguinte forma:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	DEZ/19	DEZ/18
Não corrente		
Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	19.600	59.504
Corrente		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 30)	1.995.192	3.432.799
	2.014.792	3.492.302

A rubrica Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas deve-se a pequenos investimentos da Caetano Components transferidos aquando da dissolução da referida empresa.

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ/19	DEZ/18
Mercadorias	65.860.457	50.074.376
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	6.772.894	8.885.206
Produtos Acabados e Intermédios	2.567.925	1.242.750
Produtos e Trabalhos em Curso	687.048	879.928
	75.888.324	61.082.260
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 22)	(561.873)	
	75.326.451	61.082.260

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi apurado como se segue:

	DEZ/19			DEZ/18		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	50.074.376	8.885.206	58.959.582	45.144.905	10.413.228	55.558.133
Compras Líquidas	279.678.352	40.007.136	319.685.489	268.721.615	36.941.514	305.663.129
Existências Finais	65.860.457	6.772.894	72.633.351	50.074.376	8.885.206	58.959.582
Total	263.892.271	42.119.448	306.011.719	263.792.144	38.469.536	302.261.680

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	DEZ/19	DEZ/18
Existências Finais	3.254.973	2.122.678
Existências Iniciais	2.122.678	5.486.883
Total	1.132.295	(3.364.205)

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES	
	DEZ/19	DEZ/18
Cientes, conta corrente	72.357.988	110.737.387
Cientes cobrança duvidosa	4.986.656	4.937.580
	77.344.644	115.674.968
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	(4.821.966)	(4.888.184)
	72.522.678	110.786.784

Antiguidade de contas a receber

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

DEZ/19	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	60.616.479	1.946.993	351.891	1.813.908	64.729.272
Funcionários	14			4.430	4.444
Concessionários Independentes	7.596.637	20.771		6.864	7.624.272
Total	68.213.130	1.967.764	351.891	1.825.203	72.357.988

DEZ/18	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	54.252.255	22.780.083	9.969.127	15.895.974	102.897.438
Funcionários	4			11.102	11.106
Concessionários Independentes	7.426.444	363.223	27.689	11.488	7.828.844
Total	61.678.702	23.143.306	9.996.816	15.918.563	110.737.387

Maturidade das dívidas já vencidas

DEZ/19	NÃO VENCIDAS	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	16.957.792	5.549.183	263.595	96.903	218.615	23.086.088
Cientes entidades relacionadas	20.124.375	25.511.667	1.736.955	290.247	1.608.655	49.271.899
Total	37.082.167	31.060.850	2.000.550	387.150	1.827.271	72.357.988

DEZ/18	NÃO VENCIDAS	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	3.991.355	12.792.462	1.065.704	456.298	3.649.483	21.955.302
Cientes entidades relacionadas	29.508.548	37.444.392	9.883.825	4.302.358	7.642.962	88.782.085
Total	33.499.903	50.236.854	10.949.529	4.758.656	11.292.445	110.737.387

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

DEZ/19	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cobrança Duvidosa	24.731	147	0	4.961.778	4.986.656

DEZ/18	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cobrança Duvidosa	1.196	1.196	1.196	4.933.994	4.937.580

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES	
	DEZ/19	DEZ/18
Pessoal	103.194	20.605
Adiantamentos a fornecedores	21.070	18.621
Acionistas (Nota 30)	4.318.553	3.590.444
	4.453.817	3.629.670

14. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ/19	DEZ/18
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Frotas, campanhas, bónus, rappel e comparticipações a receber das marcas	20.000	2.113.250
Recuperação de encargos	873	20.240
Aluguer de equipamentos	6.156	2.574
Outros		67.743
	27.030	2.203.806
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	108.040	120.861
Encargos de papel comercial	130.459	125.116
Outros	233.589	385.755
	472.088	631.733
Total	499.119	2.835.539

15. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Impostos sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas

previstas no artigo mencionado. Para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2010, ao lucro tributável apurado em excesso entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, acresce uma Derrama Estadual de 3%, superior a 7,5 milhões de euros e até 35 Milhões acresce uma Derrama Estadual de 5% e ao lucro tributável apurado em excesso superior a 35 milhões de euros acresce uma Derrama Estadual de 7%.

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de imposto sobre o rendimento é como se segue:

	DEZ/19	DEZ/18
Estimativa de imposto	-3.407.257	-3.653.324
Pagamentos por conta / Pagamento especial por conta	4.362.847	2.038.925
RETGS	701.974	-331.573
	253.616	-1.945.972

Sendo que o imposto corrente pode ser decomposto da seguinte forma:

	DEZ/19	DEZ/18
Imposto corrente	3.407.257	3.653.324
Imposto diferido	-170.994	-3.547
	3.236.263	3.649.777

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser analisada como se segue:

	DEZ/19	DEZ/18
Resultado antes de imposto	14.830.247	16.436.536
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto teórico (coleta + derrama)	3.336.806	3.698.221
Ajustamentos em Inventários e Perdas por Imparidade	561.873	
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	428.656	165.286
Multas e juros compensatórios	3.614	1.828
Método de equivalência patrimonial	(2.245.031)	(2.295.780)
Mais-valias contabilísticas	(1.307.804)	(1.100.747)
50% Mais/menos-valias fiscais	652.089	550.374
Benefícios fiscais	(84.258)	(52.736)
Imposto corrente	2.696.271	2.878.000
Tributação autónoma	71.426	79.515
Derrama municipal	192.591	205.571
Derrama estadual	446.969	490.238
Encargos de imposto efetivo	3.407.257	3.653.324

Imposto Diferido

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras anexas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, podem ser resumidos como se segue:

		VARIAÇÕES NO PERÍMETRO	MOVIMENTOS REFLETIDOS EM RESULTADOS		MOVIMENTOS REFLETIDOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS		
2019	SALDO INICIAL		AUMENTO	DIMINUIÇÃO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	SALDO FINAL
Ativos por impostos diferidos:							
Por provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	191.440	-	126.421	-	-	-	317.861
Responsabilidade por pensões	1.129.395	-	-	-	-	-	1.129.395
	1.320.835	-	126.421	-	-	-	1.447.256
Passivos por impostos diferidos:							
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	37.937	-	-	(1.282)	-	-	36.656
geradas com alienações de imobilizações	116.915	-	-	(43.291)	-	-	73.624
	154.852	-	-	(44.573)	-	-	110.279

			MOVIMENTOS REFLETIDOS EM RESULTADOS		MOVIMENTOS REFLETIDOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS		
2018	SALDO INICIAL	VARIAÇÕES NO PERÍMETRO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	SALDO FINAL
<u>Ativos por impostos diferidos:</u>							
Por provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	191.440	-		-	-	-	191.440
Responsabilidade por pensões	1.129.395	-	-	-	-	-	1.129.395
	1.320.835	-	-	-	-	-	1.320.835
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>							
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	41.483	-	-	(3.547)	-	-	37.937
geradas com alienações de imobilizações	116.915	-	-		-	-	116.915
	158.398	-	-	(3.547)	-	-	154.852

Nos termos da legislação em vigor, para os prejuízos fiscais obtidos em Portugal, o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados entre 2014 e 2016: 12 anos
- ii) Prejuízos fiscais gerados depois de 2016: 5 anos

16. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano - Auto - SGPS, S.A. 68,39%
- Toyota Motor Europe NV/SA 27,00%

Dividendos

Durante 2019 foram distribuídos dividendos no valor total de 7.000.000 euros a título de aplicação de resultado de 2018.

O Conselho de Administração vai apresentar uma proposta no sentido de serem pagos dividendos no montante de 7.000.000,00 euros. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

Reserva legal

A Reserva legal já se encontra totalmente constituída nos termos da legislação comercial em vigor (20% do capital social), pelo que já não é necessário que num mínimo de 5% dos Resultados Líquidos anuais seja destinado à sua dotação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Ajustamentos em ativos financeiros

O valor considerado em "Ajustamentos em ativos financeiros" refere-se aos resultados apropriados pelo Método de Equivalência Patrimonial ainda não distribuídos e aos ajustamentos de transição da aplicação inicial do Método de Equivalência Patrimonial.

Excedentes de Revalorização

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados.

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período apresentam um total de 72.599.142 euros nas rubricas Reservas Livres e Resultados Transitados.

Proposta de Aplicação de Resultados 2019

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de euros 11.593.984,22 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

a) Para a conta de reservas não distribuídas por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.	
	Eur 2.245.030,85
b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,20 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz	
	Eur 7.000.000,00
c) O remanescente para a conta de Resultados Transitados	Eur 2.348.953,37

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os financiamentos tinham o seguinte detalhe:

	DEZ/19			DEZ/18		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Contas correntes caucionadas	-	-	-	10.000.000	-	10.000.000
Empréstimo bancário	-	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000
Papel comercial	-	-	-	19.400.000	-	19.400.000
Passivo de locação	5.968.352	12.456.029	18.424.381	5.930.069	13.052.624	18.982.693
Empréstimo obrigacionista	-	12.500.000	12.500.000	-	12.500.000	12.500.000
	5.968.352	34.956.029	40.924.381	35.330.069	35.552.624	70.882.693

O movimento ocorrido nos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos, Programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 foi o seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	OUTRAS VARIAÇÕES *	SALDO FINAL
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000	20.000.000		0
Empréstimo bancário	10.000.000		0		10.000.000
Papel comercial	19.400.000	83.000.000	102.400.000		0
Passivo de locação	18.982.693		6.219.749	5.661.437	18.424.381
Empréstimo obrigacionista	12.500.000				12.500.000
	70.882.693	93.000.000	128.619.749	5.661.437	40.924.381

* Sem impacto na Demonstração de Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos, Programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista é como se segue:

DEZ/19	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE
<u>Corrente</u>		
Conta corrente caucionada		12.000.000
Descoberto bancário		4.000.000
Confirming		4.350.000
Papel comercial		37.000.000
Passivo de locação	5.968.352	5.968.352
	5.968.352	63.318.352
<u>Não corrente</u>		
Empréstimo-mútuo	10.000.000	10.000.000
Passivo de locação	12.456.029	12.456.029
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	12.500.000
	34.956.029	34.956.029
	40.924.381	98.274.381

DEZ/18	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE
<u>Corrente</u>		
Conta corrente caucionada	10.000.000	12.000.000
Descoberto bancário		4.000.000
Confirming		10.000.000
Papel comercial	19.400.000	41.000.000
Locações financeiras	5.930.069	5.930.069
	35.330.069	72.930.069
<u>Não corrente</u>		
Empréstimo-mútuo	10.000.000	10.000.000
Locações financeiras	13.052.624	13.052.624
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	12.500.000
	35.552.624	35.552.624
	70.882.693	108.482.693

Apesar do prazo superior a 1 ano, os contratos de Papel Comercial são considerados no curto prazo já que para o efeito consideram-se que estes contratos vencem nas datas de denúncia.

A rubrica Passivo de locação (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades da Empresa como locatária relativamente à aquisição de bens de equipamento.

O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CORRENTE	NÃO CORRENTE				TOTAL	TOTAL
		2020	2021	2022	2023	> 2023		
Diversos	Equipamento industrial							
	Capital	5.968.352	4.770.556	3.810.503	2.167.555	1.707.416	12.456.029	18.424.381

Maturidade da dívida

As maturidades dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

DEZ/19	< 1 ANO	1 - 3 ANOS	3 - 5 ANOS	> 5 ANOS	TOTAL
Empréstimo bancário	-	10.000.000	-	-	10.000.000
Passivo de locação	5.968.352	8.581.058	3.610.631	264.340	18.424.381
Empréstimo obrigacionista	-	-	12.500.000	-	12.500.000
Total de financiamentos	5.968.352	18.581.058	16.110.631	264.340	40.924.381

O plano de pagamento de juros são os seguintes:

ETÁRIA JUROS:	2020	2021	2022	2023	> 2023	TOTAL
Empréstimo-mútuo	226.208	55.625	-	-	-	281.833
Passivo de locação	372.543	239.755	136.753	65.465	17.627	832.143
Empréstimo obrigacionista	318.576	315.972	316.840	316.840	0	1.268.229

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

19. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

O detalhe de “Outras dívidas a terceiros” em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como se segue:

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	PASSIVOS CORRENTES	
	DEZ/19	DEZ/18
Pessoal	-	117.814
Adiantamentos de clientes	276.584	202.521
Estado e outros entes públicos	12.780.925	12.375.913
Acionistas	20.194	15.542
Outras dívidas a terceiros	348	368
	13.078.051	12.712.158

A decomposição da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

	DEZ/19	DEZ/18
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	189.457	156.484
Imposto sobre o valor acrescentado	10.002.507	9.497.616
Contribuições para a Segurança Social	262.492	230.685
Tributo das autarquias locais	177.019	207.376
Outros	2.149.450	2.283.752
	12.780.925	12.375.913

20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	DEZ/19	DEZ/18
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	2.803.448	2.566.465
Comparticipações na promoção de vendas	2.301.481	3.980.208
Juros a liquidar	138.994	236.354
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	1.247.454	779.842
Seguros a liquidar	209.460	155.822
Imposto automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	773.973	804.876
Reclamações de garantia	70.282	5.729
Pessoal	621.933	1.202.807
Publicidade	65.473	81.482
Antecipação de encargos com FSE's	306.374	347.238
Royalties	68.816	71.170
Outros		
	8.607.689	10.231.993
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de manutenção de veículos	7.270.846	6.994.534
Subsídio ao investimento	26.449	28.653
Juros debitados a clientes	380	1.062
Recuperação de sinalética	26.711	29.283
Diferimento da margem intra-grupo	3.413.697	4.339.479
Outros	261.595	126.222
	10.999.677	11.519.232
	19.607.366	21.751.225

21. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 23 de dezembro de 2002, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela BPI Vida e Pensões, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários da Empresa com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros da Empresa com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço da Empresa.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora do Fundo de Pensões incluem, o método de cálculo “Current Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 1%, 0% e 1 %, respetivamente (1%, 0% e 1,57% em 2018).

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2019 e 2018 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 janeiro de 2018	19.999.202
Custo dos serviços correntes	32.116
Custo dos juros	308.373
(Ganhos) e perdas atuariais	831.146
Pagamentos de pensões (benefícios pagos)	-1.515.972
Transferências	
Alteração de pressupostos	50.123
Responsabilidades em 31 dezembro de 2018	19.704.988
Responsabilidades em 1 janeiro de 2019	19.704.988
Custo dos serviços correntes	41.077
Custo dos juros	297.694
(Ganhos) e perdas atuariais	-291.844
Benefícios previstos	-1.569.326
Transferências	-16.285
Alteração de pressupostos	882.993
Responsabilidades em 31 dezembro de 2019	19.049.297

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2019 e 2018, foi como se segue:

	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	TOTAL
Valor do Fundo em 01 de janeiro de 2018	16.215.733	5.212.254	21.427.987
Contribuições		91.364	91.364
Contribuição por utilização da conta reserva		238.503	238.503
Rendimento dos juros	247.838		247.838
Ganhos/ (perdas) de rendimento	408.437	127.169	535.606
Pagamento de pensões (Benefícios pagos)	-1.601.268	-29.650	-1.630.918
Transferências entre associados			0
Montantes usados da conta CD (conta reserva)		-238.503	-238.503
Outros		-492	-492
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2018	15.270.740	5.400.645	20.671.385
Valor do Fundo em 01 de janeiro de 2019	15.270.740	5.400.645	20.671.385
Contribuições	439.017	312.053	751.070
Contribuição por utilização da conta reserva			0
Rendimento dos juros	228.076	437.169	665.245
Ganhos/ (perdas) de rendimento	971.616		971.616
Pagamento de pensões (Benefícios pagos)	-1.527.738	-79.707	-1.607.445
Transferências entre associados	-16.285	-9.331	-25.616
Montantes usados da conta CD (conta reserva)			0
Liquidações do plano			0
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2019	15.365.426	6.060.829	21.426.255

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos individuais do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO DA CARTEIRA	VALOR	PESO DA CARTEIRA	VALOR
	DEZ/19		DEZ/18	
Ações	11,6%	1.782.389	10,5%	1.603.428
Obrigações taxa fixa	32,4%	4.978.398	28,4%	4.336.890
Obrigações taxa variável	3,5%	537.790	7,7%	1.175.847
Imobiliário	41,4%	6.361.286	39,4%	6.016.672
Liquidez	4,8%	737.540	7,0%	1.068.952
Retorno absoluto	6,4%	968.022	7,0%	1.068.952
Total	100,0%	15.365.426	100,0%	15.270.740

A evolução das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de Pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	2019	2018
Valor da Responsabilidade	19.049.297	19.704.988
Valor do Fundo	15.365.426	15.270.740

A responsabilidade líquida da Empresa acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 6,1 milhões (6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por planos de benefícios definidos.

22. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

DEZ/19	SALDO INICIAL	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDO FINAL
Imparidade de dívidas a receber	4.888.184	38.203	-102.745	-1.677	4.821.966
Imparidade de inventários		561.873			561.873
Total	4.888.184	600.077	-102.745	-1.677	5.383.839

DEZ/18	SALDO INICIAL	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDO FINAL
Imparidade de dívidas a receber	5.412.762	14.029	-518.801	-19.807	4.888.184

23. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos e atividades, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi como se segue:

	2019	2018	VAR (%)	2019	2018	VAR (%)	2019	2018	VAR (%)
	MERCADO INTERNO			MERCADO EXTERNO			TOTAL		
Viaturas ligeiras	248.107.893	250.403.447	-1%	51.102.285	54.817.823	-7%	299.210.178	305.221.270	-2%
Veículos pesados	0			468.208	619.623	-24%	468.208	619.623	-24%
Máquinas industriais	17.096.658	14.693.731	16%	298.465	143.728	108%	17.395.123	14.837.459	17%
Peças e acessórios	39.346.565	40.062.640	-2%	594.885	604.396	-2%	39.941.450	40.667.036	-2%
Outros	4.704.215	2.308.686	104%	6.322	8.629	-27%	4.710.537	2.317.315	103%
	309.255.330	307.468.503	1%	52.470.164,78	56.194.199	-7%	361.725.495	363.662.703	-1%

Dada a natureza do negócio da Empresa todo o rédito é reconhecido “point in time”.

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

DEZ/19	NACIONAL										EXTERNO				TOTAL
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS					EQUIPAMENTO INDUSTRIAL					VEÍCULOS AUTOMÓVEIS				TOTAL
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	OUTROS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	
RÉDITOS															
Volume de negócios	56.023	286.606.472	17.067.666	5.525.169	13.430.762						45.748.629	6.373.610	327.457	20.468	361.725.495
Prov. suplem. alug. máq.														8.809	13.439.571
RESULTADOS															
Resultados operacionais	11.725	10.409.727	1.317.830	2.781.549	863.984						-1.072.459	93.234	30.265	12.888	14.453.787
Resultados financeiros	157	1.619.350	36.596	16.126	39.885						136.628	18.764	976	61	1.868.570
Resultados em associadas						2.245.031									2.245.031
Resultados líquidos	11.567	5.554.114	1.281.234	2.765.423	824.098	2.245.031					-1.209.087	74.471	29.289	12.827	11.593.984
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Ativos	21.084.296	155.176.501	6.506.966	1.994.475	22.190.837	47.827.499									254.780.574
Passivos	181.153	84.675.908	229.289	315.299	28.054.570										113.456.218
Investimentos em associadas (1)						47.827.499									47.827.499
Dispêndios de capital fixo (2)	843.984	552.285	0	115.716	6.037.129										7.549.114
Depreciações (3)	709.129	1.291.994	68.172	66.157	6.563.725										8.699.177

DEZ/18	NACIONAL										EXTERNO				TOTAL
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS					EQUIPAMENTO INDUSTRIAL					VEÍCULOS AUTOMÓVEIS				TOTAL
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	OUTROS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	
RÉDITOS															
Volume de negócios	91.034	287.576.751	14.693.731	5.106.987	13.131.887						47.360.202	8.665.039	143.728	25.230	363.662.703
Prov. suplem. alug. máq.														7.425	13.139.312
RESULTADOS															
Resultados operacionais	7.028	10.703.776	1.249.953	3.047.468	815.433						20.613	319.055	21.041	13.706	16.200.787
Resultados financeiros	144	1.769.288	39.036	17.072	42.674						163.443	27.796	466	89	2.060.031
Resultados em associadas						2.295.780									2.295.780
Resultados líquidos	5.108	6.628.466	898.375	2.248.241	573.307	2.295.780					-105.965	216.084	15.265	10.102	12.786.759
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Ativos	27.453.036	181.302.262	6.966.555	1.971.803	24.284.451	44.596.491									286.574.598
Passivos	4.846.028	112.139.635	1.725.531	266.613	25.983.753										144.961.560
Investimentos em associadas (1)						44.596.491									44.596.491
Dispêndios de capital fixo (2)	554.690	168.200	0	118.859	4.167.989										5.009.739
Depreciações (3)	717.605	1.634.661	71.145	66.098	5.869.066										8.358.574

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial
(2) Investimento: (Variação do Ativo Líquido Corpóreo e Incorporado) + (Amortizações do Exercício)
(3) Do Exercício

25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	DEZ/19	DEZ/18
Subcontratos	220.805	94.068
Serviços especializados	29.780.834	29.436.135
Trabalhos especializados	3.587.094	4.194.923
Publicidade e propaganda	20.150.757	19.085.799
Vigilância e segurança	419.925	366.239
Honorários	918.540	836.133
Comissões	115.917	263.141
Conservação e reparação	1.021.386	1.229.425
Outros	3.567.215	3.460.476
Materiais	8.852.105	9.614.420
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	96.467	90.616
Livros e documentação técnica	383.710	327.024
Material de escritório	172.724	154.948
Artigos para oferta	33.614	17.326
Outros	8.165.590	9.024.506
Energia e fluidos	1.139.862	1.186.811
Eletricidade	481.009	584.292
Combustíveis	607.574	550.426
Água	51.279	52.094
Outros		
Deslocações, estadas e transportes	3.037.180	2.905.103
Deslocações e estadas	1.516.990	1.467.352
Transportes de pessoal	105.424	97.287
Transportes de mercadorias	1.414.766	1.340.465
Outros		
Serviços diversos	2.631.114	2.693.301
Rendas e alugueres	525.209	500.423
Comunicação	452.373	419.661
Seguros	863.297	892.539
Royalties	379.216	446.094
Contencioso e notariado	2.366	9.353
Limpeza, higiene e conforto	408.653	425.232
	45.661.899	45.929.839

26. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	DEZ/19	DEZ/18
Remunerações dos órgãos sociais	404.728	397.465
Remunerações do pessoal	10.428.305	9.879.359
Pensões	876.351	613.728
Indemnizações	238.470	389.555
Encargos sobre remunerações	2.697.516	3.082.327
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	271.826	244.860
Outros gastos com o pessoal	1.677.316	1.633.276
	16.594.512	16.240.571

Durante os exercícios findos em dezembro de 2019 e 2018, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	DEZ/19	DEZ/18
Empregados	364	362
Assalariados	156	149
	520	511

27. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	DEZ/19	DEZ/18
Aluguer de equipamento	13.439.571	13.139.312
Rendimentos de imóveis (Nota 6)	3.545.189	3.330.919
Subsídios à exploração	3.128.618	2.839.935
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	555.141	4.327.131
Ganhos em inventários	67.648	70.456
Ganhos nos restantes investimentos não financeiros	1.453.036	1.823.358
Imputação de subsídios para investimento	2.204	472.707
Descontos pronto pagamento obtidos	5.755	8.682
Outros não especificados	17.088.131	15.002.429
	39.285.293	41.014.930

A rubrica de Outros refere-se a serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias), contratos de manutenção e serviços sociais.

Os Outros Gastos Operacionais decompõem-se da seguinte forma a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	DEZ/19	DEZ/18
Impostos	597.688	630.805
Dívidas incobráveis	-	353.307
Perdas em inventários	29.268	66.554
Descontos pronto pagamento concedidos	7.560	5.562
Perdas nos restantes investimentos financeiros	1.815	
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	61.795	171.531
Donativos	5.898	4.500
Outros não especificados	9.419.566	11.095.493
	10.123.588	12.327.753

A rubrica de Outros inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

28. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	DEZ/19	DEZ/18
Depósitos bancários	51	73
Outros	4.532	183.268
	4.583	183.341
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	DEZ/19	DEZ/18
Empréstimos bancários	1.322.167	1.517.914
Outros	550.987	725.459
	1.873.154	2.243.373

29. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros da Empresa a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ/19	DEZ/18	DEZ/19	DEZ/18
Outros ativos financeiros	10	2.014.792	3.492.302		
Clientes	12	72.522.678	110.786.784		
Outras dívidas de terceiros	13	4.453.817	3.629.670		
Financiamentos obtidos	17			40.924.381	70.882.693
Outras dívidas a terceiros	19			297.125	336.245
Fornecedores	18			33.586.141	35.020.440
Outros passivos correntes	20			16.803.918	19.184.760
Caixa e equivalentes a caixa	4	9.465.441	15.003.395		

Instrumentos financeiros a justo valor

INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS	
		DEZ/19	DEZ/18
Outros ativos financeiros	10	2.014.792	3.492.302

30. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2019 e 2018 se encontram refletidas nas rubricas do balanço "Clientes", "Fornecedores", "Acionistas" e "Outros Ativos Financeiros" podem ser resumidos como se segue:

	DEZ/19	DEZ/18
Contas a receber	40.843.653	78.824.686
Contas a pagar	-2.050.826	-1.321.795
Outras dívidas de terceiros - Acionistas		
Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Nota 13)		
Saltano, SGPS, S.A.		139.134
Caetano Renting, S.A.	-577.627	-501.835
Caetano Auto, S.A.	4.896.180	3.953.145
	4.318.553	3.590.444
Outros ativos financeiros (Nota 10)		
Suprimentos concedidos		
Saltano, SGPS, S.A.		3.432.799
Caetano Auto, S.A.	1.995.192	

Clientes e fornecedores (Notas 12 e 18)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

2019	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Caetano Auto, S.A.	39.241.901	-993.783	-151.379.592	580.513	0	-2.159.880	0	6.320.462	10.740.717	-2.090.962
Caetano Renting, S.A.	723.158	-1.057.043	-9.237.624	23.331.616	0	-56.349	0	901.811	321.182	-174.290
Caetano Auto CV, S.A.	518.595	0	-6.433.280	0	0	0	0	0	0	-369.749
2018	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Caetano Auto, S.A.	74.871.686	-1.321.740	-160.336.778	469.699	0	-2.277.574	0	6.863.145	11.762.310	-1.703.483
Caetano Renting, S.A.	1.813.072	-55	-9.658.093	14.954.154	0	-134.115	0	83.536	987.519	-411.997
Caetano Auto CV, S.A.	2.139.613	0	-8.792.313	0	0	0	0	0	0	-523.499
Saltano - Investimentos e Gestão, SGPS, S.A.	27	0	0	0	0	0	0	0	0	-22

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

EMPRESAS RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Amorim, Brito & Sardinha, Lda	738	0	0	0	0	0	0	0	0	-7.200,00
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	5.173	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caetano Active, S.A.	675	0	-676	0	0	0	0	0	0	-322
Caetano Aeronautic, S.A.	137.013	0	-2.096	0	0	-6.000	0	210.938	0	-685.061
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	28.220	-4.398	-10.366	1.418	0	0	0	5.350	1.684	-235.740
Caetano City e Active (Norte), S.A.	716.446	-62.466	-3.282.101	983	0	-153.757	0	113.747	136.519	-1.514
Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	2.346	0	-2.070	0	0	0	0	0	0	-6.217
Caetano Energy, S.A.	309	0	-2.400	0	0	0	0	0	0	-3.389
Caetano Formula Cádiz, SLU	374	0	0	0	0	0	0	0	0	-374
Caetano Formula East África, S.A.	0	0	-35	0	0	0	0	0	0	-2.490
Caetano Formula Galicia, SLU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-130
Caetano Fórmula West África, S.A.	143	0	0	0	0	0	0	0	0	-270
Caetano Fórmula, S.A.	2.567	0	-3.673	0	0	0	0	0	0	-6.117
Caetano Mobility, SGPS, S.A.	57	0	0	0	0	0	0	0	0	-46
Caetano Motors Cádiz, SLU	220	0	0	0	0	0	0	0	0	-220
Caetano Motors, S.A.	2.960	0	-4.225	0	0	0	0	0	0	-3.648
Caetano Move África, S.A.	21	0	0	0	0	0	0	0	0	-261
Caetano Parts, Lda.	1.810	-221	-1.236	455	0	0	0	741	0	-2.662
Caetano Power, S.A.	1.174	0	-3.146	0	0	0	0	0	0	-2.287
Caetano Retail España, S.A.U.	124.316	0	0	0	0	0	0	0	0	-126.185
Caetano Retail, SGPS, S.A.	168.172	0	-605	0	0	0	0	0	0	-304.996
Caetano Squadra África, S.A.	21	0	0	0	0	0	0	0	0	-60
Caetano Star, S.A.	10.372	-60	-1.285	0	0	0	0	49	-795	-19.108
Caetano Technik, S.A.	1.032	0	-1.108	0	0	0	0	0	0	-1.795
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	2.639.534	-287.391	-97.038	1.350	0	-150	0	95.634	3.793	-2.447.559
Caetsu Publicidade, S.A.	7.745	-1.247.660	-12.928	0	0	0	0	3.559.300	0	-10.621
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	1.381	0	0	0	0	0	0	0	0	-17.138
Choice Car, S.A.	5.237	0	0	0	0	0	0	16.014	0	-40.684
COCIGA - Construções Cívicas de Gaia, S.A.	4.235	-134.104	0	0	606.082	0	0	112.014	19.440	-11.473
Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	0	0	0	0	0	0	0	2.000	0	0
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	106.248	-49.213	-446.101	977.366	0	0	0	617.044	79.046	-106.376
Fundação Salvador Caetano	10	0	0	0	0	0	0	0	0	-224
Grupo Salvador Caetano, (SGPS), S.A.	0	0	0	0	0	0	0	4.150	0	-34
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	444.867	-2.761	-73.854	0	0	0	0	2.321	0	-378.260

EMPRESAS RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Guérin - Rent-a-Car SLU	2.432	0	0	0	0	0	0	0	0	-2.432
Hyundai Portugal, S.A.	2.495	0	0	0	0	0	0	0	0	-51.416
Lidera Soluciones, S.L.	4.262	0	0	0	0	0	0	0	0	-5.061
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	74.528	-18.556	-84.317	20.586	71.245	0	0	126.896	6.740	-58.449
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	1.827	0	0	0	0	0	0	0	0	-2.498
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	2.661	-316.544	0	875.365	0	0	0	608.243	63.082	-15.336
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	17.806	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	337.727	-324.941	-407.819	0	0	0	0	274.710	0	-87.931
RARCON - Arquitectura e Consultadoria e Mediação Imobiliária, S.A.	0	-59.697	-17.943	0	54.087	0	0	147.756	0	-256
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	86.835	-767.511	0	0	32.826	0	0	2.159.816	22.508	-256.077
Robert Hudson, LTD	0	0	-834	0	0	0	0	0	0	0
Salvador Caetano Auto África, (SGPS), S.A.	39	0	0	0	0	0	0	0	0	-91
Salvador Caetano Auto, (SGPS), S.A.	21	0	0	0	0	0	0	0	0	-94
Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	10	0	0	0	0	0	0	0	0	-9
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1.374	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sózó Portugal, S.A.	8.528	0	0	0	0	0	0	0	0	-22.430
Toyota Motor Corporation	332.366	-4.404.755	0	42.819.077	0	0	0	136.758	341.267	-165.556
Toyota Motor Europe, NV/SA	3.501.528	-15.848.490	-45.547.690	220.102.773	30.000	0	0	535.174	139.104	-4.151.909
Turispava - Sociedade Turística Paivense, S.A.	369	0	0	0	0	0	0	0	0	-3.600
VAS África (SGPS), S.A.	21	0	0	0	0	0	0	0	0	-34

31. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Posição Financeira:

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Empresa tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	DEZ/19	DEZ/18
Caução	4.000.000	4.000.000
Outras garantias financeiras	1.668.010	1.692.296
	5.668.010	5.692.296

O montante apresentado em Caução refere-se à caução prestada à Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de inventários alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 14 milhões de euros a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 23,4 milhões de euros.

Processos Judiciais em Curso

A reclamação judicial apresentada por um anterior agente, que se encontrava pendente de decisão de recurso apresentado no Supremo Tribunal de Justiça, foi concluído, não tendo resultado, como era convicção da Administração, qualquer tipo de responsabilidade para a Empresa.

Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data, quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Informação relativa à área ambiental

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

32. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

O resultado líquido por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ/19	DEZ/18
Resultado	11.593.984	12.786.759
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,33	0,37
Rendimento integral	11.593.984	12.786.759
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Rendimento integral (básico e diluído)	0,33	0,37

33. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	DEZ/19	DEZ/18
Conselho de Administração	464.940	384.724
Conselho Fiscal	8.520	8.400

34. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2019 e 2018 foi como segue:

	DEZ/19	DEZ/18
Honorários totais referentes à revisão legal de contas	25.000	25.000
Honorários totais referentes à revisão limitada de contas	3.000	3.000
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	1.000	1.000
	29.000	29.000

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2019, não poderíamos divulgar este anexo sem esclarecer que o mesmo foi elaborado num momento anterior à declaração por parte da OMS do Estado de Pandemia.

Conscientes dos reflexos económico-financeiros que serão sentidos em Portugal a partir de março de 2020 os quais terão inerentemente efeitos negativos sobre a atividade/rentabilidade da Empresa durante o exercício económico 2020 e não sendo neste momento possível fazer a sua quantificação importa referir que se encontram disponíveis no momento linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 50 M€, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2020.

Tendo em conta o previsto no Código das Sociedades Comerciais, existe a possibilidade das presentes Demonstrações Financeiras serem alteradas após a respetiva aprovação pela emissão para Conselho de Administração.

O Contabilista Certificado

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Katsutoshi Nishimoto

Matthew Peter Harrison

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04.

CONTAS
CONSOLIDADAS



INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

(Montantes expressos em euros)

	DEZ/19	DEZ/18
VENDAS	465.118.555	446.874.810
CASH-FLOW BRUTO	43.434.675	41.700.225
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	1.946.586	1.502.881
GASTOS COM O PESSOAL	41.370.929	41.164.197
INVESTIMENTO LÍQUIDO	22.137.091	36.210.335
VOLUME DE EMPREGO	1.537	1.529
RESULTADO LÍQUIDO COM INTERESSES MINORITÁRIOS	11.646.599	12.872.564
RESULTADO LÍQUIDO SEM INTERESSES MINORITÁRIOS	11.593.984	12.786.760
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	46,00%	43,08%

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	NOTAS	31/12/2019	31/12/2018
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	8	611.997	611.997
Ativos intangíveis	5	465.385	360.364
Ativos fixos tangíveis	6	110.019.605	112.792.692
Propriedades de investimento	7	13.676.728	14.330.714
Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital	9	3.923.974	3.633.413
Ativos por impostos diferidos	14	2.611.486	2.834.930
Clientes	11	608.975	494.293
Total de ativos não correntes		131.918.150	135.058.403
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	10	105.470.028	99.059.426
Clientes	11	54.236.551	56.709.522
Outras dívidas de terceiros	12	2.538.178	5.818.605
Imposto sobre o rendimento a recuperar	21	262.011	-
Outros ativos correntes	13	3.380.652	6.331.380
Caixa e equivalentes a caixa	15	12.693.644	17.075.155
Total de ativos correntes		178.581.064	184.994.088
Total do ativo		310.499.214	320.052.491
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão - Cambial		(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor		883.196	552.731
Outras reservas		81.848.327	76.061.568
Resultado consolidado líquido do exercício		11.593.984	12.786.759
	16	141.324.356	136.399.907
Interesses que não controlam	17	1.514.227	1.473.222
Total do capital próprio		142.838.583	137.873.129
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	36.880.225	38.465.142
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	23	9.476.000	8.886.983
Provisões	24	944.772	881.547
Passivos por impostos diferidos	14	1.500.361	1.602.616
Total de passivos não correntes		48.801.358	49.836.288
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	7.353.166	52.538.913
Fornecedores	19	38.236.935	39.907.558
Outras dívidas a terceiros	20	51.854.470	14.783.849
Imposto sobre o rendimento a pagar	21	-	1.939.181
Outros passivos correntes	22	21.414.702	22.734.556
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	23	-	439.017
Total de passivos correntes		118.859.273	132.343.074
Total do passivo		167.660.631	182.179.362
Total do passivo e capital próprio		310.499.214	320.052.491

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos operacionais:			
Vendas	28	430.412.161	418.479.481
Prestações de serviços	28	34.706.394	28.395.329
Outros rendimentos operacionais	31	41.542.049	50.584.045
Variação da produção	10	1.132.517	[3.397.773]
Total de rendimentos operacionais		507.793.121	494.061.082
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	10	[372.525.191]	[362.262.995]
Fornecimentos e serviços externos	29	[44.570.681]	[42.314.240]
Gastos com o pessoal	30	[41.370.929]	[41.164.197]
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	[25.168.581]	[23.423.309]
Imparidade de inventários	24	[1.445.801]	[849.544]
Imparidade de dívidas a receber	24	[784.560]	[113.138]
Provisões e perdas por imparidade	24	[217.780]	[495.968]
Outros gastos operacionais	31	[3.416.913]	[4.300.431]
Total de gastos operacionais		[489.500.436]	[474.923.822]
Resultados operacionais		18.292.685	19.137.260
Gastos e perdas financeiros	32	[1.971.661]	[1.856.395]
Rendimentos e ganhos financeiros	32	25.075	353.513
Resultados antes de impostos		16.346.099	17.634.378
Impostos sobre o rendimento do período	25	[4.699.500]	[4.761.815]
Resultado líquido consolidado do período		11.646.599	12.872.563
Resultado líquido consolidado atribuível:			
ao Grupo		11.593.984	12.786.759
a interesses que não controlam		52.615	85.804
		11.646.599	12.872.563
Resultados por ação:			
Básico	26	0,333	0,368
Diluído	26	0,333	0,368

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35.000.000	7.498.903	6.195.184	[1.695.238]	651.818	73.723.263	86.373.930	9.338.305	130.712.235	1.387.418	132.099.653
Alterações no período:											
Aplicação do resultado consolidado de 2017	-	-	-	-	-	9.338.305	9.338.305	[9.338.305]	-	-	-
Alteração do justo valor de instrumentos de capital ao justo valor por via capital	-	-	-	-	[99.087]	-	[99.087]	-	[99.087]	-	[99.087]
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	12.786.759	12.786.759	85.804	12.872.563
Operações com detentores de capital próprio											
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	[7.000.000]	[7.000.000]	-	[7.000.000]	-	[7.000.000]
Saldos em 31 de dezembro de 2018	35.000.000	7.498.903	6.195.184	[1.695.238]	552.731	76.061.568	88.613.148	12.786.759	136.399.907	1.473.222	137.873.129
Saldos em 31 de dezembro de 2018	35.000.000	7.498.903	6.195.184	[1.695.238]	552.731	76.061.568	88.613.148	12.786.759	136.399.907	1.473.222	137.873.129
Alterações no período:											
Aplicação do resultado consolidado de 2018	-	-	-	-	-	12.786.759	12.786.759	[12.786.759]	-	-	-
Alteração do justo valor de instrumentos de capital ao justo valor por via capital	-	-	-	-	330.465	-	330.465	-	330.465	-	330.465
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	11.593.984	11.593.984	52.615	11.646.599
Operações com detentores de capital próprio											
Aquisição a Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	[11.610]	[11.610]
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	[7.000.000]	[7.000.000]	-	[7.000.000]	-	[7.000.000]
Saldos em 31 de dezembro de 2019	35.000.000	7.498.903	6.195.184	[1.695.238]	883.196	81.848.327	94.730.372	11.593.984	141.324.356	1.514.227	142.838.583

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses que não controlam	11.646.599	12.872.563
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, não passíveis de serem reciclados por resultados:		
Variação do justo valor de instrumentos de capital ao justo valor, por via de capital (Nota 9)	330.465	[99.087]
Rendimento integral consolidado do período	11.977.064	12.773.476
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	11.924.449	12.687.672
Interesses que não controlam	52.615	85.804

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019		2018	
Recebimentos de Clientes	570.499.446		545.543.957	
Pagamentos a Fornecedores	(471.202.261)		(460.040.730)	
Pagamentos ao Pessoal	(35.993.325)		(32.573.673)	
Fluxo gerado pelas Operações		63.303.859		52.929.555
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		(7.050.561)		(5.093.294)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		(12.797.985)		(24.889.329)
Fluxo das Atividades Operacionais		43.455.313		22.946.932
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Propriedade de Investimento	284.000		2.220.000	
Ativos Fixos Tangíveis	3.140.426		672.382	
Juros e Proveitos Similares	28.499		12.554	
Dividendos	-	3.452.925	339.700	3.244.636
Pagamentos respeitantes a:				
Propriedade de Investimento	(444.769)		(20.775)	
Ativos Fixos Tangíveis	(4.007.343)		(4.793.391)	
Ativos Intangíveis	(289.371)	(4.741.483)	(153.701)	(4.967.867)
Fluxo das Atividades de Investimento		(1.288.557)		(1.723.231)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos	93.162.682		306.483.075	
Passivos de Locação	434.563	93.597.245	-	306.483.075
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos	(122.400.000)		(310.983.075)	
Rendas de Passivos de Locação	(8.405.927)		(7.731.336)	
Juros e Custos Similares	(2.465.234)		(2.189.704)	
Dividendos	(7.016.060)	(140.287.220)	(6.995.076)	(327.899.191)
Fluxo das Atividades de Financiamento		(46.689.975)		(21.416.116)
CAIXA E EQUIVALENTES				
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 15)		17.075.155		17.267.570
Variação do Perímetro (Nota 4)		(20.974)		-
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 15)		12.530.961		17.075.155
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		(4.523.220)		(192.415)

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Katsutoshi Nishimoto; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

[Montantes expressos em euros]

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e é a empresa-mãe de um Grupo ("Grupo Toyota Caetano" ou "Grupo"), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência após-venda, a criação e operacionalização de projetos de formação e desenvolvimento de recursos humanos, a gestão de imóveis próprios, incluindo o arrendamento dos mesmos, e ainda o aluguer de veículos de curta ou longa duração, com ou sem condutor.

A Toyota Caetano Portugal, S.A., pertence ao Grupo Salvador Caetano (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano SGPS, S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano Auto - SGPS, S.A., desde finais do ano de 2016.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo ("Grupo Toyota Caetano") que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2019:

EMPRESAS	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Vila Nova de Gaia
Caetano - Auto, S.A.	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A.	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Caetano Auto CV, S.A.	Praia (Cabo Verde)

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 verificou-se uma alteração na composição do perímetro do Grupo com a liquidação da Saltano – Investimentos e Gestão, SGPS, S.A. ("Saltano") em maio de 2019.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.b).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelo Standing Interpretation Committee ("SIC"), que tenham sido endossadas

pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

- Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019, tendo sido endossadas pela União Europeia:

(i) Normas:

- **IFRS 16** (nova), “Locações”. Esta nova norma substitui a IAS 17 – “Locações”, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. A adoção desta nova norma teve impacto a 31 de dezembro de 2019 de 787.570 euros no Ativo e Passivo nas demonstrações financeiras do Grupo, tendo o Grupo considerado (i) a abordagem retrospectiva modificada com o Ativo igual ao passivo, (ii) o prazo, em regra, à data obrigatória e as (iii) taxas de desconto idênticas às praticadas no mercado para outros financiamentos.
- **IFRS 9** (alteração), “Elementos de pré-pagamento com compensação negativa”. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
- **IAS 19** (alteração), “Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos”. Esta alteração à IAS 19 exige que um Grupo: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
- **IAS 28** (alteração), “Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos”. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de um Grupo em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Esta alteração não é aplicável às demonstrações financeiras do Grupo.
- **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não teve impacto a adoção destas melhorias nas demonstrações financeiras do Grupo.

(ii) Interpretações:

- **IFRIC 23** (nova), “Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento”. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, o Grupo deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

(i) Normas:

- **IAS 1 e IAS 8** (alteração), “Definição de material” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo o Grupo avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como “atuais e futuros investidores, financiadores e credores” que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não se estima impacto da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras do Grupo.

(iii) Interpretações:

- **Estrutura conceptual**, “Alterações na referência a outras IFRS” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Não se estima impacto na adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras do Grupo.
- Normas (novas e alterações) que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

(i) Normas:

- **IFRS 3** (alteração), “Definição de negócio” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos “testes de concentração” para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Não se estima impacto na adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras do Grupo.
- **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), “Reforma das taxas de juro de referência” (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto ‘IBOR reform’ do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito ‘altamente provável’; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. Não se estima impacto na adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras do Grupo.
- **IFRS 17** (nova), “Contratos de seguro” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas os Grupos que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. Esta norma não é aplicável às demonstrações financeiras do Grupo.

2.1.1 ADOÇÃO DA IFRS 16 - 'LOCAÇÃO'

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 16, o Grupo optou pela aplicação do modelo "modified retrospective", à data de 1 de janeiro de 2019, sendo que os valores comparativos das Demonstrações Financeiras não foram reexpressos.

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- (i) ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor podem ser excluídos independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- (ii) depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

O Grupo adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, com ativo igual ao passivo, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios do Grupo no momento da transição.

As locações operacionais do Grupo dizem respeito principalmente a contratos de arrendamento de stands. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, o Grupo reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso no montante de 2.084.991 euros e responsabilidades por locação no mesmo montante.

No que respeita aos compromissos anteriores com locações financeiras, na transição, os valores contabilísticos dos ativos e passivos por locação a 31 de dezembro de 2018 (43.395.132 e 52.538.913 euros, respetivamente) foram assumidos como direitos de uso e responsabilidades por locação de acordo com a IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019.

O impacto da adoção da nova norma IFRS 16 nos saldos de abertura a 1 janeiro 2019 foi como se apresenta:

	31/12/2018	IFRS	01/01/2019
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos tangíveis	43.395.132	2.084.991	45.480.123
Passivo Corrente			
Financiamentos - Passivos de locação	52.538.913	2.084.991	54.623.904

O impacto da adoção da nova norma IFRS 16 na demonstração da posição financeira, na demonstração dos resultados e do rendimento integral e na demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019 apresenta-se como segue:

	31/12/2019 (SEM EFEITO IFRS)	IFRS	31/12/2019
Demonstração da Posição Financeira			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos tangíveis	109.232.035	787.570	110.019.605
Passivo Corrente			
Financiamentos - Passivos de locação	6.565.596	787.570	7.353.166
Demonstração dos Resultados por naturezas			
Fornecimento e serviços externos	45.868.103	[1.297.422]	44.570.681
Depreciações de exercício	23.871.159	1.297.422	25.168.581

	31/12/2019 (SEM EFEITO IFRS)	IFRS	31/12/2019
Demonstração dos Fluxos da Caixa			
Atividades Operacionais			
Pagamentos a Fornecedores	(472.499.683)	1.297.422	(471.202.261)
Atividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Rendas de passivos de locação	-	(1.297.422)	(1.297.422)

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto, ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de afetar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica "Interesses que não controlam". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas que não controlam excedem os interesses que não controlam no capital próprio da subsidiárias, os interesses que não controlam absorvem esse excesso na proporção da percentagem detida.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como *Goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os "interesses que não controlam" pela proporção do valor dos ativos líquidos do Grupo adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos.
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, entretanto substituída para este efeito pela IFRS 10, a qual exige que todas as transações com os interesses que não controlam sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre o Grupo, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre o Grupo, qualquer interesse remanescente sobre o Grupo é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão". As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio "Outras reservas".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2019 e 2018, a cotação utilizada na conversão das contas da filial estrangeira foi de 0,009069, resultado da paridade na cotação EUR/CVE.

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas por imparidade" da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Na ótica de locador, o Grupo classifica as suas operações de Locação como locação financeira ou operacional, com

base na substância da transação em vez de sua forma legal. Quando a locação é classificada como operacional, os equipamentos de transporte cedidos em regime de locação são reconhecidos na rubrica “Ativos fixos tangíveis” da Demonstração da posição financeira. Esses ativos são contabilizados pelo custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas. No final do período de locação o Grupo procede à alienação das viaturas, reclassificando-as como inventários (Nota 10), até ao momento de alienação.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

d) Locações (na ótica do locatário)

Política contabilística adotada a partir de 01 de janeiro de 2019:

Identificação de locações

O Grupo avalia à data de início de cada contrato se o mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um ativo que passe a ser controlado. Para todos os contratos de locação é contabilizado um ativo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente à responsabilidade com as rendas a pagar, exceto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O “direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela atualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é sujeito a testes de imparidade quando existem indícios de perda de valor, sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada. Na maioria das situações, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas;
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificam: (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) uma alteração na estimativa do Grupo do montante que deverá ser pago a título de garantia de valor residual, ou (iii) caso o Grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o valor do direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho ou uma perda na demonstração consolidada dos resultados.

Nas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor as rendas devidas são reconhecidas linearmente como gasto na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período da locação. Os compromissos à data da demonstração da posição financeira com o pagamento destas locações são apresentados na Nota 34.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2018:

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são reconhecidas no momento inicial das respetivas aquisições ao custo. Posteriormente as mesmas encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior. O custo dos produtos acabados e intermédios, assim como os produtos e trabalhos em curso corresponde ao seu custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas na produção, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como estas naturezas de inventários entre o início e o final do exercício é reconhecido como variação da produção na demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade acumuladas para desvalorização de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, o qual corresponde à cotação evidenciada em estatísticas de mercado.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que o Grupo já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Perdas por imparidade". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica "Perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo fixo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda, caso em que é capitalizado, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

j) Ativos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo na gestão do recebimento dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa, venda dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber (se inclui apenas capital mais juro ou se inclui outras variáveis).

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

- (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a) Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b) Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de capital, por se referirem a investimentos que não são detidos para negociação;
- (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação dos ativos financeiros do Grupo por categoria encontra-se na Nota 33.

Mensuração

O Grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

O Grupo avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital

Incluem-se aqui os ativos financeiros que correspondem a instrumentos de capital de outras entidades sobre as quais o grupo não detém o controlo ou influência significativa, e que a gestão decidiu designar como ao justo valor através do capital, por se referirem a investimentos em entidades estratégicas para o futuro crescimento do negócio.

Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Cimóvel -Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 9).

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os “instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes a caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Clientes e Dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

As rubricas de "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros" são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros" são registadas de acordo com os princípios descritos em "Perdas de imparidade". As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em "imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados.

k) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Financiamentos obtidos" (Nota 18), "Fornecedores" (Nota 19) e "Outras dívidas a terceiros" (Nota 20). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Fornecedores e Dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

As dívidas a fornecedores e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

l) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

Plano de Benefícios Definidos

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o "Current Unit Credit Method".

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzidos do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 23).

As remensurações são reconhecidas na rubrica de "Outras reservas", não sendo recicláveis por resultado.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições para o Plano de contribuição definida são registadas como gasto do exercício.

m) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

n) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting e Caetano Auto.

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *Goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

o) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

p) Rédito - Contratos com clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O rédito do Grupo Toyota Caetano Portugal, é composto pelo rédito proveniente das atividades mencionadas na Nota 1.

Os valores registados na rubrica “Outros ativos correntes” com o montante de 620.339 euros constituem *contracts assets* no âmbito da IFRS 15 (nota 13). Os valores registados nas rubricas “Outras dívidas a terceiros” e “Outros passivos correntes” com o montante de 1.063.582 euros e 18.749 euros respetivamente constituem *contracts liabilities* no âmbito da IFRS 15 (Notas 20 e 22).

q) Classificação na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

r) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

s) Política do resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias emitíveis na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

t) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio aplicáveis ao Grupo. Os mesmos encontram-se definidos de acordo com o organigrama funcional do grupo, e do modo como a informação de gestão está organizada.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;
- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados (veículos automóveis e equipamento industrial), é incluída na Nota 27.

Na referida nota é ainda dada informação por geografia e por subsegmentos. Para o segmento de veículos automóveis foram agregados os subsegmentos indústria, comércio, serviços e aluguer. Para o segmento de equipamento industrial foram agregados o subsegmento de máquinas, serviços e aluguer.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *Goodwill* e respetivas análises de sensibilidade (Nota 8);
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 23); e
- f) Pressupostos relativos aos contratos de locação.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

Os pressupostos com maior impacto nas estimativas referidas acima são os da taxa de desconto, para efeitos de cálculo da responsabilidade por pensões de reformas e imparidade de *goodwill* e das tábuas de mortalidade para efeitos do cálculo de responsabilidade por pensões.

As principais estimativas e os julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

Foi considerada a isenção prevista na IAS 12 na alínea a) do parágrafo 15 face à ausência de certezas sobre o tratamento fiscal e contabilístico a ser dado ao tema em questão. É tido em consideração que quando a posição da Administração Fiscal se tornar pública e/ou o IASB publicar a alteração à IAS 12, poderão existir alterações ao tratamento contabilístico adotado na primeira aplicação da IFRS 16.

Adicionalmente são ainda efetuados julgamentos relevantes na determinação da taxa de juro incremental bem como no período a considerar para determinação do passivo de locação e direito de uso.

O Grupo procede a testes de sensibilidade, por forma a aferir, o risco inerente a estes julgamentos e estimativas.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

(i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é definida uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2 b), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas entidades são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão - Cambial”.

O montante de ativos e passivos (em euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	2019	2018	2019	2018
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.183.612	6.950.754	1.528.665	2.421.144
Libra Esterlina (GBP)	-	-	31	38.096
Iene Japonês (JPY)	-	-	399.992	666.606

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue:

	VARIAÇÃO	2019		2018	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Libra Esterlina (GBP)	5%	(2)	-	(1.906)	-
Iene Japonês (JPY)	5%	(20.000)	-	(33.330)	-

(ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente dos componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2019 e 2018, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital”. Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2019 e 2018 unicamente por Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital”, o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	VARIAÇÃO	RESULTADOS	2019	RESULTADOS	2018
			CAPITAL PRÓPRIO		CAPITAL PRÓPRIO
FUNDO CIMÓVEL	10%	-	389.714	-	356.668
FUNDO CIMÓVEL	-10%	-	(389.714)	-	(356.668)

(iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 0,25 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos *spreads* negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	VARIAÇÃO	RESULTADOS	2019	RESULTADOS	2018
			CAPITAL PRÓPRIO		CAPITAL PRÓPRIO
Contas correntes caucionadas	0,25 p.p.	-	-	25.000	-
Descobertos Bancários	0,25 p.p.	407	-	2.309	-
Papel Comercial	0,25 p.p.	-	-	48.500	-
Empréstimo de MLP	0,25 p.p.	25.000	-	25.000	-
Empréstimo obrigacionista	0,25 p.p.	31.250	-	31.250	-
Total		56.657	-	132.059	-
Contas correntes caucionadas	(0,25 p.p.)	-	-	(25.000)	-
Descobertos Bancários	(0,25 p.p.)	(407)	-	(2.309)	-
Papel Comercial	(0,25 p.p.)	-	-	(48.500)	-
Empréstimo de MLP	(0,25 p.p.)	(25.000)	-	(25.000)	-
Empréstimo obrigacionista	(0,25 p.p.)	(31.250)	-	(31.250)	-
Total		(56.657)	-	(132.059)	-

(iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

No quadro seguinte pode-se verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

2019	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 2 ANOS	ENTRE 2 E 4 ANOS	MAIS DE 4 ANOS	TOTAL
Financiamentos obtidos	7.353.166	15.311.768	6.553.059	15.015.398	44.233.391
Fornecedores	38.236.935	-	-	-	38.236.935
Outras dívidas a terceiros	51.854.470	-	-	-	51.854.470
	97.444.571	15.311.768	6.553.059	15.015.398	134.324.796

2018	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 2 ANOS	ENTRE 2 E 4 ANOS	MAIS DE 4 ANOS	TOTAL
Financiamentos obtidos	52.538.913	6.028.237	17.553.607	14.883.298	91.004.055
Fornecedores	39.907.558	-	-	-	39.907.558
Outras dívidas a terceiros	14.783.849	-	-	-	14.783.849
	107.230.320	6.028.237	17.553.607	14.883.298	145.695.462

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 31.539.747 euros e 73.928.900 euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

(v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* do Grupo. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	2019	2018
Financiamento obtido	44.233.391	91.004.055
Caixa e Equivalentes a Caixa	(12.693.644)	(17.075.155)
Endividamento líquido	31.539.747	73.928.900
Capital Próprio	142.838.583	137.873.129
Rácio de alavancagem financeira	18,09%	34,90%

O *gearing* permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

(vi) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo resulta essencialmente:

- (i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e
- (ii) do risco de recuperação dos créditos das entidades exteriores ao Grupo. O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito. Regra geral os clientes do Grupo não têm rating de crédito atribuído.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro do Grupo, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) no rating atribuído pela empresa de seguro de crédito, com a qual o Grupo tem negociado um contrato de seguro de crédito; ii) a natureza societária dos devedores; iii) o tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iv) a experiência de transações realizadas no passado; e v) os limites de crédito estabelecidos para cada cliente.

O Grupo considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o Grupo compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial. Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do Grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais;

Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasa mais de 30 dias a contar da data de pagamento contratual.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 90 dias da data de vencimento das faturas. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, o Grupo continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do exercício.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação. O Grupo categoriza um financiamento ou conta a receber para ser desreconhecido quando o devedor falha para com pagamentos contratuais vencidos há mais de 30 dias.

Imparidade de ativos financeiros

a) Clientes e Outras dívidas de terceiros

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros". De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros" foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2019 são determinadas da seguinte forma; as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospetivas. A antiguidade dos saldos de clientes consta na Nota 11.

b) Financiamentos concedidos a entidades relacionadas

Considera-se que os saldos de "Financiamentos concedidos a entidades relacionadas" têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo "risco de crédito baixo" quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", cujo montante, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de, aproximadamente, 9.114.470 euros, que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontram-se divulgados na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 24.

Os montantes relativos a clientes e outras dívidas de terceiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

c) Equivalentes a caixa

As seguintes tabelas apresentam um resumo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

2019

RATING DEPÓSITOS NÃO-CORRENTE	AGÊNCIA DE RATING	VALOR
A2	Moody's	59.201
A3	Moody's	181.963
Aa3	Moody's	10.868
B1	Moody's	485.101
B2	Moody's	181.648
B3	Moody's	517.954
Baa1	Moody's	3.008.670
Baa2	Moody's	68.385
Baa3	Moody's	6.520.472
	Outros sem rating atribuído	1.536.614
Total		12.570.877

2018

RATING DEPÓSITOS NÃO-CORRENTE	AGÊNCIA DE RATING	VALOR
A1	Moody's	10.320
A2	Moody's	50.302
A3	Moody's	600.772
Aa3	Moody's	8.684
B3	Moody's	406.506
Ba1	Moody's	1.976.845
Ba3	Moody's	6.856.596
Baa1	Moody's	632.651
Baa2	Moody's	4.324.673
Caa1	Moody's	846.168
	Outros sem rating atribuído	1.233.879
Total		16.947.398

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Para além da adoção da IFRS 16, conforme divulgado na Nota 2.1.3. não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são como se segue:

	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	2019	2018
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), S.A.	-	99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	100,00%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,43%	98,40%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pela IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto e exposição aos retornos das atividades relevantes).

Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, verificou-se alteração na composição do perímetro de consolidação com a saída da Saltano em maio de 2019, por liquidação. Em 2018 não se verificou qualquer alteração da composição do perímetro de consolidação.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2019	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	1.477.217	551.031	81.485	2.150.170	-	4.259.903
Adições	-	64.965	-	5.200	202.804	272.969
Variações de perímetro	-	-	-	(500)	-	(500)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.477.217	615.996	81.485	2.154.870	202.804	4.532.372
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	1.477.217	198.131	81.485	2.142.706	-	3.899.539
Amortização do exercício	-	159.907	-	8.041	-	167.948
Variações de perímetro	-	-	-	(500)	-	(500)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.477.217	358.038	81.485	2.150.247	-	4.066.987
Valor líquido	-	257.958	-	4.623	202.804	465.385

2018	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
Ativo bruto:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	1.477.217	399.378	81.485	2.150.170	4.108.250
Adições	-	153.701	-	-	153.701
Alienações e abates	-	(2.048)	-	-	(2.048)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.477.217	551.031	81.485	2.150.170	4.259.903
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	1.449.781	76.558	81.485	2.087.579	3.695.403
Amortização do exercício	27.436	122.491	-	55.127	205.054
Alienações e abates	-	(918)	-	-	(918)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.477.217	198.131	81.485	2.142.706	3.899.539
Valor líquido	-	352.900	-	7.464	360.364

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2019		TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	ATIVOS SOB DIREITO DE USO	TOTAL
Ativo bruto:										
	Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	18.920.052	90.552.569	61.802.798	99.627.898	8.421.472	4.506.599	1.132.876	-	284.964.264
	Efeito de alteração de política contábilística	[1.805.867]	[5.406.201]	[103.432]	[57.225.580]	-	-	-	66.626.071	2.084.991
	Adições	81.621	1.441.169	857.538	44.416.374	537.451	290.829	1.034.796	5.628.537	54.288.315
	Alienações e abates	-	-	[96.521]	[6.246.037]	[8.398]	[312]	-	[1.063.388]	[7.414.656]
	Transferências para Inventário	-	-	-	[42.118.294]	-	-	-	-	[42.118.294]
	Transferências e reclassificações	-	1.025.082	-	-	-	-	[1.025.417]	-	[335]
	Saldo final em 31 de dezembro de 2019	17.195.806	87.612.619	62.460.383	38.454.361	8.950.525	4.797.116	1.142.255	71.191.220	291.804.285
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
	Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	-	62.859.307	57.207.267	40.521.279	7.338.174	4.245.545	-	-	172.171.572
	Efeito de alteração de política contábilística	-	[914.486]	[2.694]	[20.228.768]	-	-	-	21.145.948	-
	Depreciação do exercício	-	2.121.987	1.030.943	10.010.948	198.940	80.235	-	11.119.904	24.562.957
	Alienações e abates	-	-	[96.522]	[2.493.765]	[8.398]	[253]	-	[985.049]	[3.583.987]
	Transferências para Inventário	-	-	-	[11.365.862]	-	-	-	-	[11.365.862]
	Saldo final em 31 de dezembro de 2019	-	64.066.808	58.138.994	16.443.832	7.528.716	4.325.527	-	31.280.803	181.784.680
	Valor líquido	17.195.806	23.545.811	4.321.389	22.010.529	1.421.809	471.589	1.142.255	39.910.417	110.019.605

2018		TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:									
	Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	16.443.805	89.685.756	61.157.213	80.675.357	8.409.708	4.451.433	291.742	261.115.014
	Adições	2.549.082	1.508.970	1.270.847	62.788.359	254.092	60.398	1.028.377	69.460.125
	Alienações e abates	[72.835]	[823.060]	[625.262]	[5.905.222]	[242.328]	[5.232]	[6.340]	[7.680.279]
	Transferências para Inventário	-	180.903	-	[37.930.596]	-	-	[180.903]	[37.930.596]
	Saldo final em 31 de dezembro de 2018	18.920.052	90.552.569	61.802.798	99.627.898	8.421.472	4.506.599	1.132.876	284.964.264
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
	Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	-	61.197.250	56.632.165	33.601.857	7.678.403	4.183.729	-	163.293.404
	Amortização do exercício	-	2.170.390	1.011.765	19.607.743	[111.369]	66.036	-	22.744.565
	Alienações e abates	-	[508.333]	[436.663]	[3.521.393]	[228.860]	[4.220]	-	[4.699.469]
	Transferências	-	-	-	[9.166.928]	-	-	-	[9.166.928]
	Saldo final em 31 de dezembro de 2018	-	62.859.307	57.207.267	40.521.279	7.338.174	4.245.545	-	172.171.572
	Valor líquido	18.920.052	27.693.262	4.595.531	59.106.619	1.083.298	261.054	1.132.876	112.792.692

Os aumentos registados em 2018 relativos a Terrenos e Edifícios devem-se essencialmente à aquisição de terrenos em Vila Nova de Gaia e Gondomar e de instalações na Maia. As alienações registadas nas mesmas rubricas referem-se à alienação de edifícios em Loures e Leiria.

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, os bens utilizados em regime de locação apresentam-se como segue:

POSIÇÃO DE BENS ADQUIRIDOS POR LEASING	VALORES NO AFT EM 2019			VALORES NO AFT EM 2018		
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Santarém Stand	1.400.000	320.250	1.079.750	1.400.000	294.000	1.106.000
Santarém Colisão	235.000	14.688	220.312	235.000	11.163	223.837
Carnaxide	3.246.231	628.957	2.617.274	3.246.231	568.090	2.678.141
Santa Maria da Feira	670.950	27.258	643.692	670.950	14.677	656.273
Caldas da Rainha	936.837	35.131	901.706	936.837	17.566	919.271
Maia Colisão	723.050	30.568	692.482	723.050	8.991	714.059
Equipamento Oficial	103.432	9.158	94.274	103.433	2.694	100.739
Equipamentos industriais	41.146.951	25.587.331	15.559.619	36.581.801	20.107.820	16.473.981
Equipamento de transporte	20.643.779	3.330.040	17.313.740	15.086.222	1.978.655	13.107.567
TOTAL	69.106.230	29.983.381	39.122.849	58.983.524	23.003.656	35.979.868

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos de imóveis ascenderam a 2.988.558 euros no período findo em 31 de dezembro de 2019 (2.820.267 euros em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, de acordo com avaliações reportadas a 31 de dezembro de 2019, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 54 milhões de euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, pode ser detalhado como se segue:

LOCALIZAÇÃO	2019			2018		
	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO
Vila Nova de Gaia - Av. da República	121.972	1.192.400	Interna	84.202	1.192.400	Interna
Braga - Av. da Liberdade	-	2.330.000	Externa	-	1.355.000	Interna
Porto - Rua do Campo Alegre	757.734	3.315.000	Interna	795.350	3.315.000	Externa
Viseu - Teivas	711.644	1.841.000	Externa	762.388	896.000	Interna
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	17.531	85.000	Interna	17.531	85.000	Interna
Viseu - Quinta do Cano	1.704.237	1.625.750	Interna	1.713.586	1.625.750	Interna
Amadora - Rua Elias Garcia	174.100	149.000	Interna	177.559	149.000	Interna
Portalegre - Zona Industrial	173.533	173.000	Interna	178.674	173.000	Interna
Portimão - Cabeço do Mocho	524.781	550.000	Interna	424.782	550.000	Interna
Vila Real de Santo António - Rua de Angola	-	-	-	23.911	83.000	Interna
Rio Maior	107.000	107.000	Interna	107.000	107.000	Interna
S João de Lourosa - Viseu	-	-	-	452.472	487.030	Interna
Castelo Branco - Oficinas	719.734	1.100.000	Interna	759.135	1.100.000	Externa
Teivas	118.344	72.800	Externa	-	-	-
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios A e B)	2.584.894	8.692.000	Interna	2.802.242	8.692.000	Interna
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifício G)	784.140	9.165.200	Externa	804.483	6.077.000	Interna
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	4.951.364	23.120.000	Interna	4.989.846	19.218.000	Interna
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereiras	225.721	788.000	Interna	237.553	788.000	Interna
	13.676.728	54.306.150		14.330.714	45.893.180	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (justo valor determinado pela média das avaliações efetuadas pelos Métodos de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento, em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se da seguinte forma:

- Método de mercado: Nível 2 (justo valor determinado com base em inputs observáveis no mercado);
- Métodos do custo e do rendimento: Nível 3 (justo valor determinado com base em inputs não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado).

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pelo Grupo para os demais imóveis, à inexistência generalizada de grandes obras em 2019, à inexistência de sinistros relevantes em 2019 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2019 acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012, 2013, 2014, 2016, 2017 e 2018.

As rendas obtidas, referentes aos imóveis acima mencionados, encontram-se divulgadas na Nota 31.

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como se segue:

2019	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
VALOR BRUTO:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	9.305.659	35.408.776	44.714.435
Adições	-	40.294	40.294
Alienações e abates	(210.443)	(197.187)	(407.630)
Transferências	(100.000)	335	(99.665)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	8.995.216	35.252.218	44.247.434
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	-	30.383.721	30.383.721
Depreciações do exercício	-	437.677	437.677
Alienações e abates	-	(150.692)	(150.692)
Transferências	-	(100.000)	(100.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	-	30.570.706	30.570.706
Valor Líquido	8.995.216	4.681.512	13.676.728

2018	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
VALOR BRUTO:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	10.135.964	36.926.442	47.062.406
Adições	-	20.775	20.775
Alienações e abates	(830.305)	(1.538.441)	(2.368.746)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	9.305.659	35.408.776	44.714.435
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	-	30.699.208	30.699.208
Depreciações do exercício	-	473.690	473.690
Alienações e abates	-	(789.177)	(789.177)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	-	30.383.721	30.383.721
Valor Líquido	9.305.659	5.025.055	14.330.714

Em 2018, as alienações e abates referem-se essencialmente a terrenos e edifícios em Azóia, Infante Santo, Óbidos e Castro Daire.

O valor de perdas por imparidade acumuladas em 2019 e 2018, ascende a 2.680.809 e 2.780.809 euros, respetivamente.

8. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica “Goodwill”.

A rubrica “Goodwill” diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da subsidiária Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe, Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2019, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS BT - SUL	
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) (1)	2,0%
Taxa de desconto utilizada (2)	6,25%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

2 Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *goodwill* (0,6 milhões de euros), não excede o seu valor recuperável (38 milhões de euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

9. INSTRUMENTOS DE CAPITAL AO JUSTO VALOR POR VIA DE CAPITAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos na rubrica “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” foi como se segue:

	2019	2018
Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital		
Justo valor em 1 de janeiro	3.633.413	3.732.500
Alienações durante o ano	[39.904]	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	330.465	[99.087]
Justo valor na data de referência	3.923.974	3.633.413

A 31 de dezembro de 2019, os “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” incluem o montante de 3.897.142 euros (2018: 3.566.677 euros) correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Címvél - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2019 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 883.196 euros. Os restantes “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 do registro dos “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	2019	2018
Variação no justo valor	330.465	[99.087]
Efeito no capital próprio	330.465	[99.087]

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	6.772.894	8.885.206
Produtos e Trabalhos em Curso	763.239	932.748
Produtos Acabados e Intermédios	2.567.925	1.242.750
Mercadorias	98.814.645	90.219.827
	108.918.703	101.280.531
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 24)	[3.448.675]	[2.221.105]
	105.470.028	99.059.426

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi apurado como se segue:

	DEZ/19 MATÉRIAS- -PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO			DEZ/18 MATÉRIAS- -PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO		
	MERCADORIAS	TOTAL		MERCADORIAS	TOTAL	
Existências Iniciais	90.219.827	99.105.033		81.473.495	91.886.723	
Compras Líquidas	296.852.381	336.889.403		294.586.733	331.550.707	
Transferências para Inventários	42.118.294	42.118.294		37.930.598	37.930.598	
Existências Finais	[98.814.645]	[105.587.539]		[90.219.827]	[99.105.033]	
Total	330.375.857	372.525.191		323.770.999	362.262.995	

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi apurada como se segue:

	DEZ/19 PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO			DEZ/18 PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO		
	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS	TOTAL		PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS	TOTAL	
Existências Finais	2.567.925	3.331.164		1.242.750	2.175.498	
Regularização de existências	7.052	[23.149]		14.448	[5.370]	
Existências Iniciais	[1.242.750]	[2.175.498]		[4.432.510]	[5.567.901]	
Total	[1.332.227]	1.132.517		3.175.312	[3.397.773]	

11. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	2019	2018	2019	2018
Cientes, conta corrente	52.716.981	56.648.436	608.975	494.293
Cientes cobrança duvidosa	10.978.343	8.838.044	-	-
	63.695.324	65.486.480	608.975	494.293
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	[9.458.773]	[8.776.958]	-	-
	54.236.551	56.709.522	608.975	494.293

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

Antiguidade das contas a receber

2019	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	36.836.276	2.029.986	2.110.790	4.720.187	45.697.240
Funcionários	14	-	-	4.430	4.444
Concessionários Independentes	7.596.637	20.771	-	6.864	7.624.272
Total	44.432.927	2.050.757	2.110.790	4.731.481	53.325.956

2018	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	31.284.576	5.780.752	2.176.100	9.791.002	49.032.430
Funcionários	77.032	780	2.732	200.911	281.455
Concessionários Independentes	7.426.444	363.223	27.689	11.488	7.828.844
Total	38.788.052	6.144.755	2.206.521	10.003.401	57.142.729

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

2019	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cob. Duvidosa	116.219	102.497	26.244	10.733.383	10.978.343
Total	116.219	102.497	26.244	10.733.383	10.978.343

2018	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cob. Duvidosa	14.123	2.275	1.378	8.820.268	8.838.044
Total	14.123	2.275	1.378	8.820.268	8.838.044

Maturidade das dívidas face ao prazo de vencimento

2019	NÃO VENCIDAS	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	20.137.752	24.124.247	1.732.833	1.280.080	6.051.043	53.325.956
Total	20.137.752	24.124.247	1.732.833	1.280.080	6.051.043	53.325.956

2018	NÃO VENCIDAS	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	15.507.326	28.100.550	2.700.057	1.283.518	9.551.278	57.142.729
Total	15.507.326	28.100.550	2.700.057	1.283.518	9.551.278	57.142.729

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data da demonstração da posição financeira. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES	
	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	36.402	18.621
Estado e outros entes públicos (IVA)	-	3.051.511
Outros devedores	2.501.776	2.748.473
	2.538.178	5.818.605

A rubrica "Outras dívidas de terceiros" inclui, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante de, aproximadamente, 800.000 euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 649.625 euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (618.000 euros em 31 de dezembro de 2018).

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel	1.095.844	1.374.158
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	620.339	508.148
Comparticipação em Frotas e Campanhas e Bónus de fornecedores	435.273	2.366.089
Reclamações de Garantia	80.066	159.112
Cedência de Pessoal	31.173	27.842
Fee's a debitar	2.795	22.699
Outros	357.586	583.031
	2.623.076	5.041.079
Gastos a reconhecer		
Seguros	164.588	178.892
Juros	130.459	125.116
Rendas	6.154	128.636
Outros	456.375	857.657
	757.576	1.290.301
Total	3.380.652	6.331.380

14. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, podem ser resumidos como se segue:

DEZ/19	2018	IMPACTO EM RESULTADOS	2019
Impostos diferidos ativos:			
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	296.439	56.474	352.913
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	1.611.745	-	1.611.745
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	926.746	(279.918)	646.828
	2.834.930	(223.444)	2.611.486
Impostos diferidos passivos:			
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(590.517)	58.965	(531.552)
Efeito do reinvestimento de mais-valias geradas com alienações de imobilizações	(113.367)	43.290	(70.077)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	(898.732)
	(1.602.616)	102.255	(1.500.361)
Efeito líquido (Nota 25)		(121.189)	

DEZ/18	2017	IMPACTO EM RESULTADOS	2018
Impostos diferidos ativos:			
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	212.335	84.104	296.439
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	1.611.745	-	1.611.745
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	489.298	437.448	926.746
	2.313.378	521.552	2.834.930
Impostos diferidos passivos:			
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(619.498)	28.981	(590.517)
Efeito do reinvestimento de mais-valias geradas com alienações de imobilizações	(116.914)	3.547	(113.367)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	(898.732)
	(1.635.144)	32.528	(1.602.616)
Efeito líquido (Nota 25)		554.080	

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não tinha prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	TAXA DE IMPOSTO	
	2019	2018
País origem da filial:		
Portugal	22,5% - 21%	22,5% - 21%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

As empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2016 a 2019 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	2019	2018
Numerário	122.767	127.757
Depósitos bancários	12.570.877	16.947.398
Descobertos bancários	[162.683]	-
	12.530.961	17.075.155

16. CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital da Empresa-mãe, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano - Auto SGPS, S.A. 65,99%
- Toyota Motor Europe NV/SA 27,00%

Em 2018, a Salvador Caetano - Auto SGPS, S.A. adquiriu 320.611 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 0,91% do capital social. Em 2019, a Salvador Caetano - Auto SGPS, S.A. adquiriu 839.813 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 2,3995% do capital social.

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 12 de abril de 2019 foi pago um dividendo de 0,20 euros por ação (7.000.000 euros).

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão - Cambial

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 9).

Outras reservas

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

17. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como se segue:

	2019	2018
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.473.222	1.387.418
Aquisição de interesses que não controlam	(11.610)	-
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	52.615	85.804
	1.514.227	1.473.222

A decomposição do valor por empresa subsidiária, consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas, é como se segue em 2019 e 2018:

2019	% IQNC	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM
Caetano Auto CV	18,76%	863.200	25.093
Caetano Auto	1,57%	651.027	27.522
		1.514.227	52.615

2018	% IQNC	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM
Saltano SGPS	0,02%	4.030	(5)
Caetano Auto CV	18,76%	838.107	25.855
Caetano Renting	0,02%	464	(117)
Caetano Auto	1,60%	630.621	60.071
		1.473.222	85.804

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

RUBRICA	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV	
	DEZ/19	DEZ/18	DEZ/19	DEZ/18
Ativo Não Corrente	59.516.127	56.490.292	1.319.976	1.257.814
Ativo Corrente	67.238.194	90.240.546	4.863.635	5.692.940
Total Ativo	126.754.321	146.730.838	6.183.611	6.950.754
Passivo Não Corrente	7.599.200	8.052.611	98.878	98.878
Passivo Corrente	77.801.154	99.202.695	1.527.813	2.322.266
Capital Próprio	41.353.967	39.475.532	4.556.920	4.529.610
Vendas e Prestações de Serviços	238.232.286	234.877.024	14.208.584	14.733.922
Resultados Operacionais	2.627.412	5.127.518	212.638	356.168
Resultados Financeiros	13.287	31.019	-	(6.629)
Impostos	(762.264)	(1.436.915)	(185.328)	(125.871)
Resultado Líquido	1.878.435	3.721.623	27.310	223.668

RUBRICA	CAETANO RENTING		SALTANO	
	DEZ/19	DEZ/18	DEZ/19	DEZ/18
Ativo Não Corrente	29.092.762	34.435.165	-	23.789.240
Ativo Corrente	4.677.938	5.875.043	-	2.016.167
Total Ativo	33.770.700	40.310.208	-	25.805.406
Passivo Não Corrente	-	529.369	-	-
Passivo Corrente	30.517.861	36.561.509	-	3.574.436
Capital Próprio	3.252.839	3.219.329	-	22.230.970
Vendas e Prestações de Serviços	42.935.941	42.240.170	-	-
Resultados Operacionais	362.206	477.981	-	2.089.542
Resultados Financeiros	(338.547)	(308.190)	-	-
Impostos	9.851	6.916	-	5.946
Resultado Líquido	33.509	176.707	-	2.095.488

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a rubrica de “Financiamentos Obtidos” tem o seguinte detalhe:

	2019			2018		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos Bancários	-	10.000.000	10.000.000	29.400.000	10.000.000	39.400.000
Descobertos Bancários	162.681	-	162.681	923.669	-	923.669
Financiamento de Viaturas	-	-	-	2.499.961	-	2.499.961
Empréstimo Obrigacionista	-	12.500.000	12.500.000	-	12.500.000	12.500.000
Passivos de locação	7.190.485	14.380.225	21.570.710	19.715.283	15.965.142	35.680.425
	7.353.166	36.880.225	44.233.391	52.538.913	38.465.142	91.004.055

O movimento ocorrido nos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

2019	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALTERAÇÃO DE POLÍTICA CONTABILÍSTICA IFRS16	DIMINUIÇÕES	OUTRAS VARIAÇÕES (*)	SALDO FINAL
Empréstimos Bancários	10.000.000	-	-	-	-	10.000.000
Descobertos Bancários	923.669	162.681	-	-	(923.669)	162.681
Financiamento de Viaturas	2.499.961	-	-	-	(2.499.961)	-
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000	-	20.000.000	-	-
Confirming	-	-	-	-	-	-
Papel comercial	19.400.000	83.000.000	-	102.400.000	-	-
Empréstimo Obrigacionista	12.500.000	-	-	-	-	12.500.000
Passivos de locação	35.680.425	434.568	2.084.991	8.405.927	(8.223.348)	21.570.710
	91.004.055	93.597.249	2.084.991	130.805.927	(11.646.972)	44.233.391

(*) Sem impacto na demonstração de fluxos de caixa

2018	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALTERAÇÃO DE POLÍTICA CONTABILÍSTICA IFRS16	DIMINUIÇÕES	OUTRAS VARIAÇÕES (*)	SALDO FINAL
Empréstimos Bancários	17.000.000	-	-	7.000.000	-	10.000.000
Descobertos Bancários	529.851	-	-	-	393.818	923.669
Financiamento de Viaturas	-	-	-	-	2.499.961	2.499.961
Contas correntes caucionadas	5.000.000	37.000.000	-	32.000.000	-	10.000.000
Confirming	-	19.883.075	-	19.883.075	-	-
Papel comercial	34.400.000	237.100.000	-	252.100.000	-	19.400.000
Empréstimo Obrigacionista	-	12.500.000	-	-	-	12.500.000
Locações	23.008.943	-	-	7.731.336	20.402.818	35.680.425
	79.938.794	306.483.075	-	318.714.411	23.296.597	91.004.055

(*) Sem impacto na demonstração de fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, bem como as suas respectivas condições, é como se segue:

2019 DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	11/03/2016	5 anos
Empréstimo obrigacionista				
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	09/08/2018	5 anos
	22.500.000	22.500.000		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	-	12.000.000		
Descobertos bancários	162.681	5.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	4.350.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	14.000.000	27/02/2017[*]	3 anos
Toyota Caetano Portugal	-	10.000.000	18/08/2015	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	17/07/2017	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	5.000.000	10/11/2016	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	24/02/2018	1 ano
	162.681	58.850.000		
	22.662.681	81.350.000		

[*]Com amortização de 2 milhões de euros anual.

2018 DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	11/03/2016	5 anos
Empréstimo obrigacionista				
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	09/08/2018	5 anos
	22.500.000	22.500.000		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	12.000.000		
Descobertos bancários	923.669	5.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	10.000.000		
Financiamento de viaturas	2.499.961	13.500.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	15.400.000	18.000.000	27/02/2017[*]	3 anos
Toyota Caetano Portugal	-	10.000.000	18/08/2015	5 anos
Toyota Caetano Portugal	4.000.000	4.000.000	17/07/2017	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	5.000.000	10/11/2016	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	24/02/2019	1 ano
	32.823.630	82.000.000		
	55.323.630	104.500.000		

[*]Com amortização de 2 milhões de euros anual.

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (Nota 36):

- Papel Comercial: 14.000.000

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor (floor zero), acrescidos de um "spread" que varia entre 0,85% e 2,75%.

O Grupo e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de dezembro de 2019 no montante de, aproximadamente, 81 milhões de euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade. Este valor está aplicado em diversas instituições financeiras não existindo concentração excessiva em nenhuma delas.

A rubrica Passivos de locação (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativas ao direito de uso sobre instalações e de bens de equipamento.

O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
		12M	12-24M	24-36M	36-48M	>48M		
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	98.632	119.047	-	-	-	119.047	217.679
	Juros	1.294	551	-	-	-	551	1.845
5653	Instalações comerciais							
	Capital	24.995	25.385	25.781	26.184	316.791	394.141	419.136
	Juros	6.320	5.929	5.533	5.131	26.912	43.505	49.825
626064	Instalações comerciais							
	Capital	178.402	184.747	191.318	198.122	145.117	719.304	897.706
	Juros	27.974	21.629	15.058	8.253	1.373	46.313	74.287
2032103	Instalações comerciais							
	Capital	9.295	9.805	44.383	-	-	54.188	63.483
	Juros	2.997	2.487	650	-	-	3.137	6.134
30000343	Instalações comerciais							
	Capital	42.431	43.288	44.161	45.053	346.074	478.576	521.007
	Juros	10.033	9.176	8.302	7.411	24.808	49.697	59.730
2017554	Instalações comerciais							
	Capital	46.658	142.212	-	-	-	142.212	188.870
	Juros	4.190	1.399	-	-	-	1.399	5.589
105149	Instalações comerciais							
	Capital	34.150	16.729	-	-	-	16.729	50.879
	Juros	1.104	148	-	-	-	148	1.252
Cimóvel	Imóveis							
	Capital	769.447	-	-	-	-	-	769.447
	Juros	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	Imóveis							
	Capital	18.122	-	-	-	-	-	18.122
	Juros	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	5.968.352	4.770.555	3.810.502	2.167.555	1.707.416	12.456.028	18.424.380
	Juros	372.543	239.755	136.753	65.465	17.627	459.600	832.143
	Total Capital	7.190.485	5.311.768	4.116.145	2.436.914	2.515.398	14.380.225	21.570.710
	Total Juros	426.455	281.074	166.296	86.260	70.720	604.350	1.030.805

Responsabilidades por intervalos de maturidade:**Financiamentos**

2019	12M	12-24M	24-36M	36-48M	>48M	TOTAL
Empréstimos – mútuo	-	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Empréstimo obrigacionista	-	-	-	-	12.500.000	12.500.000
Descobertos Bancários	162.681	-	-	-	-	162.681
Passivos de Locação	7.190.485	5.311.768	4.116.145	2.436.914	2.515.398	21.570.710
Total financiamentos	7.353.166	15.311.768	4.116.145	2.436.914	15.015.398	44.233.391

2018	12M	12-24M	24-36M	36-48M	>48M	TOTAL
Empréstimos – mútuo	-	-	10.000.000	-	-	10.000.000
Conta corrente caucionada	10.000.000	-	-	-	-	10.000.000
Descobertos Bancários	923.669	-	-	-	-	923.669
Financiamento viaturas	2.499.961	-	-	-	-	2.499.961
Papel comercial	19.400.000	-	-	-	-	19.400.000
Empréstimo obrigacionista	-	-	-	-	12.500.000	12.500.000
Passivos de Locação	19.715.283	6.028.237	4.455.494	3.098.113	2.383.298	35.680.425
Total financiamentos	52.538.913	6.028.237	14.455.494	3.098.113	14.883.298	91.004.055

Juros

2019	12M	12-24M	24-36M	36-48M	>48M	TOTAL
Empréstimos – mútuo	226.208	55.625	-	-	-	281.833
Passivos de Locação	426.455	281.074	166.296	86.260	70.720	1.030.805
Empréstimo obrigacionista	318.576	315.972	316.840	316.840	-	1.268.229
Total juros	971.240	652.671	483.137	403.100	70.720	2.580.868

2018	12M	12-24M	24-36M	36-48M	>48M	TOTAL
Empréstimos – mútuo	220.521	221.125	54.375	-	-	496.021
Empréstimo obrigacionista	316.840	318.576	315.972	316.840	316.840	1.585.068
Passivos de Locação	693.240	340.184	202.951	101.852	96.820	1.435.047
Total juros	1.230.601	879.885	573.298	418.692	413.660	3.516.136

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES	
	2019	2018
Retenção de impostos sobre o Rendimento	412.651	376.634
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11.686.476	9.438.099
Imposto automóvel	2.149.151	2.275.238
Direitos aduaneiros	-	381
Contribuições para a Segurança Social	708.501	682.841
Tributos das autarquias locais	177.019	207.376
Outros	6.723	14.364
Estado e outros entes públicos - Subtotal	15.140.521	12.994.933
Acionistas	20.194	15.542
Adiantamentos de Clientes	1.063.582	736.091
Outras dívidas a terceiros	35.630.173	1.037.283
Outras dívidas a terceiros - Subtotal	36.713.949	1.788.916
	51.854.470	14.783.849

Não existem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA)

A decomposição da rubrica de Imposto sobre o rendimento a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

	2019	2018
Saldos devedores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	-
Imposto sobre o rendimento a receber	262.011	-
	262.011	-
Saldos credores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	1.939.181
	-	1.939.181

O valor mencionado em 2019, de imposto sobre o rendimento a pagar, diz respeito ao RETGS (1,9 milhões de euros em 2018).

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	2019	2018
Credores por acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	6.049.904	5.993.832
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.392.856	3.594.310
Comissões a liquidar	1.020.731	967.344
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	773.973	804.876
Encargos com FSE's a liquidar	600.851	489.929
Gastos de aprovisionamento	541.486	363.377
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	448.447	486.430
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	440.852	779.842
Seguros a liquidar	280.273	220.314
Juros a liquidar	139.720	236.354
Contribuição Autárquica/IMI	116.000	126.000
Royalties	68.816	71.170
Outros	1.607.063	2.505.080
	13.480.972	16.638.858
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de Manutenção / Assistência	7.511.764	5.844.505
Recuperação de encargos com publicidade noutros meios	26.711	29.283
Subsídio ao investimento	26.449	28.653
Juros debitados a clientes	20.256	16.832
Outros	348.550	176.425
	7.933.730	6.095.698
Total	21.414.702	22.734.556

23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano Portugal (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, em 9 de agosto de 1996, em 4 de julho de 2003, em 2 de fevereiro de 2007, em 30 de dezembro de 2008, em 23 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2019, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónimo (o qual é gerido pela BPI Vida e Pensões, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários do Grupo com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 1%, 0% e 1,57%, respetivamente. Em 2017 as taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto eram de 1%, 0% e 1,6%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido no exercício de 2019 e 2018 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1/1/2018	35.024.830
Custos dos serviços correntes	74.424
Custos dos juros	541.905
(Ganhos) e perdas atuariais	(446.442)
Pagamentos de pensões	(2.460.403)
Outros	84.524
Responsabilidades em 31/12/2018	32.818.838
Responsabilidades em 1/1/2019	32.818.838
Custos dos serviços correntes	90.168
Custos dos juros	496.745
(Ganhos) e perdas atuariais	(38.844)
Pagamentos de pensões	(2.538.353)
Transferências líquidas efetuadas	(68.227)
Outros	1.513.976
Responsabilidades em 31/12/2019	32.274.303

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2019 e de 2018, foi como se segue:

RUBRICA	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2017	27.510.086	12.745.110	40.255.196
Contribuições	-	126.481	126.481
Contribuições por utilização da conta CD (Conta Reserva)	-	589.461	589.461
Ganhos/ (Perdas) de rendimento	555.556	321.859	877.415
Rendimentos de juros	421.669	-	421.669
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	(2.538.219)	(326.869)	(2.865.088)
Transferências da quota-parte de outro associado	(23.369)	-	(23.369)
Utilizações de Conta Reserva	-	(589.461)	(589.461)
Outros	-	(494)	(494)
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2018	25.925.723	12.866.087	38.791.810
Contribuições da empresa (inclui pagamentos diretos)	442.599	315.726	758.325
Ganhos/ (Perdas) de rendimento	1.628.053	437.169	2.065.222
Rendimentos de juros	388.523	592.661	981.184
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	(2.551.542)	(462.199)	(3.013.741)
Transferências para a quota-parte de outro associado	-	(9.331)	(9.331)
Liquidação do Plano	(68.227)	-	(68.227)
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2019	25.765.129	13.740.113	39.505.242

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR 31/12/2019	PESO CARTEIRA	VALOR 31/12/2018
Ações	11,60%	2.988.754	10,53%	2.729.978
Obrigações	35,80%	9.223.916	36,11%	9.361.779
Imobiliário	41,40%	10.666.763	39,44%	10.225.105
Liquidez	4,80%	1.236.726	7,04%	1.825.171
Outros Ativos	6,40%	1.648.968	6,88%	1.783.690
Total	100,00%	25.765.127	100%	25.925.723

A 31 de dezembro de 2019, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, apresentam-se como se segue:

ATIVO	PESO CARTEIRA	VALOR 31/12/2019
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	41,40%	10.666.763

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de Pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFICIO DEFINIDO	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Valor da responsabilidade	32.274.303	32.818.838	35.024.830	35.367.964	33.997.681	33.574.520	29.059.458
Valor do fundo afeto ao plano de benefício definido	25.765.129	25.925.723	27.510.086	27.541.632	28.297.093	29.075.997	28.855.219

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 9.476.000 de euros, refletida na demonstração da posição financeira na rubrica Responsabilidades por Pensões.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

2019

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDOS FINAIS
Perdas de imparidade acumuladas em propriedades de investimento	2.780.809	-	-	(100.000)	2.680.809
Perdas de imparidade acumuladas em dívidas a receber (Nota 11)	8.776.958	786.236	(1.676)	(102.745)	9.458.773
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	2.221.105	1.446.195	(394)	(218.231)	3.448.675
Provisões	881.547	217.780	-	(154.555)	944.772

2018

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas em propriedades de investimento	2.780.809	-	-	-	2.780.809
Perdas de imparidade acumuladas em dívidas a receber (Nota 11)	9.184.332	303.056	(189.918)	(520.512)	8.776.958
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.452.410	1.002.950	(153.406)	(80.849)	2.221.105
Provisões	514.525	695.982	(200.014)	(128.946)	881.547

A variação ocorrida na rubrica de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber refere-se essencialmente ao *write-off* de imparidades de clientes.

25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS)

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados como se segue:

	2019	2018
Imposto corrente	4.578.311	5.315.895
Imposto diferido [Nota 14]		
Outros	121.189	(554.080)
	4.699.500	4.761.815

Apresenta-se em seguida a decomposição do imposto corrente do período (ver informação adicional na Nota 25):

TOTAL IMPOSTO CORRENTE	2019	2018
Insuficiência de estimativa de imposto	300.036	-
Excesso de estimativa de imposto	(72.411)	-
Restituição de impostos	(65.940)	(439)
Estimativa de imposto do período [Nota 20]	4.416.627	5.316.334
Imposto diferido [Nota 14]	121.188	(554.080)
	4.699.500	4.761.815

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser analisada como se segue:

	2019	2018
Resultados antes de impostos	16.346.099	17.634.378
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto teórico (Coleta + Derrama)	3.677.872	3.967.735
Mais-valias contabilísticas	(357.933)	(560.569)
Mais-valias fiscais	136.939	123.498
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	550.301	233.459
Ajustamentos do justo valor	(69.398)	20.808
Derrama (ajustamentos fiscais)	3.899	(2.742)
Amortizações não aceites fiscalmente	8.609	79.255
Provisões não dedutíveis	14.041	119.494
Outros	(330.384)	404.901
Prejuízos utilizados	-	-
Imposto efetivo (Coleta + Derrama)	3.633.946	4.385.839
Tributação Autónoma+ Derrama Estadual	782.681	930.495
Excesso/Insuficiência estimativa de imposto	227.625	-
Restituição de impostos	(65.940)	(439)
Outros	-	-
Imposto efetivo corrente	4.578.312	5.315.895
Imposto diferido do período	121.188	(554.080)
Imposto efetivo	4.699.500	4.761.815
Taxa de imposto efetiva	28,75%	27,00%

26. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2019	2018
Resultado		
Básico	11.646.599	12.872.563
Diluído	11.646.599	12.872.563
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,333	0,368

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

2019	NACIONAL				OUTROS	EXTERNO				ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO				
	INDÚSTRIA	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	ALUGUER	EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	
RÉDITO															
Volume de negócios	56.023	501.202.755	22.805.053	40.991.948	18.153.358	5.525.169	15.374.754	-	45.748.629	21.004.430	327.457	20.468	8.809	[192.681.857]	478.536.997
RESULTADOS															
Resultados operacionais	11.725	12.517.164	287.311	263.907	1.317.830	2.781.549	936.752	[10.868]	[1.072.459]	309.240	30.265	12.888	5.044	902.338	18.292.685
Resultados financeiros	[157]	[1.354.312]	[30.809]	[313.017]	[36.596]	[16.126]	[39.885]	[59]	[136.628]	[19.125]	[976]	[61]	[27]	1.193	[1.946.586]
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	11.567	6.903.988	187.317	[41.238]	1.281.234	2.765.423	898.846	[11.059]	[1.209.087]	202.003	29.289	12.827	5.017	610.473	11.646.599
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Ativos	21.084.296	269.032.313	12.312.177	29.780.351	6.506.966	1.994.475	26.181.186	46.189.847	-	6.327.927	-	-	-	[108.910.323]	310.499.214
Passivos	182.631	162.150.079	8.290.436	29.458.817	231.160	317.871	29.342.534	15.808	-	1.625.840	-	-	-	[63.954.544]	167.660.631
Dispêndios de capital fixo [1]	843.984	8.665.679	880.486	4.326.108	-	115.716	6.959.346	1.679	-	241.356	-	-	-	28.485	22.062.839
Depreciações [2]	709.129	6.411.249	587.469	9.752.931	68.172	66.157	7.401.522	1.120	-	175.760	-	-	-	[442.604]	24.730.905
2018															
RÉDITO															
Volume de negócios	91.034	504.474.453	16.653.015	40.375.828	15.629.416	5.106.987	14.996.228	-	47.360.202	24.438.265	143.728	25.230	7.425	[209.287.689]	460.014.122
RESULTADOS															
Resultados operacionais	406	14.635.439	356.046	390.730	1.249.953	3.047.468	892.980	[25.190]	20.613	697.473	21.041	13.706	2.715	[2.166.120]	19.137.260
Resultados financeiros	6.478	[923.543]	9.212	[298.487]	[39.036]	[17.072]	[42.674]	32	[163.443]	[33.849]	[466]	[89]	[23]	78	[1.502.882]
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	5.108	10.176.502	263.516	98.037	898.375	2.248.241	651.976	[19.566]	[105.965]	456.220	15.265	10.102	1.998	[1.827.246]	12.872.563
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Ativos	27.259.333	315.453.824	10.389.523	36.815.461	6.917.401	1.957.891	27.607.851	64.562.015	-	7.600.021	-	-	-	[178.510.829]	320.052.491
Passivos	4.910.963	212.773.662	7.594.391	36.648.681	1.748.652	270.185	26.774.122	3.600.849	-	2.895.736	-	-	-	[115.037.879]	182.179.362
Dispêndios de capital fixo [1]	554.690	13.076.575	859.235	18.474.895	-	118.859	5.030.494	2.988	-	149.936	-	-	-	[399.455]	37.868.217
Depreciações [2]	717.605	1.686.726	2.135.840	11.968.684	71.145	66.098	6.231.665	630	-	176.023	-	-	-	[104.798]	22.949.618

(1) Investimento: (Variação do Ativo Fixo Tangível e Intangível) + (Amortizações e Reintegrações do Exercício)

(2) Do Exercício

A linha “Volume de negócios” inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 13.418.442 euros (13.101.962 euros em 2018) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros rendimentos Operacionais (Nota 31).

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

Não existem réditos associados a transações entre o segmento de veículos automóveis e o segmento de equipamento industrial.

28. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi como se segue:

MERCADO	2019		2018	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	404.451.607	86,96%	383.699.911	85,86%
Bélgica	45.616.883	9,81%	47.145.133	10,55%
PALOP	14.474.159	3,11%	15.493.747	3,47%
Espanha	103.130	0,02%	59.068	0,01%
Reino Unido	11.369	0,00%	37.108	0,01%
Alemanha	6.500	0,00%	8.667	0,00%
Outros Mercados	454.907	0,10%	431.176	0,10%
	465.118.555	100,00%	446.874.810	100,00%

Dada a natureza do negócio do Grupo, o rédito é todo registado “*point in time*”, à exceção de um total de 8.232.175 euros relativo às prestações de serviço prestadas pela participada Caetano Renting, cujo rédito é reconhecido “*over the time*”.

Em 2019, a atividade corrente do Grupo passou a integrar o *Finance* e os *Seguros*, até então considerada como rendimentos suplementares.

29. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	2019	2018
Subcontratos	1.752.945	1.777.920
Serviços especializados	22.340.537	19.193.567
Trabalhos especializados	5.831.829	6.693.830
Publicidade e propaganda	12.524.056	8.138.044
Vigilância e segurança	527.153	469.186
Honorários	1.011.418	928.391
Comissões	269.353	514.766
Conservação e reparação	2.176.728	2.449.350
Materiais	996.574	858.248
Energia e fluidos	3.266.686	3.394.927
Deslocações, estadas e transportes	3.725.795	3.528.700
Deslocações e estadas	1.972.728	1.905.850
Transportes de pessoal	106.624	99.112
Transportes de mercadorias	1.646.443	1.523.738
Serviços diversos	12.488.144	13.560.878
Locações de curto prazo e baixo valor	1.356.723	2.465.913
Comunicação	712.508	716.925
Seguros	1.575.926	1.510.749
Royalties	379.216	446.094
Contencioso e notariado	31.193	25.650
Limpeza, higiene e conforto	928.778	843.864
Outros serviços	7.503.800	7.551.683
	44.570.681	42.314.240

30. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	714.825	582.204
Remunerações do pessoal	28.181.804	27.941.095
Pensões	1.299.548	836.970
Indemnizações	413.884	715.082
Encargos sobre remunerações	6.942.503	7.275.895
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	430.026	470.425
Outros gastos com o pessoal	3.388.339	3.342.526
	41.370.929	41.164.197

Durante os exercícios findos em dezembro de 2019 e 2018, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	2019	2018
Empregados	1.084	1.074
Assalariados	453	455
	1.537	1.529

31. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2019	2018
Aluguer de equipamento	13.418.442	13.101.962
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	9.216.974	12.387.595
Rendas cobradas	4.344.359	3.937.061
Trabalhos para a própria entidade	3.804.290	3.525.438
Subsídios à exploração	3.202.058	2.883.793
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	2.478.772	4.085.723
Serviços prestados	2.196.422	1.960.062
Recuperação de despesas	2.170.939	1.925.722
Mais-valias na alienação de ativos	366.171	1.480.795
Correções relativas a exercícios anteriores	155.053	243.405
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	101.410	4.999.858
Indemnização de sinistros	87.159	52.631
	41.542.049	50.584.045

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica Recuperação de encargos inclui essencialmente redébitos à Toyota Motor Europe relativos a garantias e redébitos a concessionários associados a despesas operacionais;
- a rubrica “Serviços Prestados” refere-se essencialmente a débitos de *fees* administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano;
- a rubrica “Recuperação de despesas” inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas fora do perímetro Toyota Caetano).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	2019	2018
Impostos	1.332.581	1.143.367
Correções relativas a exercícios anteriores	346.677	21.241
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	61.486	170.258
Multas e penalidades	34.345	501.021
Perdas em Inventários	33.035	73.600
Quotizações	26.628	27.866
Dívidas incobráveis	14.180	384.280
Descontos pronto pagamento concedidos	9.539	6.515
Donativos	7.743	332.580
Perdas nos restantes investimentos financeiros	1.815	-
Outros não especificados	1.548.884	1.639.703
	3.416.913	4.300.431

32. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS	2019	2018
Juros Suportados	1.758.306	1.691.988
Outros gastos e perdas financeiros	213.355	164.407
	1.971.661	1.856.395
RENDIMENTOS E GANHOS	2019	2018
Juros Obtidos	25.075	13.813
Dividendos obtidos (Fundo Cível)	-	339.700
	25.075	353.513

33. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS AO CUSTO AMORTIZADO		PASSIVOS AO CUSTO AMORTIZADO	
		2019	2018	2019	2018
Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital	9	3.923.974	3.633.413	-	-
Clientes	11	54.845.526	57.203.815	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - corrente	12	2.501.776	2.748.473	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - não corrente	12	-	-	-	-
Outros ativos correntes	13	2.623.076	5.041.079	-	-
Empréstimos Bancários	18	-	-	10.000.000	39.400.000
Empréstimo obrigacionista	18	-	-	12.500.000	12.500.000
Passivos de locação	18	-	-	21.570.710	35.680.425
Descobertos bancários	18	-	-	162.681	923.669
Financiamento de viaturas	18	-	-	-	2.499.961
Outras Dívidas a Terceiros - corrente	20	-	-	35.650.367	1.052.827
Fornecedores	19	-	-	38.236.935	39.907.558
Outros passivos correntes	22	-	-	7.431.068	10.645.026
Caixa e Equivalentes a caixa	15	12.693.644	17.075.155	-	-
		76.587.996	85.701.935	125.551.761	142.609.466

Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	
		2019	2018
Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital	9	3.923.974	3.633.413
		3.923.974	3.633.413

Classificação e Mensuração

DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS DE CAPITAL AO JUSTO VALOR POR VIA DE CAPITAL	
	AO JUSTO VALOR	AO CUSTO
Fundo Cível	3.897.142	-
Diversos	-	26.832

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 93 da IFRS 13, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- Nível 1 - preços cotados - Instrumentos de Capital ao justo valor por via de capital: 3.897.142 euros (3.566.677 euros em 2018);
- Nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivado de negociação (swap);
- Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

Impacto na Demonstração de Resultados Consolidada e no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	IMPACTO EM CAPITAL PRÓPRIO	
	2019	2018
Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital	330.465	(99.087)
	330.465	(99.087)

34. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Durante o exercício de 2019 e 2018, os pagamentos mínimos relativos a locações operacionais ascendem:

	31/12/2018	EXPEDIENTE PRÁTICO IFRS16 < QUE 1 ANO	EFEITO DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA	OUTRAS VARIAÇÕES	01/01/2019
Pagamentos mínimos de locação operacional	3.538.155	1.026.096	79.238	347.830	2.084.991
	3.538.155	1.026.096	79.238	347.830	2.084.991

35. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas (por via do Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.), pode ser resumido como se segue:

2019 EMPRESAS RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Amorim Brito & Sardinha, Lda.	738	-	-	-	-	-	-	-	-	7.200
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	5.173	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auto Partner Imobiliária, S.A.	1.595	23.900	-	-	-	-	-	33.940	-	-
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	199.553	41.767	441.171	391.764	-	-	675	229.454	-	-
Caetano Active, S.A.	3.414	-	1.487	-	-	-	12.035	2.110	-	322
Caetano Aeronautic, S.A.	140.142	85	2.096	-	-	6.000	32.841	210.938	-	685.531
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	212.295	113.048	165.555	559.952	-	-	45.438	68.593	1.684	235.740
Caetano City, S.A.	716.938	62.835	3.282.334	26.183	-	153.757	623	114.732	136.519	2.307
Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	11.659	107.496	(26.471)	73.548	-	-	(343)	368.582	-	6.217
Caetano Energy, S.A.	30.375	(265)	1.409	11.220	-	-	18.206	(794)	-	3.389
Caetano Fórmula, S.A.	21.173	271.302	(13.738)	732.155	-	-	(7.729)	(20.095)	-	6.117
Caetano Fórmula Cádiz, S.L.	374	-	-	-	-	-	-	-	-	374
Caetano Fórmula East África, S.A.	-	-	35	-	-	-	-	-	-	2.490
Caetano Fórmula Galicia, S.L.U.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130
Caetano Fórmula West África, S.A.	143	-	-	-	-	-	-	-	-	270
Caetano Mobility, S.A.	57	-	-	-	-	-	-	-	-	46
Caetano Motors, S.A.	101.091	238	(23.419)	-	-	-	(11.454)	32.500	-	3.648
Caetano Motors Cádiz, S.L.	220	-	-	-	-	-	-	-	-	220
Caetano Move África, S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	261
Caetano One CV, Lda.	21.606	2.553	43.975	40.428	31.939	-	37.322	2.191	-	42.066
Caetano Parts, Lda.	57.353	1.437.752	1.645.259	5.239.857	-	-	1.409	14.329	-	2.662
Caetano Power, S.A.	37.712	817	(29.460)	70.174	-	-	(10.897)	(10.035)	-	2.287
Caetano Retail (SGPS), S.A.	168.360	11.007	763	-	-	-	76	18.046	-	304.996
Caetano Retail España, S.A.U.	124.316	-	-	-	-	-	-	-	-	126.185
Caetano Squadra África, S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	60
Caetano Star, S.A.	24.054	288	1.285	-	-	-	-	617	(795)	19.108
Caetano Technik, Lda.	6.864	12.452	(23.533)	25.810	-	-	(13.331)	3.528	-	1.795
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	2.731.487	308.749	106.390	66.771	-	150	153.388	117.912	3.793	2.450.480
Caetsu Publicidade, S.A.	42.167	1.284.895	80.655	42.572	-	-	5.162	3.693.514	-	10.621
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	49.620	-	45.333	1.590	-	-	64.195	26.200	-	17.138
Choice Car, S.A.	5.237	-	-	-	-	-	-	16.014	-	40.684
COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	11.081	134.104	-	-	606.082	-	12.172	112.014	19.440	12.491
COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2.000	-	-
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	411.040	214.911	1.746.234	1.277.015	-	-	411.133	1.558.072	79.046	106.376

2019 EMPRESAS RELACIONADAS	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Fundação Salvador Caetano	649.625	-	-	-	-	-	-	-	-	224
Grupo Salvador Caetano, (SGPS), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4.150	-	34
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	809.771	3.026	137.452	102	-	-	1.403.601	7.641	-	454.566
Guerin Rent A Car, S.L.U.	2.432	-	-	-	-	-	-	-	-	2.432
Hyundai Portugal, S.A.	9.593	-	5.280	-	-	-	11.803	-	-	51.416
Lidera Soluciones, S.L.	4.262	2.428	-	-	-	-	-	105.276	-	5.061
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	103.745	178.709	97.924	23.398	71.245	-	72.986	473.390	6.740	60.661
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	15.741	-	1.175	-	-	-	903.325	-	-	2.498
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	2.661	362.599	-	875.365	-	-	6.749	905.842	63.082	15.336
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	354.832	350.077	408.274	-	-	-	43.689	332.745	-	87.931
RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	-	59.697	17.943	-	54.087	-	-	147.756	-	256
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	112.012	1.145.460	118	-	32.826	-	187.796	3.796.431	22.508	256.872
Robert Hudson, LTD	-	-	834	-	-	-	-	-	-	-
Salvador Caetano Auto África, (SGPS), S.A.	39	-	-	-	-	-	-	-	-	91
Salvador Caetano Auto, (SGPS), S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	94
Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	10	-	-	-	-	-	-	-	-	9
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1.374	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sózó Portugal, S.A.	8.528	-	-	-	-	-	-	-	-	22.430
Toyota Motor Corporation	3.501.528	15.848.490	45.547.690	220.102.773	30.000	-	-	535.174	667.361	4.144.481
Toyota Motor Europe, NV/SA	369	-	-	-	-	-	-	-	-	3.600
Turispaiiva - Sociedade Turística Paivense, S.A.	369	-	-	-	-	-	-	-	-	3.600
VAS África (SGPS), S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	34
Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	8.380	3.152	104.688	11.297.199	4.232.200	86.743	403.747	1.462.124	102.073	283.488
	11.070.995	26.386.327	53.768.738	283.676.953	5.058.379	246.650	3.784.617	14.501.649	1.579.476	9.648.281

2018 EMPRESAS RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Amorim Brito & Sardinha, Lda.	167	-	-	-	-	-	-	-	-	2.805
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	5.173	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Auto Partner Imobiliária, S.A.	1.595	17.749	-	-	-	-	-	61.199	-	17
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	103.353	9.133	-	-	-	-	140.613	185.095	-	-
Caetano Active, S.A.	1.008	430	396	-	-	-	11.465	1.369	-	27
Caetano Aeronautic, S.A.	56.112	8.659	548	-	-	-	28.496	310.226	311.829	449.949
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	328.816	133.508	3.459.002	504.545	-	-	39.455	285.827	608.581	247.569
Caetano City e Active (Norte), S.A.	338.497	91.763	3.496.594	8.051	-	131.348	461	103.899	279.244	[45.452]
Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	60.204	83.916	[37.702]	11.830	-	-	117.772	327.303	-	[528]
Caetano Energy, S.A.	55.784	14.251	11.228	24.002	-	-	50.267	14.122	-	6.692
Caetano Fórmula, S.A.	2.667	185.589	[17.820]	846.454	-	-	25.303	[18.659]	-	1.204
Caetano Formula East África, S.A.	2.042	-	-	-	-	-	-	-	-	3.738
Caetano Fórmula West África, S.A.	330	-	-	-	-	-	-	-	-	297
Caetano Motors, S.A.	128.967	76	[20.155]	842	-	-	36.457	21.911	-	1.723
Caetano Move África, S.A.	84	-	1.099	-	-	-	-	-	-	95
Caetano One CV, Lda.	116.632	3.269	-	-	-	-	29.372	1.015	-	-
Caetano Parts, Lda.	123.042	1.408.346	1.833.129	5.572.139	-	-	1.977	16.227	2.241	1.318
Caetano Power, S.A.	66.068	30.533	[33.470]	698	-	-	73.969	2.152	[106.605]	[513]
Caetano Retail (SGPS), S.A.	233.612	18.648	1.044	-	-	-	1.895	13.327	-	328.861
Caetano Retail España, S.A.U.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.635
Caetano Squadra África, S.A.	383	-	-	-	-	-	-	-	-	379
Caetano Star, S.A.	21.540	1.646	4.107	874	-	-	-	2.394	1.034	28.620
Caetano Technik, Lda.	10.148	24.652	1.834	49.227	-	-	21.823	1.487	-	3.235
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	4.208.338	187.538	90.852	67.876	9.000	4.930	117.448	212.781	252.046	2.526.924
Caetsu Publicidade, S.A.	5.768	682.197	60.059	-	-	-	4.882	3.467.986	3.255.334	6.833
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	12.481	2.093	40.442	35.732	-	-	86.001	176	450	15.916
Choice Car, S.A.	3.451	758	-	-	-	-	-	19.573	19.631	18.303
COCIGA - Construções Cívicas de Gaia, S.A.	5.727	433.081	-	-	185.467	-	9.302	227.476	227.476	11.152
COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	-
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	395.828	336.409	1.480.563	377.739	-	-	419.135	1.297.800	538.611	58.813
Fundação Salvador Caetano	617.686	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Grupo Salvador Caetano, (SGPS), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	498.155	116.193	156.491	148.228	-	-	1.550.920	13.668	10.159	178.262

2018 EMPRESAS RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Hyundai Portugal, S.A.	9.315	-	8.256	35	-	-	39.735	-	-	46.267
Ibericar Motors Cádiz, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	385
Ibericar Reicomsa, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	752
Lidera Soluciones, S.L.	-	70.016	-	-	-	-	-	191.388	71.924	-
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	31.522	169.409	48.002	66.455	5.253	-	68.839	429.329	155.920	60.308
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	2.312	-	132	-	-	-	106	-	-	6.017
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	3.737	551.869	290	890.759	-	-	8.009	866.334	659.348	6.082
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	125.133	332.520	150.182	648	-	-	49.368	310.152	251.665	75.838
RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	-	39.655	-	-	6.340	-	-	94.742	94.742	-
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	44.794	1.386.682	1.020	-	26.857	-	168.483	3.960.998	2.415.788	252.717
Robert Hudson, LTD	1.161	-	2.994	-	-	-	-	-	-	1.474
Salvador Caetano Auto África, (SGPS), S.A.	63	-	-	-	-	-	-	-	-	145
Salvador Caetano Auto, (SGPS), S.A.	48	-	-	-	-	-	-	-	-	124
Salvador Caetano Capital, (SGPS), S.A.	31	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1.374	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sózó Portugal, S.A.	1.902	-	-	-	-	-	-	-	-	13.437
Toyota Motor Corporation	21.360	4.021.475	-	39.649.935	-	-	-	71.049	429.125	137.141
Toyota Motor Europe, NV/SA	4.482.577	18.137.237	45.926.494	222.831.351	-	-	-	490.762	(4.967.015)	4.379.273
Turispaiiva - Sociedade Turística Paivense, S.A.	138	-	-	-	-	-	-	-	-	1.448
VAS África (SGPS), S.A.	105	-	-	-	-	-	-	-	-	85
Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	250.084	1.747	44.625	-	-	-	78.097	5.356	-	117.540
	12.397.120	28.501.047	56.710.236	271.087.420	232.917	136.278	3.179.650	12.990.464	4.513.528	8.951.065

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

36. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Demonstração da Posição Financeira Consolidada:

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	2019	2018
Caução	4.000.000	4.000.000
Outras garantias financeiras	1.914.401	253.063
	5.914.401	4.253.063

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 4 milhões de euros refere-se à caução prestada à A.T. (Autoridade Tributária e Aduaneira).

A rubrica “Outras dívidas de terceiros” inclui, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante de, aproximadamente, 800.000 euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A..

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 14 milhões de euros a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 23,4 milhões de euros.

Liquidações de Impostos:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Processos Judiciais em Curso

Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência

A reclamação judicial apresentada por um anterior agente, que se encontrava pendente de decisão de recurso apresentado no Supremo Tribunal de Justiça, foi concluído, não tendo resultado, como era convicção da Administração, qualquer tipo de responsabilidade para a Empresa.

Impugnação Judicial de despedimento coletivo

A impugnação judicial de despedimento coletivo, ficou concluída em 2016, com a existência de acordos.

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entenderam que o processo de despedimento coletivo ocorrido em 2012 se encontrava sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não esperavam que houvesse quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo, tal como veio a acontecer.

Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. O Grupo e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas do Grupo será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), o Grupo concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Informação relativa à área ambiental

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2019.

37. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	2019	2018
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	714.825	582.204

38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como segue:

	2019	2018
Honorários Totais referentes a revisão legal de contas	50.000	55.000
Honorários totais referentes à revisão limitada de contas	3.000	3.000
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	1.000	1.000
	54.000	59.000

39. EVENTOS SUBSEQUENTES/RELEVANTES

Desde a conclusão do semestre até à presente data, a Salvador Caetano - Auto- SGPS, S.A. adquiriu 839.813 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas.

Em 08 de agosto de 2019, a Salvador Caetano - Auto- SGPS, S.A., na qualidade de acionista da Toyota Caetano Portugal, propôs deliberar, nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 27.º do Código dos Valores Mobiliários, sobre a perda, pela, Toyota Caetano Portugal S.A., da qualidade de sociedade aberta.

Desde a conclusão do ano de 2019, não poderíamos divulgar este anexo sem esclarecer que o mesmo foi elaborado num momento anterior à declaração por parte da OMS do Estado de Pandemia.

Conscientes dos reflexos económico-financeiros que serão sentidos em Portugal a partir de março de 2020 os quais terão inerentemente efeitos negativos sobre a atividade/rentabilidade da Empresa durante o exercício económico 2020 e não sendo neste momento possível fazer a sua quantificação importa referir que se encontram disponíveis no momento linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 50 M€, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses.

40. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2020.

Tendo em conta o previsto no Código das Sociedades Comerciais, existe a possibilidade das presentes Demonstrações Financeiras serem alteradas após a respetiva aprovação pelo Conselho de Administração.

O Contabilista Certificado

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Katsutoshi Nishimoto

Matthew Peter Harrison

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

05.

PARECERES



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2019 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e das políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados pela sociedade.
3. Apreciamos e aprovamos a prestação de serviços adicionais por parte da PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda. referente ao exercício de 2019.
4. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
5. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

6. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.
7. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º - A do Código dos Valores Mobiliários.
8. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
 - b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 18 de março de 2020

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 18 de março de 2020

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 254.780.574 euros e um total de capital próprio de 141.324.356 euros, incluindo um resultado líquido de 11.593.984 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na nota 35 do Anexo, salientamos que a pandemia de Covid-19, cujos reflexos serão sentidos em Portugal a partir de março de 2020, terão efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Sociedade durante o exercício económico de 2020, não sendo neste momento possível fazer a sua quantificação.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria

Especialização do rédito

Divulgações relacionadas com o rédito nas notas 2.3.n) e 23 das demonstrações financeiras.

O volume de negócios da Empresa ascende a 362 milhões de euros. Deste montante 33 milhões dizem respeito a vendas ocorridas em dezembro.

De acordo com o IFRS 15, o rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando o controlo seja transferido para o comprador, podendo esse reconhecimento ser efetuado de uma só vez caso a transferência do controlo ocorra em data específica ou ao longo do tempo caso essa mesma transferência ocorra durante um certo período de tempo.

O reconhecimento automático do rédito da venda é efetuado no momento da faturação, sendo posteriormente efetuado um ajustamento manual para as viaturas que, na data do reporte das Demonstrações Financeiras, estejam pendentes de entrega aos clientes.

Este assunto é uma matéria de auditoria relevante uma vez que existe um desfazamento temporal entre o momento da faturação e o momento da transferência do controlo para o cliente, assim como o facto deste ajustamento resultar de uma análise casuística e manual.

Valorização de viaturas usadas

Divulgações relacionadas com os inventários nas notas 2.3.e) e 11 das demonstrações financeiras.

A Empresa apresenta na demonstração da posição financeira, inventários no valor de 75 milhões de euros, representando cerca de 30% do ativo. Deste montante 65 milhões de euros dizem respeito a mercadorias, as quais são valorizadas ao mais baixo entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor recuperável.

Os inventários de mercadorias incluem 17 milhões de euros relativos a viaturas usadas, ascendendo as imparidades para cobertura do seu risco de desvalorização a 562 milhares de euros.

De acordo com o IAS 2 as mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao menor entre custo de aquisição e valor realizável líquido. As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos inventários.

Este assunto é uma matéria de auditoria relevante tendo em conta a volatilidade do valor dos inventários de viaturas usadas e o julgamento associado ao apuramento de perdas por imparidade, existindo o risco da imparidade registada não refletir totalmente a perda do valor do ativo e do diferencial ser materialmente relevante.

Síntese da abordagem de auditoria

De forma a mitigar o risco da incorreta especialização de exercícios no reconhecimento do rédito resultante das vendas efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Identificação e testes aos controlos chave existentes no ciclo de vendas.
- Acompanhamento dos inventários realizados no final do ano e análise dos ajustes de inventários efetuados.
- Testes de detalhe ao corte de operações através da verificação dos termos de entrega.
- Teste dos ajustamentos manuais na rubrica de vendas.
- Procedimentos analíticos sobre a rubrica de vendas (Análise dos principais desvios face ao ano anterior e orçamento e obtenção de explicação para os mesmos).
- Verificação das divulgações efetuadas.

De forma a mitigar o risco de o valor dos inventários de viaturas usadas poder ser superior ao valor de realização efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Teste de detalhe sobre o custo de compra de veículos usados a 31 de dezembro de 2019.
- Validação e recálculo dos pressupostos adotados pela Administração da Entidade.
- Revisão analítica das margens nas vendas de viaturas usadas e revisão analítica do tempo médio de rotação das viaturas usadas.
- Análise de vendas de viaturas usadas ocorridas após 31 de dezembro de 2019 de modo a identificar situações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor registado em existências a 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2010 para o exercício de 2010 mantendo-nos em funções até à presente data. A nossa última nomeação / eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2022.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 17 de março de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

18 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:
José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 310.499.214 euros e um total de capital próprio de 142.838.583 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 11.593.984 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na nota 39 do Anexo, salientamos que a pandemia de Covid-19, cujos reflexos serão sentidos em Portugal a partir de março de 2020, terão efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo durante o exercício económico de 2020, não sendo neste momento possível fazer a sua quantificação.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria

Especialização do rédito

Divulgações relacionadas com o rédito nas notas 2.3.p) e 28 das demonstrações financeiras consolidadas.

O volume de negócios do Grupo ascende a 465 milhões de euros. Deste montante 52 milhões dizem respeito a vendas ocorridas em dezembro.

De acordo com o IFRS 15, o rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando o controlo seja transferido para o comprador, podendo esse reconhecimento ser efetuado de uma só vez caso a transferência do controlo ocorra em data específica ou ao longo do tempo caso essa mesma transferência ocorra durante um certo período de tempo.

O reconhecimento automático do rédito da venda é efetuado no momento da faturação, sendo posteriormente efetuado um ajustamento manual para as viaturas que, na data do reporte das Demonstrações Financeiras, estejam pendentes de entrega aos clientes.

Este assunto é uma matéria de auditoria relevante uma vez que existe um desfasamento temporal entre o momento da faturação e o momento da transferência do controlo para o cliente, assim como o facto deste ajustamento resultar de uma análise casuística e manual.

Valorização de viaturas usadas

Divulgações relacionadas com os inventários nas notas 2.3.e) e 10 das demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo apresenta na demonstração da posição financeira consolidada, inventários no valor de 105 milhões de euros, representando cerca de 34% do ativo. Deste montante 97 milhões de euros dizem respeito a mercadorias, as quais são valorizadas ao mais baixo entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor recuperável.

Os inventários de mercadorias incluem 43,8 milhões de euros relativos a viaturas usadas, ascendendo as imparidades para cobertura do seu risco de desvalorização a 2,5 milhões de euros.

De acordo com o IAS 2 as mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao menor entre custo de aquisição e valor realizável líquido. As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos inventários.

Este assunto é uma matéria de auditoria relevante tendo em conta a volatilidade do valor dos inventários de viaturas usadas e o julgamento associado ao apuramento de perdas por imparidade, existindo o risco da imparidade registada não refletir totalmente a perda do valor do ativo e do diferencial ser materialmente relevante.

Síntese da abordagem de auditoria

De forma a mitigar o risco da incorreta especialização de exercícios no reconhecimento do rédito resultante das vendas efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Identificação e testes aos controlos chave existentes no ciclo de vendas.
- Acompanhamento dos inventários realizados no final do ano e análise dos ajustes de inventários efetuados.
- Testes de detalhe ao corte de operações através da verificação dos termos de entrega.
- Teste dos ajustamentos manuais na rubrica de vendas.
- Procedimentos analíticos sobre a rubrica de vendas (Análise dos principais desvios face ao ano anterior e orçamento e obtenção de explicação para os mesmos).
- Verificação das divulgações efetuadas

De forma a mitigar o risco de o valor dos inventários de viaturas usadas poder ser superior ao valor de realização efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Teste de detalhe sobre o custo de compra de veículos usados a 31 de dezembro de 2019.
- Validação e recálculo dos pressupostos adotados pela Administração da Entidade
- Revisão analítica das margens nas vendas de viaturas usadas e revisão analítica do tempo médio de rotação das viaturas usadas.
- Análise de vendas de viaturas usadas ocorridas após 31 de dezembro de 2019 de modo a identificar situações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor registado em existências a 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2010 para o exercício de 2010 mantendo-nos em funções até à presente data. A nossa última nomeação / eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2022.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 17 de março de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

18 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:
José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a) Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2019:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que tendo ocorrido alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2019, foi cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 12 de abril de 2019.

b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2020:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às projeções de atividade e resultados a serem apurados para o exercício de 2020, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais que mantenham funções executivas devem acompanhar na sua essência as deliberações do próprio Conselho de Administração sobre a política salarial a ser aplicada aos restantes Colaboradores, ou seja, deverão sofrer em 2020 uma atualização num intervalo de 1,4% a 3%.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2019, foi cumprida a proposta desta Comissão para esta componente de remuneração, ao não ter sido ultrapassados os 3% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor para 2020 a manutenção do critério aprovado para 2019, sendo que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração no seu conjunto não deve exceder os 3% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2019.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

A Comissão de Remunerações

Alberto Luis Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça



06.

GOVERNO DA SOCIEDADE

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I – ESTRUTURA DO CAPITAL

1. ESTRUTURA DO CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019, o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE AÇÕES

A Sociedade não adota quaisquer restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS

Não aplicável.

4. ACORDOS SIGNIFICATIVOS COM CLÁUSULAS DE MUDANÇA DE CONTROLO

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 6 da Parte I.

5. RENOVAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA

Não aplicável.

6. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Esta sociedade não tem conhecimento da existência de qualquer acordo parassocial entre acionistas.

II – PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL, FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO

Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL COM DIREITO DE VOTO
Salvador Caetano Auto (SGPS), S.A.	23.937.665	68,393%
Toyota Motor Europe NV/S.A.	9.450.000	27,000%

8. NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não detêm ações nem obrigações da Empresa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Nº AÇÕES	Nº OBRIGAÇÕES
José Reis da Silva Ramos	0	0
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	0	0
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	0	0
Matthew Peter Harrison	0	0
Katsutoshi Nishimoto	0	0
Masaru Shimada	0	0
CONSELHO FISCAL		
José Domingos da Silva Fernandes	0	0
Alberto Luis Lema Mandim	0	0
Daniel Broekhuizen	0	0
Maria Lívia Fernandes Alves	0	0
Akito Takami	0	0

9. PODERES ESPECIAIS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA A DELIBERAÇÕES DE AUMENTO DO CAPITAL

Dentro das competências do Conselho de Administração descrita no ponto 21 da Parte I não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

10. RELAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NATUREZA COMERCIAL ENTRE OS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E A SOCIEDADE

Durante o exercício de 2019 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, receção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das assembleias gerais.

11. IDENTIFICAÇÃO, CARGO E MANDATO (INÍCIO E FIM) DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta – Presidente

António José da Cruz Espinheira Rio – Vice-Presidente

Alírio Ferreira dos Santos – Secretário

João António Ferreira de Araújo Sequeira – Secretário

A atual mesa da Assembleia Geral foi eleita em 12 abril 2019 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 31 dezembro 2022.

A informação infra abrange os pontos 12 a 14 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto.

Os acionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas ações averbadas em seu nome no Livro de Registo de Ações da Sociedade ou fazer prova do respetivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou correio eletrónico, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confiram o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os acionistas que sejam titulares legítimos de ações com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os acionistas que não possuam número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto exceto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze

dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

Os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia Geral, sendo adicionados aos aí exercidos;
- d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia-Geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações;
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- e) Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

A Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Conforme descrição a declaração de voto têm de ser rececionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.

Cumpre-nos informar que de acordo com os atuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

COMPOSIÇÃO

15. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência.

16. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE REQUISITOS PROCEDIMENTAIS E MATERIAIS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- d) Por eleição de novo administrador.

A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:

Substituição de membro cessante

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

Novo membro

- d) Por proposta e correspondente eleição em Assembleia Geral.

A nomeação de novos administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral.

17. COMPOSIÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração eleito em 2019 por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2022, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros e um membro suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO		INDEPENDÊNCIA	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Reis da Silva Ramos	Presidente	Executivo	Não	29/01/2010
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	30/03/1989
Salvador Acácio Martins Caetano	Vogal	Executivo	Nã	30/03/1989
Miguel Pedro Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	23/04/2010
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	Vogal	Executivo	Não	23/04/2010
Matthew Peter Harrison	Vogal	Não Executivo	Não	27/08/2015
Katsutoshi Nishimoto	Vogal	Não Executivo	Não	06/02/2019
Masaru Shimada	Vogal Suplente	Não Executivo	Não	26/10/2017

18. DISTINÇÃO DOS MEMBROS EXECUTIVOS E NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E, RELATIVAMENTE AOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS, IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS QUE PODEM SER CONSIDERADOS INDEPENDENTES

No ponto 17 da Parte I, encontram-se descritos os administradores executivos e não executivos, bem como aqueles que são considerados independentes.

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes, na medida em que a nomeação de todos eles corresponde a proposta por parte do principal acionista sendo os seus interesses alinhados com o mesmo.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A..

A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º n.º5 do Código das Sociedades Comerciais.

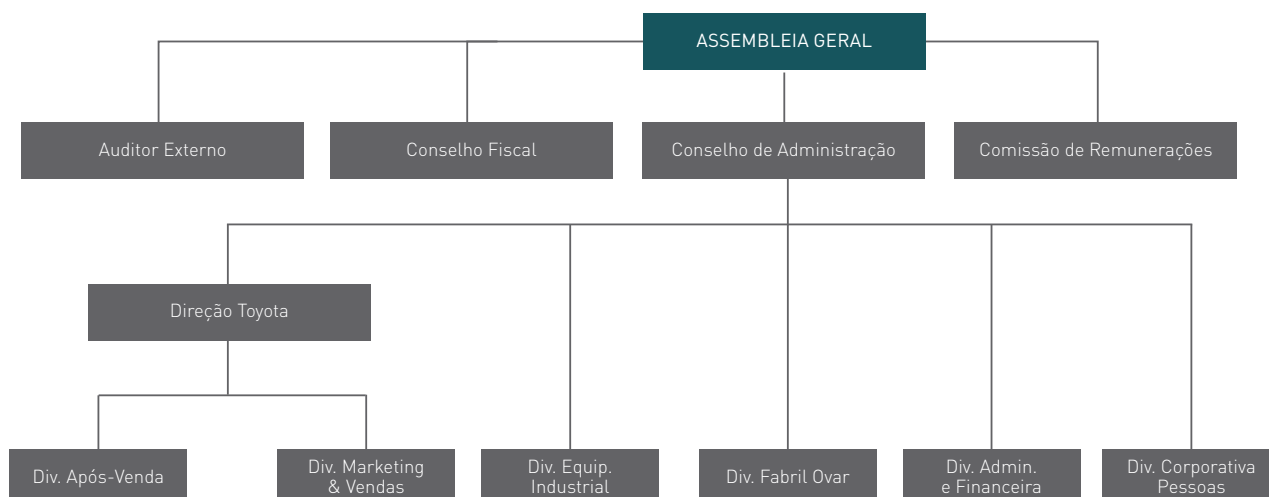
19. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E OUTROS ELEMENTOS CURRICULARES RELEVANTES DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Encontra-se divulgado em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros executivos do Conselho de Administração.

20. RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS, HABITUAIS E SIGNIFICATIVAS, DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM ACIONISTAS A QUEM SEJA IMPUTÁVEL PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA SUPERIOR A 2% DOS DIREITOS DE VOTO

Nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Empresa.

21. ORGANOGRAMA RELATIVO À REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E/OU DEPARTAMENTOS DA SOCIEDADE, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS, EM PARTICULAR NO QUE SE REFERE À DELEGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO QUOTIDIANA DA SOCIEDADE



FUNCIONAMENTO

Conselho de Administração

O Conselho de Administração delega competências num diretor responsável por cada uma das divisões identificadas no organograma acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida. Refira-se que é elaborado um orçamento anual o qual é, no decurso do exercício, sujeito a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal, quer no estrangeiro;
- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;

- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los;
- d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- g) Constituir mandatários da Sociedade;
- h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei;
- i) Assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e dois suplentes, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

No âmbito da sua função de fiscalização, o Conselho Fiscal supervisiona o processo de auditoria interna tendo acesso a todos os relatórios preparados os quais incluem, entre outras, matérias relacionadas com prestação de contas.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

22. REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

23. NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E GRAU DE ASSIDUIDADE DE CADA MEMBRO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2019, o Conselho de Administração reuniu cinco vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração, tendo estado presente todos os seus membros.

24. INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE COMPETENTES PARA REALIZAR A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar, bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

25. CRITÉRIOS PRÉ-DETERMINADOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do órgão de Administração, esta têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.

26. DISPONIBILIDADE DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM INDICAÇÃO DOS CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO EM OUTRAS EMPRESAS, DENTRO E FORA DO GRUPO, E OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DAQUELES ÓRGÃOS NO DECURSO DO EXERCÍCIO

Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º José Reis da Silva Ramos Presidente do Conselho Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanobus – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lusilectra – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Portianga - Comercio Internacional e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Indústria (SGPS), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda.	Gerente
	Movicargo – Serviços Aduaneiros, Lda.	Gerente
	Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetano Renting, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Atlântica – comp. Portuguesa de pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Cíveis de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Covim - soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Simoga - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Capital, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano-Auto, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Baviera - Comércio de Automóveis S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Turispai - Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lavorauto - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cociga - Construções Cíveis de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Simoga - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetano Fórmula East África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Mobility, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Drive Angola, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail Espanha, S.A.U.	Presidente do Cons. Adm.
	Lidera Soluciones, S.L.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Auto, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Barcelona Premium, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	MAPFRE Seguros Gerais, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	LATAM OPERACIONAL, S.L.U.	Vogal do Cons. Adm.
	Robert Hudson, Limitada	Gerente
	Simba Caetano Fórmula, Limited	Gerente
	Caetsu Publicidade - Comércio e Serviços (SU), Lda	Gerente
	Caetano Renting Angola, Lda.	Gerente
	Caetano Peças - Comércio e Serviços (SU), Lda.	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Fundação Salvador Caetano	Vogal do Cons. Adm.

Cumpra informar que os administradores executivos apenas exercem funções em órgãos de administração de empresas subsidiárias e participadas, direta ou indiretamente pelo que a sua disponibilidade é total.

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua atividade profissional na Toyota Motor Europe.

COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A informação prevista nos pontos 27 a 29 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Considerando a composição do órgão de administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da empresa, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de comissões especializadas.

III. FISCALIZAÇÃO

COMPOSIÇÃO

30. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

O órgão de fiscalização adotado de acordo com o modelo latino de governação da sociedade foi o Conselho Fiscal.

31. COMPOSIÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e dois suplentes.

O atual Conselho Fiscal foi eleito em 2019 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2022, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO	INDEPENDÊNCIA	Nº AÇÕES	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Domingos da Silva Fernandes	Presidente	Sim	0	28/04/2011
Alberto Luis Lema Mandim	Vogal	Sim	0	27/04/2012
Daniel Broekhuizen	Vogal	Sim	0	28/04/2016
Maria Livia Fernandes Alves	Suplente	Sim	0	27/04/2012
Akito Takami	Suplente	Sim	0	28/04/2018

32. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL QUE SE CONSIDEREM INDEPENDENTES, NOS TERMOS DO ART. 414.º, N.º 5 CSC

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem com as regras de incompatibilidade e independência previstas no nº1 do art.º 414-A e nº 5 do art.º 414, respetivamente, do Código das Sociedades Comerciais sendo que adicionalmente o Conselho Fiscal procede a respetiva autoavaliação.

33. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho de Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal (Anexo I).

FUNCIONAMENTO

34. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO FISCAL

Os regulamentos de funcionamento dos órgãos de fiscalização não se encontram divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas

Nos termos dos artigos 420.º, número 1, alíneas c), d), e) e f) e 446.º, número 3 do Código das Sociedades Comerciais, ao Revisor Oficial de Contas compete verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto também o Revisor Oficial de Contas passou a dever atestar se o relatório de governo da Sociedade divulgado anualmente inclui os elementos exigidos nos termos legais, designadamente, no que respeita às participações qualificadas no capital social da Sociedade, à identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição de tais direitos, a eventuais restrições em matéria de direito de voto, às regras aplicáveis à nomeação e substituição de administradores e à alteração dos Estatutos da Sociedade, aos poderes e deliberações do órgão de administração, e aos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

35. NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E GRAU DE ASSIDUIDADE ÀS REUNIÕES REALIZADAS DE CADA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal reuniu seis vezes durante o ano 2019, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, tendo estado presente todos os seus membros.

36. DISPONIBILIDADE DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL COM INDICAÇÃO DOS CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO EM OUTRAS EMPRESAS, DENTRO E FORA DO GRUPO, E OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DAQUELE ÓRGÃO

Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal na sociedade

Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

Revisor Oficial de Contas nas sociedades

Multiponto, S.A.

Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.

BDS, SGPS, S.A.

ONIRAM – Indústria Metalomecânica, Lda.

Alberto Luis Lema Mandim

Vogal do Conselho Fiscal na sociedade

Caetano Auto S.A.

Presidente do Conselho Fiscal na sociedade

Fundação Salvador Caetano

Daniel Broekhuizen: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

Maria Lívia Fernandes Alves

Vogal do Conselho Fiscal na sociedade

Caetano Auto S.A.

Akito Takami: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS AO AUDITOR EXTERNO

É competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o primeiro destinatário do Relatório do Auditor externo e o interlocutor da Empresa na relação com o último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por propor o prestador de serviços de auditoria externa, a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

38. OUTRAS FUNÇÕES DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 21 da Parte I.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. IDENTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Miguel Dantas Maio Marques em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita sob o nº 9077 na CMVM.

40. NÚMERO DE ANOS EM QUE O REVISOR OFICIAL DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E/OU GRUPO

O atual Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

41. OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS À SOCIEDADE

Os outros serviços prestados pelo revisor oficial compreendem a verificação dos valores comunicados nos relatórios de faturação no âmbito do cumprimento das obrigações contratuais decorrentes do contrato celebrado ao abrigo do Acordo Quadro- Veículos Automóveis e Motociclos no âmbito das competências da Agência de Compras Públicas e certificação da declaração anual relativo aos pneus introduzidos no território português referente ao exercício de 2018.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002, possam por em causa a sua independência.

V. AUDITOR EXTERNO

42. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DESIGNADO PARA OS EFEITOS DO ART. 8.º E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES, BEM COMO O RESPECTIVO NÚMERO DE REGISTO NA CMVM

A Empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda é o auditor externo da sociedade e o sócio Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Miguel Dantas Maio Marques em representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, registo na CMVM nº 9077.

43. NÚMERO DE ANOS EM QUE O AUDITOR EXTERNO E O RESPECTIVO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES EXERCEM FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E/OU DO GRUPO

O auditor externo exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

44. POLÍTICA E PERIODICIDADE DA ROTAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E DO RESPECTIVO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES

Não se encontra definida internamente qualquer política de rotação obrigatória do Auditor Externo, para além da legalmente aplicável às entidades de interesse público, sendo o período de rotação obrigatória do sócio revisor oficial de contas que representa o Auditor Externo no cumprimento dessas funções o decorrente da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (7 anos).

45. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E PERIODICIDADE COM QUE ESSA AVALIAÇÃO É FEITA

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

46. IDENTIFICAÇÃO DE TRABALHOS, DISTINTOS DOS DE AUDITORIA, REALIZADOS PELO AUDITOR EXTERNO PARA A SOCIEDADE E/OU PARA SOCIEDADES QUE COM ELA SE ENCONTREM EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO, BEM COMO INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE TAIS SERVIÇOS E INDICAÇÃO DAS RAZÕES PARA A SUA CONTRATAÇÃO.

Os trabalhos, que não revisão de contas, prestados pelo auditor externo à Empresa foram essencialmente serviços de garantia de fiabilidade.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

47. MONTANTE DA REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA PELA SOCIEDADE E/OU POR PESSOAS COLETIVAS EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO AO AUDITOR E A OUTRAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS PERTENCENTES À MESMA REDE E DISCRIMINAÇÃO DA PERCENTAGEM RESPEITANTE A CADA TIPO DE SERVIÇOS

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 54.000 euros, distribuídas da seguinte forma:

PELA SOCIEDADE	€	%
Valor dos Serviços de revisão de contas	28.000	52%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	1.000	2%
POR ENTIDADES QUE INTEGREM O GRUPO		
Valor dos serviços de revisão de contas	25.000	46%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

Se, para deliberar sobre o assunto referido no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SOCIEDADE

A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado (Ponto 57 Parte I). Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. PESSOAS, ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E/OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

51. EXPLICITAÇÃO, AINDA QUE POR INCLUSÃO DE ORGANOGRAMA, DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA E/OU FUNCIONAL FACE A OUTROS ÓRGÃOS OU COMISSÕES DA SOCIEDADE

A Empresa produz informação financeira com regularidade, sendo que toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sistemas informáticos.

O Conselho de Administração da Empresa delega competências nos diretores responsáveis por cada uma das divisões da empresa com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da informação financeira desenvolvida sujeita a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Organograma contido no ponto 21 da parte I.

52. EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS

Não existem outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos além das referidas em III.50.

53. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS) A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

No desenvolvimento das suas atividades, a Toyota Caetano está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar.

Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo com relações comerciais geograficamente diversificadas o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

54. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS

Créditos sobre clientes

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Toyota Caetano têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;

- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

Risco de Taxa de Juro

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano compreende os seguintes aspetos:

- Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos;
- Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

55. PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA SOCIEDADE RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. M))

Refira-se adicionalmente que a gestão dos riscos anteriormente enunciados contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. SERVIÇO RESPONSÁVEL PELO APOIO AO INVESTIDOR, COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES, INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA POR ESSES SERVIÇOS E ELEMENTOS PARA CONTACTO

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

57. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes
Telefone: 227867203
E-mail: rmendes@toyotacaetano.pt

58. SERVIÇO RESPONSÁVEL PELO APOIO AO INVESTIDOR, COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES, INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA POR ESSES SERVIÇOS E ELEMENTOS PARA CONTACTO

O representante para as relações com o mercado recebe chamadas diariamente, com várias questões, incluindo esclarecimentos sobre os dividendos, assembleias gerais e outros, geralmente respondidas de imediato, quando a informação é pública.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. ENDEREÇO

A página da Internet da Empresa, www.toyotacaetano.pt, encontra-se disponível em português e inglês, de acordo com a recomendação VI.1 da CMVM.

60. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A FIRMA, A QUALIDADE DE SOCIEDADE ABERTA, A SEDE E DEMAIS ELEMENTOS MENCIONADOS NO ARTIGO 171.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

61. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E/OU COMISSÕES

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação relativo a “Estatutos”.

62. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA INFORMAÇÃO SOBRE A IDENTIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO, DO GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR OU ESTRUTURA EQUIVALENTE, RESPECTIVAS FUNÇÕES E MEIOS DE ACESSO

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a composição dos Órgãos Sociais.

Também na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores” existe um separador relativo a “Apoio ao Investidor”, onde se encontra publicada informação sobre a identidade do representante para as relações com o mercado, com os investidores, bem como os contactos.

63. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZAM OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, QUE DEVEM ESTAR ACESSÍVEIS PELO MENOS DURANTE CINCO ANOS, BEM COMO O CALENDÁRIO SEMESTRAL DE EVENTOS SOCIETÁRIOS, DIVULGADO NO INÍCIO DE CADA SEMESTRE, INCLUINDO, ENTRE OUTROS, REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL, DIVULGAÇÃO DE CONTAS ANUAIS, SEMESTRAIS E, CASO APLICÁVEL, TRIMESTRAIS

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Relatórios e Contas”, onde se encontra divulgado os documentos de prestação de contas que permanecem acessíveis durante cinco anos.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Calendários e Eventos” onde se encontra disponível o calendário de eventos societários.

64. LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos a divulgação da convocatória, propostas de deliberação e ata da assembleia geral.

65. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTERIORES

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos um acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 7 anos anteriores.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES, INCLUINDO IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS CONTRATADAS PARA LHE PRESTAR APOIO E DECLARAÇÃO SOBRE A INDEPENDÊNCIA DE CADA UM DOS MEMBROS E ASSESSORES

A Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luis Lema Mandim
- Francelim Costa da Silva Graça
- Maria Conceição Monteiro Silva

68. CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções.

A Comissão de Remunerações não contratou para a apoiar no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

A política de remunerações dos diretores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado neste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objetivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projetos pré-acordados, na parte variável.

70. INFORMAÇÃO SOBRE O MODO COMO A REMUNERAÇÃO É ESTRUTURADA DE FORMA A PERMITIR O ALINHAMENTO DOS INTERESSES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO COM OS INTERESSES DE LONGO PRAZO DA SOCIEDADE, BEM COMO SOBRE O MODO COMO É BASEADA NA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E DESINCENTIVA A ASSUNÇÃO EXCESSIVA DE RISCOS

Conforme declaração da Comissão de Remunerações anexa (Anexo II), existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da sociedade.

71. REFERÊNCIA, SE APLICÁVEL, À EXISTÊNCIA DE UMA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE EVENTUAL IMPACTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NESTA COMPONENTE

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

72. DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO, COM MENÇÃO DO PERÍODO DE DIFERIMENTO

Não houve diferimento do pagamento da componente variável.

73. CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM AÇÕES

Não há atribuição de remuneração variável em ações e tendo em conta o modelo de remunerações os membros do órgão de administração da empresa não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração para a atribuição de remuneração variável em ações.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração que tenha por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que for fixada pela sociedade.

74. CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM OPÇÕES

Não há atribuição de remuneração variável em opções.

75. PRINCIPAIS PARÂMETROS E FUNDAMENTOS DE QUALQUER SISTEMA DE PRÉMIOS ANUAIS E DE QUAISQUER OUTROS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS

Todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

76. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES OU DE REFORMA

ANTECIPADA PARA OS ADMINISTRADORES

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído prévia, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica a 1 de janeiro de 2008, procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da Segurança Social à data de reforma para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;
- um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

Atualmente, o Fundo de Pensões abrange os membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

A informação infra abrange os pontos 77 a 81 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2019, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
José Reis da Silva Ramos	163.900	0	50.000	0	213.900
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	120.340	360.585	20.000	0	500.925
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0	0	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	110.700	0	0	0	110.700
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0	0	0	0
Matthew Peter Harrison	0	0	0	0	0
Katsutashi Nishimoto	0	0	0	0	0
Masaru Shimada	0	0	0	0	0
CONSELHO FISCAL					
José Domingos da Silva Fernandes	5.020	0	0	0	5.020
Alberto Luis Lema Mandim	3.500	0	0	0	3.500
Daniel Broekhuizen	0	0	0	0	0
Maria Livia Fernandes Alves	0	0	0	0	0
Akito Takami	0	0	0	0	0
	403.460	360.585	70.000	0	834.045

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreu cessação de funções de nenhum administrador executivo pelo que não houve lugar a qualquer pagamento ou é devido qualquer pagamento de indemnizações.

82. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

GERAL

A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efetiva nas reuniões ocorridas durante 2019. Em 2019, o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

A informação prevista nos pontos 83 e 84 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Não existem acordos para o pagamento de qualquer compensação, além da legalmente devida, se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do administrador bem como que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

A informação prevista nos pontos 85 a 87 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade, uma vez que a Sociedade não adotou quaisquer planos de atribuição de ações nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS**I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO****89. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (PARA O EFEITO REMETE-SE PARA O CONCEITO RESULTANTE DA IAS 24)**

Durante o exercício de 2019, não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

90. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA

Dado que todas as transações realizadas, entre sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, foram realizadas nas condições normais de mercado não houve transações sujeitas a controlo.

91. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO VM

O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS**92. LOCAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE ESTÁ DISPONÍVEL INFORMAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS**

Os negócios com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 30 às demonstrações financeiras consolidadas do Relatório e Contas 2019.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 de 18 julho.

O Relatório encontra-se disponível no sítio da Empresa em www.toyotacaetano.pt, bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em www.cmvm.pt.

2. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Sim	Ponto 12
I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	Ponto 12
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	Ponto 12
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não	Ponto 12
I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	Ponto 12
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	Ponto 21
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	Ponto 21
II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não aplicável	
II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não aplicável	
II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Sim	Ponto 50
II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Não	Ponto 17

<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>e) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Não	Ponto 18
II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	Ponto 21
II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	Ponto 21
II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não	Ponto 18
II.2. FISCALIZAÇÃO		
II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	Ponto 32
II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Sim	Ponto 21
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	Ponto 45
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	Ponto 21
II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Sim	Ponto 21
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não	Ponto 68
II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	Ponto 68
II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente:	Não	Ponto 69
a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;		
b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;		
c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Não aplicável	
II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.		
II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Sim	Ponto 76
III. REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	Ponto 70
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	Ponto 77

III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não	Ponto 69
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não	Ponto 72
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Não aplicável	Ponto 73
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	Ponto 34
IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	Ponto 47
IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	Ponto 44
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	Ponto 89
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	Ponto 89
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	Pontos 59 a 65
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	Ponto 56

Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:

I.2. Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito nos pontos 12 a 14 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.

I.4. Como referido nos pontos 12 a 14 a cada grupo de cem ações corresponde um voto, não estando contemplado nos estatutos da Empresa o dever de sujeitar de cinco em cinco anos à alteração da norma estatutária em Assembleia Geral.

II.1.4. O Conselho de Administração não viu necessidade de criação comissões específicas para avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global e refletir sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

II.1.6. O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros e um membro suplente, dos quais três são não executivos (ver ponto 17 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando, o número de não executivos, 29% do total dos administradores.

II.1.7. Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.

II.1.10. O presidente do conselho de administração exerce funções executivas e como referido no ponto 18 nenhum membro não executivo é independente.

II.3.1. Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente não podem ser considerados independentes dada a antiguidade no exercício das suas funções.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização efetuada pela Comissão de Remunerações tal como descrita no ponto 69 não contempla deliberações sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

III.3. Não estão fixados limites máximos para as componentes fixa e variável da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

III.4. Conforme descrito no Ponto 72 a remuneração variável não depende de uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.

III.8. A sociedade não dispõe dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

V.2. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências não procedeu à avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma vez que considera que os mesmos foram realizados em condições normais de mercado.

O Contabilista Certificado

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Katsutoshi Nishimoto
Matthew Peter Harrison
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

ANEXO I

CURRICULUM VITAE

Nome: **José Reis da Silva Ramos**

Data e local de nascimento: 15 de agosto de 1946, em Vila Nova de Gaia.

Estado Civil: Casado

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova De Gaia

Habilitações: licenciado em Engenharia Metalúrgica

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Maria Angelina Martins Caetano Ramos**

Data e local de nascimento: 18 de agosto de 1949, em Vila Nova de Gaia.

Estado Civil: Casada

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova De Gaia

Habilitações: Licenciada em Economia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Salvador Acácio Martins Caetano**

Data e local de nascimento: 30 de janeiro de 1955, em Vila Nova de Gaia.

Estado Civil: Casado

Residência: Rua Moreira Lobo, 80, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Miguel Pedro Caetano Ramos**

Data e Local de Nascimento: 26 de setembro de 1971, em Vila Nova de Gaia.

Estado Civil: Casado

Residência: C Carnicero Edif. Puerto Chico, 5 P04 B, Torremolinos – Malaga - Espanha

Habilitações: Licenciado em Engenharia Mecânica

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Rui Manuel Machado de Noronha Mendes**

Data e Local de Nascimento: 8 de agosto de 1954, em Leça da Palmeira - Matosinhos.

Estado Civil: Casado

Residência: Rua Dr. Manuel Rodrigues de Sousa, 64 – 6º Esq. - Matosinhos

Habilitações: Licenciado em Economia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **José Domingos da Silva Fernandes**

Data e Local de Nascimento: 28 de março de 1951, em Cedofeita - Porto.

Estado Civil: Casado

Domicílio Profissional: Rua Cunha Júnior, 41 – B, 1º Sala 4 4250-186 Porto

Habilitações:

- 1970 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto

- 1975 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto

Experiência profissional:

- 1975 – 1993 Técnico da Inspeção Geral de Finanças

- 1987 – 2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

- Desde 1982 Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades.

- 2001 – 2005 Presidente do Conselho disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Exerceu as funções de Presidente do Conselho Fiscal LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Atualmente exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal, noutras Entidades:

CAETANO – BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

2) exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, nas seguintes entidades

Multiponto, S.A.

Summertime - Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia - Sociedade Imobiliária, S.A.

BDS, SGPS, S.A.

Poliedro, SGPS, S.A.

Oniram – Indústria Melomecânica, Lda

Nome: **Maria Lívia Fernandes Alves**

Data e local de nascimento: 31 de janeiro de 1945, em Nine – Vila Nova de Famalicão.

Estado civil: Divorciada

Residência: Rua Amorim Girão, 161, 1º Dtº, 4460-209 Senhora da Hora

Habilitações: Curso Geral de Comércio

Nome: **Alberto Luis Lema Mandim**

Data e local de nascimento: 5 de julho de 1939 em Ermesinde-Valongo

Estado civil: Casado

Residência: Rua da Boavista Nº 53, 4445-349 Ermesinde

Habilitações:

-1964 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto

-1966 Técnico Oficial de Contas; Membro nº 3927 da OTOC

-1968 Programação em Fortran (EDP)

- 1981 Programação em RPG (IBM)
- 1990 Análise de Sistemas Informação (IBM)
- 2008 Avaliação de Empresas (CTOC)

Experiência Profissional:

- 1961 – 1964 Empregado Bancário Banco Espírito Santo
- 1964 – 1966 Responsável pela Contabilidade e Pessoal MOTO MECA RL
- 1966 – 1979 Dir. Administ. e Financeiro SOC. CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA, S.A.
- 1979 – 1999 Diretor da Divisão Administrativa e Adjunto da Administração

Toyota Caetano Portugal, S.A.

- 2000 – 2005 Adjunto da Administração e Administrador

Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.

- 2005 – 2007 Administrador INFORAUTO - CONSULTORIA E INFORMÁTICA DE GESTÃO, S.A.
- 2003 – 2012 Vice-Presidente Conselho de Administração SALVADOR CAETANO CAPITAL SGPS, S.A.
- 2005 – 2011 Vogal Conselho de Administração CAETSU PUBLICIDADE, S.A.
- 2006 Vogal do Conselho Fiscal CAETANO AUTO, S.A.
- 2010 Vogal do Conselho Fiscal FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a) Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2018:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que tendo ocorrido alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2018, foi cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 20 de abril de 2018.

b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2019:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2019, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais que mantenham funções executivas devem acompanhar na essência as deliberações do próprio Conselho de Administração sobre a política salarial a ser aplicada aos restantes Colaboradores, ou seja deverão sofrer em 2019 uma atualização num intervalo de 1,5% a 3%.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2018, ao não ter sido atribuída esta componente de remuneração, foi cumprida a proposta desta Comissão de não ultrapassar os 3% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor para 2019 a manutenção do critério estipulado para 2018, sendo que a remuneração variável dos membros executivos do Conselho de Administração no seu conjunto não deve exceder os 3% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2018.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

A Comissão de Remunerações

Alberto Luis Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça

Toyota Caetano Portugal, S.A.